

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LXXII

NOVEMBRO-DEZEMBRO 1969



Uma família mineira sadia e numerosa

ÍNDICE

Desenvolvimento Agrícola	2
Reminiscências — A Saúva Perante o Tribunal — Luiz Marques Poliano	5
Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos	6
Árvores — Leonam de A. Pena	7
Escola de Horticultura “Wenceslão Bello” — Encerramento do Ano Letivo de 1969	8
Café — Lendas	11
Inda Promove Adestramento para Gerentes de Cooperativas	12
Instantâneos de gente da roça — Um Caráter — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	15
O Mate-3.º Tecnologia do Mate — Ennio Luiz Leitão	16
A Foto Internacional	21
A Cultura do Fumo — Francisco Dias Nogueira	22
Cultura do Maracujá — Almiro Gonçalves de Castro .	33
Assalariado Agrícola, ou Operário Agrícola — J. Sampaio Fernandes	34
Os cerrados e sua importância para o Desenvolvimento do País — Ady Raul da Silva	35
Livros e Publicações	38
Climas de Mato-Grosso — Adalberto Serra	39
Irrigação por Gotejamento com Fertilizante	43
A Era Dinâmica da Agricultura — Joseph Ackerman .	44
A Posição do Brasil no Panorama da Agricultura Latino-Americana	46
Principais Causas de Insucesso na Avicultura	47
Preços Médios do Boi Gordo para corte e da Lã na área do Convênio de Empréstimo n.º 516 BR ..	48
Centro de Pesquisas sobre fibras Duras	54
Agricultura na Guanabara	54
Subdesenvolvimento e Quadros Humanos — Fábio Luz Filho	55
A Lei de Sementes e sua Implantação no Brasil	57
Valorização do Agrônomo	62
Notícias e Informações	63
Legislação Agrícola	66
“A Lavoura” — Há 70 anos	72

Nossa Capa:

Grande criador e dos maiores produtores de leite de Cordesburgo, Dr. José Saturnino Filho, médico conceituado, dedica-se com inteligência e afinco às lides da pecuária. Representante de tradicional família rural mineira, é casado com Dona Emilia Mattana Saturnino, e sua prole numerosa conta os seguintes filhos: Helio, Heloisa, Helvecio, Helena, Helcio, Heli, Helton, Helder e Helene. É como se vê, uma família com H grande.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Novembro — Dezembro — 1969

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUZ LEITÃO
— FÁBIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— LUIZ GUIMARÃES JUNIOR
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo
“REVESPE”

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

APÓS O LIMITADO PERÍODO do ciclo do pau de tinta, contou a economia incipiente da Colônia com o açúcar, cuja agro-indústria se estende até nossos dias, e a efêmera febre do ouro.

* * *

HÁ CERCA DE SÉCULO E MEIO interferiu decisivamente na nossa economia, com firmeza e continuidade, a produção do café, juntamente com um fuzaz intermeio da atividade extrativa da goma elástica — produto cada dia mais necessário à humanidade, mas cujo monopólio perdemos para as plantações do Oriente e, mais recentemente, para o produto sintético. O cacau, o algodão, a mamona, a cêra de carnaúba, agora a soja e outros produtos da terra também vêm contribuindo para a obtenção das divisas com que temos, até aqui, alicerçado a nossa vida econômica de país independente.

* * *

NOS PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE MÉDICI, em todos êles, depa-ramos uma preocupação constante: educação, saúde e abastecimento. Estamos, pois, no limiar de uma fase administrativa em que, no menor espaço de tempo possível, terão os brasileiros — governo e povo — de se entregarem de corpo e espírito à meta ambiciosa — mas perfeitamente exequível e legítima — de nos deslocarmos do ponto de país “em desenvolvimento” para o de uma grande potência internacional.

NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO, conquanto não seja desanimador o quadro atual, muito teremos de trabalhar para alcançar uma posição satisfatória. O analfabetismo ainda é mácula, que teremos de apagar o quanto antes; os ensinos médio e técnico, visando à formação de profissionais qualificados, terão de ser também escôpo imediato de nossas administrações — federal, estaduais e municipais; o ensino superior terá de multiplicar, por muitas vêzes, as matrículas, evitando-se o triste espetáculo dos “excedentes”, proporcionando ensino ao crescente número de jovens brasileiros, em cujo preparo científico teremos de nos apoiar para sair da situação de inferioridade em que nos encontramos, até mesmo em confronto com países de muito menores possibilidades. Quando se fala em desenvolvimento agrícola, não poderemos deixar de mencionar os técnicos rurais e os agrônomos e veterinários.

E qual é a posição do Brasil neste setor? Ouçamos a palavra do ilustre Prof. Eugênio Gudín, que se louvou na do Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo. Pelos dados que nos apresentou, em 1964, formamos apenas 548 agrônomos, 1.596 médicos, 2.298 engenheiros e 4.170 bacharéis em direito. O quadro atual não deve ser muito diferente do daquêle ano. Como não pode haver desenvolvimento agrícola sem técnica, é pois necessário que formemos todos os anos muitos milhares de agrônomos e veterinários. E, para que o consigamos, além de escolas, teremos de dar atrativos a essas profissões, que sabidamente são as mais mal remuneradas do nosso mercado de trabalho. Quanto aos técnicos rurais (êle se refere também a outros) damos ainda uma vêz a palavra ao antigo Ministro da Fazenda: “Presicamente de técnicos. Temos doutores demais.”

* * *

A SAÚDE É O MAIS VALIOSO PATRIMÔNIO de uma nação, mas também neste terreno, não vamos lá mui bem. Comunicado do Ministério da Saúde nos acena com a alviçareira expectativa da malária totalmente erradicada em 1970. O mal está sendo combatido mas ainda é êle o responsável pela paralização de milhões de braços no interior do país. A total debelação dessa endemia, pois, se apresenta viável em futuro próximo, mas a natureza da sua incidência exige a aplicação de recursos vultosos, permanente e ininterruptamente.

A esquistossomose e o mal de Chagas são outras doenças que estiolam a atividade rural, porque ocorrem particularmente entre as populações interioranas:

Trata-se de um primeiro e grande passo na senda do programa lançado pelo atual Governo, dentro do terreno propriamente agrícola, devendo esperar-se outras medidas adicionais de caráter indireto visando aos mesmos fins, sem que estes 450 milhões de pouco valerão no conjunto do desenvolvimento prometido pelo Presidente Médici.

MAS DESDE LOGO. VALE COMO RECONHECIMENTO OFICIAL à exigua dotação com que a Pasta da Agricultura foi contemplada no orçamento para 1970, a qual para uma receita prevista de 19.703.318.000,00, disporá (incluindo pessoal) de apenas 399.918.610,00, o que vale dizer que aquele Ministério terá, no cômputo geral das despesas do país a irrisória participação de apenas 2,03%. Se a arrecadação e a aplicação do FUNDAG forem realmente cumpridos no exercício, a agricultura terá os seus recursos dobrados com a receita da venda do café do IBC no consumo interno.

* * *

AS MEDIDAS ANUNCIADAS, contudo, devem trazer alento e otimismo aos produtores agrícolas, até aqui muito pouco considerados apesar da importância que a atividade rural representa na economia nacional, como responsável pela alimentação de quase cem milhões de brasileiros e de fornecedores de matérias primas a numerosas indústrias no país, além de atender às exportações para a obtenção de divisas, para as quais contribui com mais de 80% de seu montante.

* * *

AS NOSSAS FERROVIAS, as frotas de cabotagem e de longo curso; o saneamento e o desbravamento do nosso imenso território; a estruturação de nossa administração pública, em todos os seus aspectos; as comunicações; o fortalecimento e o equipamento das forças armadas; a educação e a saúde; as rodovias, a eletrificação industrial, urbana e mais recentemente a rural; o aparelhamento dos nossos portos, as cidades e vilas — tudo, enfim, que hoje apresentamos com Nação aos olhos do mundo, tem tido o seu embasamento econômico-financeiro firmado na atividade do homem do campo

* * *

O SURTO INDUSTRIAL DO BRASIL, que hoje se projeta para que tenhamos em futuro uma posição destacada no conceito das grandes nações, repousa, pois, nessa imensa infra-estrutura criada pelo trabalho agrícola, pela produção que nos vem da terra.

O justo e o razoável seria que a indústria e o comércio destinassem uma parte substancial de seus lucros, quando evitam o pagamento do imposto de renda, aos investimentos na atividade rural, com o que começariam a resgatar a sua enorme dívida para com a "mãe da nossa economia".

* * *

OS INCENTIVOS FISCAIS, a indústria e o comércio os estão aplicando em fábricas e usinas, principalmente no Nordeste. Porque não fazerem *mesmo* agricultura, estimularem e melhorarem a criação, ao lado da instalação de fábricas de cimento, de papel e outras, como seria certo e necessário ao equilíbrio de economia da região? Se não nos voltarmos para a agricultura de subsistência naquela vasto território, e o quanto antes, estaremos em breve transportando feijão e farinha de mandioca de avião para que o nordestino, desviado para a faina fabril, não venha a morrer de fome.

* * *

NÃO SE FALE aqui da decantada "paridade" de preços entre a indústria e a agricultura, que, isto é simplesmente, um mito. Veja-se o algodão, que, transformado em tecido, é de retôrno vendido a quem o produz, em certos casos, por um preço cinquenta ou cem vezes maior.

* * *

COMO É SÓBRE O PRODUTO DA VENDA DO CAFÉ que o FUNDAG vai operar, chegamos à seguinte e surpreendente conclusão: a nossa descapitalizada Agricultura vai agora financiar-se a si própria!

A SAÚVA PERANTE O TRIBUNAL

Ou o Brasil acaba com a saúva,
ou a saúva acaba com o Brasil.
Saint Hilaire

Pode parecer piada mais o episódio é verdadeiro.

Vieira Fazenda, o saudoso e respeitadíssimo Mestre da história da Cidade do Rio de Janeiro, dedica algumas páginas nas suas "Antiquilhas" ao "extraordinário pleito" suscitado no Século XVIII pelos Religiosos Menores da Província da Piedade, no Maranhão, contra as formigas saúvas — rés, no caso.

Refere êle a narração do grande Manuel Bernardes segundo o qual, naquela Capitania, "as formigas, que são muitas e mui grandes e daninhas, para estenderem o seu reino subterrâneo e ensancharem os seus celeiros, de tal sorte minaram a despensa dos frades, afastando a terra debaixo dos fundamentos, que ameaçava ruína. E acrescentando delito a delito, furtavam, para o cotidiano abasto da Comunidade."

Os religiosos, observa Bernardes, que podiam livrar-se das formigas simplesmente matando-as, consideraram que seria indício de mau caráter fazer mal aos animais, pois que São Francisco de Assis chamava de *irmão* a tôdas as criaturas: irmão lobo, irmã andorinha, e que, porisso, preferiram propor demanda àquelas "irmãs formigas" perante o Tribunal da Divina Providência. Foram, então nomeados procuradores para os autores e para as rés, sendo Juiz o seu prelado.

O procurador dos frades justificou o libelo com o fato de que viviam de esmolas, além do seu árduo trabalho na roça; que as formigas, contrariando o Evangelho, os roubavam, e além disso, usavam de violência, com o propósito de os desalojar, arruinando-lhes a casa. E pedia a morte das ditas "com algum ar pestilente", ou afogadas por inundação, exterminadas, enfim.

O procurador das formigas, obtemperou que elas gozavam do benefício da vida, como os homens, da mão do Criador e que assim tinham o direito natural de a conservar pelos meios ao seu alcance, isto é, com os que lhes ensinara o mesmo Criador, ajuntando nesta vida para a eterna exemplos de providência, de diligência, de caridade, ajudando-se umas às outras, quando a carga era pesada demais; e também de religião e piedade, dando sepultura aos mortos de sua espécie. E acrescentava o procurador das formigas:

"que o trabalho que elas punham na sua obra era muito maior, que o dêles, autores, em ajuntar, porque a carga muitas vêzes era maior que o corpo e o ânimo que as fôrças. Que suposto fôssem os Franciscanos irmãos mais nobres e dignos, todavia diante de Deus também eram umas formigas que haviam ofendido ao Criador, não observando as regras da razão, como elas observam as da natureza; pelo que se faziam indignos de que criatura alguma os servisse e acomodasse; pois maior infidelidade era nêles, defraudarem a glória de Deus por tantas iras, do que nelas furtarem sua farinha."

E mais:

"que elas estavam de posse do terreno, antes dos autores haverem fundado o convento, e por isso não podiam ser esbulhadas. Que os frades defendessem a sua casa e farinha, pelos modos humanos, que soubessem, porque isso lhes não tolhiam; porém, que elas sem embargo haviam de continuar as suas diligências, pois do Senhor, e não dêles era a terra e quanto esta cria!"

Após réplicas e tréplicas, houve a sentença geral: fôssem os frades obrigados a demarcar dentro do terreno área para nela as formigas viverem e que elas (as formigas) sob pena de excomunhão, mudassem logo de pouso. Intimidadas pelo Juiz, à bôca dos formigueiros, imediatamente "sairam a tôda pressa milhares daquêles animalejos, que formando longas e grossas fieiras, demandaram o sinalado campo deixando as antigas moradas; e livres de sua molestíssima repressão, aquêles santos religiosos renderam a Deus as graças por tão admirável manifestação de seus poderes e providência."

Refere Vieira Fazenda que D. Frei João de S. José Queiroz, na sua obra "Viagem e Visita ao Sertão", no Bispado do Grão-Pará (1762/1763) informa que o fato narrado por Bernardes se deu em Avinhão, na França, e não no Maranhão.

Êsse prelado não pecava pela justeza dos seus relatos, dando como tendo se passado no Brasil coisa que aconteceram na Europa, in-

Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos

Sugestões da Delegação brasileira

Simultaneamente com o VI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizou-se em Porto Alegre, no período de 8 a 12 de novembro, o I Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos, em que foram debatidos assuntos relacionados com a estrutura agrária, bases para o desenvolvimento agrícola e muitos outros itens de grande relevância para o setor agrônomo deste continente.

Visando a facilitar os trabalhos desse certame, a Delegação do Brasil elaborou uma série de sugestões que sintetizou em trabalho a que deu o título de "Documento Básico" apresentando-o como uma contribuição. Essas sugestões que foram aceitas e aprovadas em quase sua totalidade são as seguintes:

- 1 — Coleta de informações sobre a estrutura agrária, legislação e desenvolvimento de programas agrários.
- 2 — Desenvolvimento agrícola, seus índices nos últimos anos, fatores limitantes desse desenvolvimento e quais as medidas de estímulo à produção rural.

- 3 — Estudo dos currículos básicos da formação do engenheiro-agrônomo e legislação vigente sobre a profissão.
- 4 — Obtenção de informações de cada um dos países participantes sobre medidas de incremento do comércio de produtos da agropecuária, nos diversos grupos econômicos regionais.
- 5 — Levantamento dos acordos e ou convênios culturais e técnicos existentes entre os diversos países sobre o exercício profissional.
- 6 — Não inclusão de temas científicos e técnicos nos futuros encontros de engenheiros-agrônomos, reservando-os para estudo dos problemas regionais agropecuários fundamentais e os assuntos de interesse profissional.
- 7 — Realização do I Congresso Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos no Brasil, em Brasília, em novembro de 1970.
- 8 — Instituição de campanhas nacionais para obtenção de fundos para

custeio desse Congresso e funcionamento do Centro.

Foi também sugerida pela Delegação do Brasil a constituição de um centro preparatório, para um (segundo) II Encontro que se realizará em julho, do próximo ano em Buenos Aires onde se destaca o estatuto da Entidade Latino-Americana, cuja finalidade será coordenar as seguintes atividades:

- a criação de uma Associação Latino-Americana de Engenheiros-Agrônomos;
- intercâmbio de informações entre as diversas entidades nacionais;
- preparação de um Congresso Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos;
- estudo preliminar de um planejamento integrado da produção agropecuária;
- estudo das possibilidades do mercado de trabalho para o engenheiro-agrônomo em cada país;
- estudo para ampliação e atualização de um cadastro técnico por especialidades, e por graduações, bem como levantamento dos índices de aplicação da profissão agrônoma em relação à densidade demográfica de cada país.

clusive que segredara a íntimos, no Nôvo Mundo, "que Sebastião José de Carvalho (o Marquês de Pombal), antes seu amigo, mandara matar misteriosamente um homem, por não poder provar na justiça, com que fazia morrer outro nas Berlengas". Isto lhe valeu ser recambiado a Lisboa, e recolhido ao Mosteiro de São João do Pendureba, onde morreu oito meses depois (1763).

Mas João Francisco Lisboa, de cujo *Jornal de Timon* V. F. extraiu estes apontamentos, assevera que a demanda das formigas foi fato real, tendo visto os autos no Convento, e deles tirou cópia. Os autos teriam a data de 17 de janeiro de 1713, enquanto que na obra de Manoel Bernardes, a sentença final é de 1706.

Refere o autor das "Memórias", a inquirição de uma testemunha, o Capitão Urbano Duarte, maior de 94 anos, que disse serem as rés umas criaturas sem malícia, sem uso da razão, não distinguindo o bem do mal, sendo, por outro lado, naturais da terra, na qual sempre viveram, espalhando-se pelas cidades e campos, já havendo formigas quando os frades chegaram ao local. A coisa parou 6 anos.

Segundo Lisboa, o processo não teve andamento, depois da citação das rés, enquanto que, segundo Bernardes, houve a sentença de que resultou a demarcação de nôvo local para as formigas.

Termina V.F. afirmando que "não foi sem motivo que trouxemos para estas páginas a história desse processo, que caracteriza uma época e dá a medida do quanto os nossos antigos eram apreciadores das tricas forenses e de demandas, que muitas vezes por motivos fúteis levavam anos e anos. Ser chicanista era uma prenda de alto valôr e os finórios levavam sempre a melhor".

A "Antiquilha" de V.F. é de abril de 1902. Ele tem razão quanto aos chicanistas coloniais. Também essa era a opinião de Maurício de Nassau que, através a pena de Gaspar van Baerle, verificou, pela época, o mesmo fenômeno no Brasil holandês e para ele alertou os seus sucessores.

"É preciso refrear a ganância dos advogados, procuradores, tabeliães, escreventes, leguleios e meirinhos, mal a que se deve pôr cõbro, assim como às procrastinações das demandas".

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— JOÃO BATISTA LUSARDO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITÃO
JALMIREZ GUIMARÃES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MÁRIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MÜLLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TREJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — TEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Arménio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
— Fábio Luz Filho
— Mário Penteado de Faria e Silva
— Honório Monteiro Filho
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckolt
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Fróes Abreu
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto
— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



Aspecto da mesa presidida pelo Sr. Luiz Marques Poliano, diretor da Escola, tendo à direita os Senhores Otto Frensed e Luiz Guimarães Júnior e à esquerda, Geraldo Goulart da Silveira e Ennio Luiz Leitão

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO" Encerramento do Ano Letivo de 1969

A 28 de novembro, durante concorrida sessão no auditório do tradicional estabelecimento de ensino agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura, foi encerrado o ano letivo de 1969, tendo presidido os trabalhos o

diretor da Escola, Sr. Luiz Marques Poliano.

A mesa sentaram-se os diretores da SNA Luiz Guimarães Júnior, Ennio Luiz Leitão, Frederico Murtinho Braga e Otto Frensel, bem assim o decano do corpo docente,

Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Ao abrir os trabalhos, o Diretor anunciou que, em 1969 registrou-se o seguinte provimento na Escola:

Internato:

Cursos Profissionais ...	36
Curso de Treinamento Agrícola	10
Curso Prévio	23
Passaram para 1970 (2.º ano)	10
TOTAL	79

Externato

Cursos Rápidos	62
Cursos Especiais	6
Cursos Avulsos	3
Total dos cursos	71,



Parte da assistência

Tradição: o aluno do segundo ano que sai, passa às mãos do que fica o símbolo do 'esforço escolar'

nos quais foram matriculados 1.450 alunos de ambos os sexos, e sem outra exigência que a de serem portadores de documento de identidade.

Oportunamente, foram entregues os certificados e diplomas a 1.342 alunos dos cursos externos.

Anotou o Diretor que, nos 8 anos da sua administração (1962-1969) realizaram-se na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" 457 Cursos de diversa natureza nos quais se matricularam 9.161 alunos, quando receberam certificados e diplomas 7.478 aprovados.

A seguir, foram entregues os diplomas de:

HORTELAO, FRUTICULTOR e FLORICULTOR

1 — Alceo Antonio Mai	— Esp. Santo
2 — Cândido Fausto Ramos	— Guanabara
3 — Carlos Antônio Pereira	— Est. do Rio
4 — Darcy Alves Magalhães	— Minas Gerais
5 — Edson Neves do Nascimento	— Pará
6 — Gilson de Almeida Ramos	— Guanabara
7 — Edmundo Fábio de Arruda Câmara	— R. G. do Norte
8 — José Domingues de Andrade	— Guanabara
9 — Jorge dos Santos Batista	— Guanabara
10 — Lucrécio Fausto Ramos	— Guanabara
11 — Marco Antônio Lopes Santa Bárbara	— Guanabara
12 — Natanael Góis	— Esp. Santo
13 — Reinaldo Alves Raphael	— Guanabara
14 — Paulo Maurício de Oliveira	— Est. do Rio
15 — Ari dos Santos	— Guanabara
16 — Oswaldo Xavier da Silva	— Guanabara
17 — Joaquim Jorge Maurício	— Guanabara
18 — Paulo Ney da Costa	— Guanabara

Receberam diplomas do:

CURSO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA

1 — Eduardo Dantas Campello	— Guanabara
2 — Gedião Dias de Azevedo	— Est. do Rio
3 — Hugo Alexandre	— Guanabara
4 — João Batista Pinheiro	— Paraná
5 — Moisés Batista Deodato	— Est. do Rio
6 — Waldir Gomes Nunes	— Guanabara



Após a entrega dos diplomas, foi feita a distribuição do prêmio "Ildefonso Simões Lopes" aos alunos abaixo, cabendo a medalha de ouro ao aluno Paulo Maurício de Oliveira, a de prata a Paulo Ney da Costa e a de bronze a Jorge dos Santos Batista, respectivamente com 88, 87 e 81 pontos.

A seguir, falou o aluno, orador da turma, que preferiu as seguintes palavras:

"Nêste momento de grande significação para todos nós, desejamos render nossas homenagens àqueles que durante dois anos nos proporcionaram os momentos felizes que aqui passamos, recebendo os ensinamentos necessários para podermos enfrentar o futuro com otimismo e sem temor.

Assim, queremos agradecer ao Exmo. Sr. Diretor da Escola Sr. Luiz Marques Poliano a sua constante presença em todos os momentos em que precisávamos de amparo; aos Senhores Professô-

res pela paciência e sabedoria com que procuraram transmitir-nos os seus conhecimentos; e também ao Sr. Administrador e aos demais funcionários por tudo o que fizeram por nós, suportando as nossas faltas. A estes apresentamos também as nossas desculpas.

Fazemos aqui uma referência toda especial ao nosso paraninfo, Dr. Luiz Guimarães Júnior, homem de elevado gabarito e que por várias vezes ocupou o cargo de Ministro da Agricultura e que muito nos honrou em aceitar ser nosso paraninfo, e, na ocasião, não poderemos deixar de mencionar com todo o carinho o seu não menos ilustre irmão Dr. Cynéas Guimarães, já falecido, antigo Diretor desta Escola, e, do qual todos guardamos uma carinhosa lembrança pelas suas qualidades de homem bom e justo e de emérito educador.

A todos prometemos nesta hora zelar pelo bom nome da nossa Escola, aplicando na vida prática o que aqui aprendemos, para manter a tradição do estabelecimento e para o engrandecimento de nossa pátria.

A todos o nosso muito e muito obrigado".

O paraninfo, Dr. Luiz Guimarães Júnior, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura, proferiu o seguinte discurso:

"A trama da vida humana foi urdida em teares de terra. Toda ela rescende a argila... Por mais que o espírito humano possa se alcançar... é pelo estômago que a humanidade como um exército, sempre tem de avançar; abaixo do estômago está a vegetação; abaixo desta, o solo; e, abaixo do solo, o incessante e variável tumulto das forças telúricas. Esse conceito lapidar de J. H. Bradley em seu livro "Autobiografia da Terra", está servindo de aviso ao meio rural norte-americano, através da notável publicação da Russel Lord, "Conservemos este Solo". Chama a atenção dos produtores agrícolas sobre a responsabilidade que lhes cabe de preservar o solo arável para as futuras gerações, com o maior e mais

valioso patrimônio que nos foi dado por Deus.

E para conservação do solo as práticas agrícolas se constituem no mais valioso dos elementos.

Esta advertência feita ao povo norte-americano serve para todos os países, para todos os povos.

Realmente, a exploração agrícola baseada apenas na rotina, nas tradições milenárias, não pode trazer a emancipação a nação alguma, a nenhum indivíduo. O atraso em que nós, brasileiros, vivemos nesse ramo da atividade humana, é simplesmente desolador. Isto é sabido e propalado, mas, quase nunca tem despertado na consciência do homem público, algum estímulo no sentido de procurar pelo menos, melhorar tão desoladora situação. A educação rural, se constitui, no meu entender, o problema mais crucial do Brasil, e, enquanto não se dispuser o país a solucioná-lo eficientemente, sem demagogias ou omissões, nada resta a fazer para o desenvolvimento real (tão falado e discutido) da nossa imensa Nação.

Esta Escola é, não há dúvida, um dos objetivos meios de propiciar a jovens brasileiros, de todos os quadrantes do País, os necessários elementos para que eles pos-

sam ganhar a vida honestamente e prestar grande colaboração à comunidade rural brasileira.

Aqui, perante professores competentes e dedicados, Vocês meus jovens amigos, receberam os conhecimentos necessários ao exercício de uma honrada e indispensável profissão.

Concito-os, pois, a aplicar com lucidez e entusiasmo, para atender ao seu próprio interesse e ao de inúmeras pessoas de sua convivência. Apresento-lhes os meus mais sinceros votos de felicidades e que sempre recebam a proteção divina.

Agradecendo ao honroso mandato de ser o padrinho modesto de sua festa de formatura, a u g u r o - l h e s os maiores prazeres e contentamento no fim desta bela jornada que acabam de percorrer.

Um grande abraço."

Finalizando a solenidade o aluno Dalvino Antonio Cazoto, o mais antigo que ficou, passando para o 2.º ano, recebeu do aluno Oswaldo Xavier da Silva que finalizou o Curso Profissional, o símbolo do "esforço escolar", cerimônia que se realiza há cerca de trinta anos na Escola, por essa mesma ocasião, após o que foi servido um lanche aos presentes.

SAFRA MENOR DO ALGODÃO

É considerada imprevisível, pelos técnicos do Departamento de Economia Rural, a safra algodoeira deste ano no Ceará.

Não deverá ela, pelo menos, segundo os mesmos técnicos, corresponder à expectativa de cem milhões de quilos de algodão em pluma, feita em julho último.

CULTURA DO CÔCO INDUSTRIALIZADA

A cultura do côco na Paraíba poderá ser industrializada a partir do próximo ano consistindo o côco importante matéria-prima.

FUSÃO DE GRUPOS NA ÁREA INDUSTRIAL

O Governo paulista decidiu acelerar a execução do Plano de Renovação da Lavoura Cafeeira e criar um fundo para esmular as operações de fusão, incorporação e recomposição de empresas industriais nacionais.

CRIAÇÃO BOVINA

Goiás é o quinto Estado do País em número de bovinos e o seu rebanho, que ascendeu já 8,8 milhões de cabeças, tem o seu valor estimado em 1 bilhão e 136 milhões de cruzeiros correspondendo a 300 milhões de dólares.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafeiteiro brasileiro.

CAFÉ

LENDAS

Quando faltam prescrições históricas, prevalecem as fábulas. O café não podia fazer exceção a regra e tem as suas lendas. Dentre elas, a mais repetida é a de um pastor árabe de nome KALDI. Notara esse pastor que suas cabras, com a voracidade peculiar a estes animais, cada vez que ingeriam fôlhas e frutos de um certo arbusto agreste, tornavam-se mais lépidas e agitadas do que de costume. Movido por natural curiosidade, quis o pastor experimentar os misteriosos frutos e ficou maravilhado pelos resultados obtidos. Revelou-os a um monge de um convento situado na vizinhança do sítio em que experimentara. O monge, por sua vez, fez uso dos frutos e, colhendo os mesmos efeitos estimulantes, prepara com eles uma decoção. Subministra a beberagem aos religiosos do convento, que graças a esse filtro mágico, prolongam, insones, os exercícios litúrgicos até alta noite.

Outra lenda muito espalhada é a do Sheik Omar que, tendo tido dissensões, com os seus superiores, foi exilado no deserto, em Ousab, na Arábia. Abandonado sem alimentos, para não morrer de inanição, nas melancólicas solidões, Omar ia utilizando as ervas e frutos que lhe caíam sob as mãos. Tentaram-lhe as lindas bagas de um arbusto. Comendo-as, o Sheik Omar como que renasce à vida, sentindo uma euforia que jamais experimentara. Ele próprio qualifica de mágicas as propriedades da planta estranha. Torrando os frutos e fervendo-os n'água, melhores ainda foram os resultados. Visitado por enfêrmos, ministrou-lhes o filtro miraculoso, que aliviava e curava os males. Os sucessos obtidos, com o uso da nova panacéia não tardaram em ser propalados. O retiro do pobre monge tornou-se um centro de romaria e sua fama foi tal que Omar, ao cabo de certo tempo, convidado a voltar à Méca, entrou triunfalmente na cidade, sob delirantes aplausos da multidão.

Um mosteiro foi construído em honra do Sheik, que foi depois, santificado.
(De uma publicação do IBC)

PROMOVE ADESTRAMENTO PARA GERENTES DE COOPERATIVAS



Aula sobre eletrificação rural ministrada pelo prof. Afrânio do Amaral

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário dando cumprimento à programação do seu Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural, por intermédio de sua Delegacia Regional no Estado do Rio de Janeiro, realizou dois cursos de adestramento de gerentes de cooperativas, promovidos pela Autarquia, com a finalidade de capacitar pessoal de nível executivo que, em ação nas entidades cooperativistas, desempenhará atribuições necessárias e primordiais à promoção sócio-econômica do ruralista.

OS CURSOS

Os dois cursos realizados, em Cordeiro — o primeiro —, e em Barra do Pirai — o segundo —, tiveram a participação de DAC/RJ, SAA, ACAR/RJ, DAC/SP, UNASCO/RJ,

CCL/SP, SUNAB/GB, CNA e FBC/SP órgãos que enviaram técnicos habilitados para ministrar aulas, contando, ainda, com a colaboração da equipe especializada da Delegacia do INDA no Rio de Janeiro, que trabalhou intensivamente a fim de assegurar o pleno êxito das duas iniciativas.

O primeiro curso, abrangendo a região Centro-Norte do Estado fluminense — realizado de 2 a 6 de setembro e de 15 a 19 do mesmo mês — contou em seu índice de frequência com cêrca de vinte e seis cursistas, oriundos de cooperativas agropecuárias dos municípios de Cantagalo, Cordeiro, Carmo, Trajano de Moraes (Visconde de Imbé) e Pádua. Também outras cooperativas prestigiaram a iniciativa do INDA entre as quais as Cooperativas de Consumo de São Fidélis, de Friburgo, de Cordeiro e de Três Rios.

Ao segundo curso, que alcançou todo o Sul do Estado do Rio, levado a efeito em Barra do Pirai nos períodos de 21 a 25 de outubro e de 4 a 8 de novembro, compareceram vinte e cinco cursistas, representantes de 17 cooperativas daquela região: Agropecuária Nossa Senhora do Amparo, Conceição de Macabu, Sapucaia, São Fidélis, Barra Mansa, Regional de Rio Bonito, Agrícola de Itaguaí, Rio Prêto, Santa Isabel, Resende, Barra do Pirai, Volta Redonda, Conservatória, Cooperativa Mista de Produção e Consumo dos Trabalhadores Rurais de Paracambi, Coop. de Eletrificação Rural de Itaguaí, de Consumo Ferroviário da Central do Brasil de Barra do Pirai e Cooperativa Regional Avícola Valenciana.

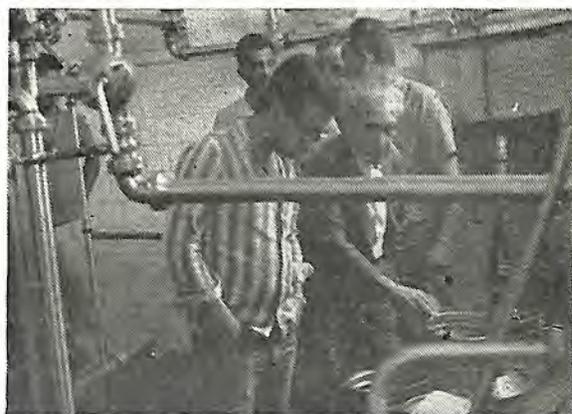
CURRÍCULO

Matérias como Administração de Cooperativas, Legislação, Gerência, Legislação Tributária, Relações Públicas, Organização da Contabilidade de Cooperativas e Organização de Serviços, Comercialização, Pesquisa e Informação do Mercado, Eletrificação Rural e Doutrina Cooperativista foram disciplinas que compuseram o programa dos cursos que incluiu, ainda, em seu currículo a realização de "visitas orientadas" a expressivas entidades, visando-se ao estudo local das condições de funcionamento das mesmas e ao intercâmbio de idéias e de informações para o aperfeiçoamento geral do sistema.

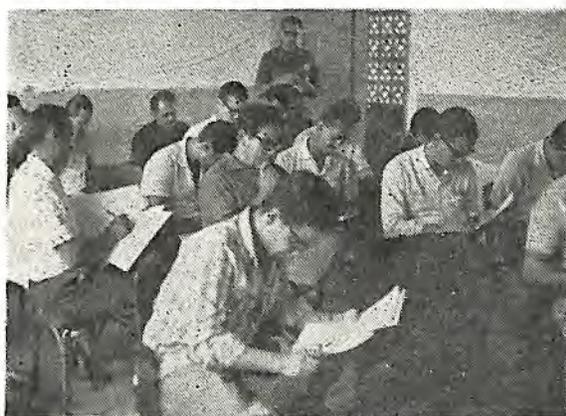
Da programação dos Cursos de adestramento para gerentes de cooperativas, promovido pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, à guisa de complementação dos trabalhos desenvolvidos, foram proferidas palestras de interesse geral as quais versaram sobre Serviços da ACAR/RJ em âmbito estadual, regional e local; Processos da Comunicação; Manejo de Gado Leiteiro; e Observações sobre o Cooperativismo norte-americano, além de projeção de filmes educativos sobre manejo de gado leiteiro, técnica agrícola e funcionamento de Cooperativas e Sindicatos Rurais em países europeus, norte e sul-americanos, e brasileiros, em particular.

REPERCUSSÃO

Comprovando o interesse e a repercussão que os Cursos realizados em Cordeiro e Barra do Pirai despertaram, é digno de registro o entusiasmo manifestado por autoridades federais, estaduais e municipais, prestigiando e reconhecendo na iniciativa do INDA fator decisivo para a dinamização das entidades e melhor atendimento ao homem do campo, ressaltando vários líderes e dirigentes cooperativistas que a medida contribui efetivamente para a consecução das soluções reclamadas pelos complexos problemas com que se depara o meio rural.



Visita orientada à Cooperativa Agropecuária de Macuco



Flagrante de avaliação de aproveitamento dos cursistas



Encerramento do curso com respectiva entrega de diplomas

INDA APLICA 30 MILHÕES DE DÓLARES NO PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL EM TODO O PAÍS

Visando ao mais efetivo cumprimento do programa de eletrificação rural das áreas rurais, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — que já aplicou cerca de US\$ 20 milhões de importante plano de eletrificação rural em todo o País, acaba de receber do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento — BID — recursos no valor de 30 milhões de dólares para prosseguimento e complementação do significativo Plano de Eletrificação Rural, levado a efeito pela administração do sr. Dix-Huit Rosado.

Quinhentos mil brasileiros habitantes das áreas rurais serão os maiores beneficiados, levando-se em conta que a eletrificação é elemento básico no desenvolvimento das demais atividades da política de dinamização rural, com o programa que vem sendo executado pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e que compreende vinte e oito mil propriedades rurais nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O Plano elaborado pelo INDA e executado com ajuda do BID — para os anos 69, 70 e 71 — tem como características técnicas, à implantação de 27 mil km de linhas de transmissão e rede de distribuição de energia numa frequência de 50/60 ciclos em tensão de 13,8 KV, utilizando 16.927 transformadores, baixa tensão a 280/120 Volts, 206.273 KVA e cinco mil toneladas de fios.

Com essa substancial ajuda do BID, o INDA poderá estimular e fortalecer sua principal atividade desenvolvimentista, incrementando a política de desenvolvimento rural em diretrizes e recomendações expressas do Governo Federal.

INDA LIBEROU MAIS DE NCr\$ 300 MIL PARA AJUDA AO MEIO RURAL

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, liberou a im-

portância de NCr\$ 847.197,94 para o atendimento de compromissos financeiros assumidos pela Autarquia com diversos Estados dentro da programação de trabalho do INDA para o fim do exercício corrente. Determinou ainda que a aludida importância seja creditada aos signatários dos aludidos compromissos feitos em forma de convênios.

A verba está distribuída pelos seguintes Estados com os seguintes fins:

Minas Gerais, Federação de Agricultura, convênio firmado em 28-12-68, para assistência técnica e veterinária aos sindicatos rurais, NCr\$ 96.356,00;

Piauí, convênio com a Companhia de Luz e Fôrça, convênio INDA/CLEP, assinado em 14-12-69, para obras de eletrificação rural no Município de Parnaíba, NCr\$ 156.000,00;

São Paulo, convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para obras de eletrificação rural nos Municípios de Rio Acima, Sabaúna e Ibiânia, NCr\$ 100.000,00;

Rio Grande do Norte, convênio com a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, para amparo ao ensino técnico, NCr\$ 150.000,00;

Paraná, para implantação do Centro de Cooperativas Treinamento Agrícola no Município de Cândido de Abreu, NCr\$ 60.000,00;

Paraná, Associação Paranaense de Apicultores, para cumprimento do programa de treinamento e capacitação agrícola, NCr\$ 15.000,00;

Paraná, para ajuda ao Centro de Pesquisas e Estudos de Ciências Puras aplicadas à Tecnologia, em Vila Zulmira, União Vitória, programa de racionalização da apicultura, NCr\$ 10.000,00;

São Paulo, para execução de obras de eletrificação rural no Vale do Itariri, a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de SP, NCr\$ 109.841,94;

São Paulo, para ajuda aos serviços de desembarque de imigrantes em Tic-Ara, convênio INDA/governo do Estado de SP, NCr\$ 50.000,00;

Rio de Janeiro, Banco do Estado, para inversões no meio rural, acôrdo firmado em outubro de 1968, NCr\$ 100.000,00.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MINAS: INDA ENTREGA RECURSOS

Recursos da ordem de NCr\$ 835.000,00 foram entregues pelo presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, sr. Dix-Huit Rosado, no Estado de Minas Gerais, dando cumprimento aos convênios assinados anteriormente com vários órgãos de diversas localidades mineiras entre as quais Prata, Patrocínio, Uberlândia, Araguari, Tupaciaguara e, ainda recursos para obras de eletrificação rural no Estado a cargo da ERMIG.

Do total acima referido fornecido pelo INDA, NCr\$ 100.000,00 foram entregues pelo sr. Dix-Huit Rosado à Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia para serem empregados na obtenção de equipamento das instalações daquela Cooperativa; ainda para Uberlândia, relativo a convênio firmado pela autarquia com o Ministério do Exército — 36.º Batalhão de Infantaria —, serão carreados NCr\$ 10.000,00 destinados às despesas de obras de Eletrificação Rural da área da Granja do Centro Social daquela Unidade Militar.

Seguem-se nesta série de recursos fornecidos pelo INDA para o desenvolvimento agrário das áreas de Minas a entrega de NCr\$ 15.000,00 em favor do 12.º Batalhão Ferroviário da II Região Militar do I Exército, sediado em Araguari, para desenvolver as atividades agropecuárias daquela Unidade do Exército e ainda em Araguari consignados a Sociedade de Defesa Contra a Lepra para atender contribuição financeira àquela Sociedade; destinada ao Educandário de Triângulo Mineiro Eunice Weaver a quantia de NCr\$ 10.000,00; para Tupaciaguara, em favor do Sindicato Rural de Tupaciaguara a importância de NCr\$ 100.000,00 contribuição da autarquia federal do desenvolvimento agrário tendo em vista a construção da instalação da Feira Agropecuária para engorda em confinamento e concurso leiteiro naquele Município; e em cumprimento a convênio firmado com ERMIG para desenvolvimento de obras de eletrificação rural no Estado montanhês cerca NCr\$ 350.000,00.

UM CARÁTER

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Sessentão, magrete, mediano, cabelos louro-baço-esbranquiçados, olhos garços, orelhas acabanadas, mãos nodosas, pés descalços esparramados com dedos em leque, calças e camisa lotadas de remendos, desdentado, diz: — Com licença?

Respeitoso, deferente, atencioso, sobe na vageza os degraus do alpendre, coloca, lento, no cabide o chapéu de matuto de palhinha se acabando que trazia na mão, estende-a, aperta firme, ligeiramente demorado a do novo Senhor da Conceição e, voz baixa, rouquenha, profunda fala: — Vim para conhecê-lo; chamo-me Belário. Seu nome, como todo mundo, nestas bandas, soube assim que comprou esse fazendão, Dr. Silvío. Alegra-me que tenha simpatizado comigo. Sei disso por ter ao nos cumprimentarmos, instintivamente, batido de leve nas minhas costas à altura do ombro como que buscando aproximar-me de si. Quando uma pessoa não vai logo com outra, põem-lhe, sem disso ter consciência, a mão no peito para mantê-la longe do coração.

—Veja o que é o destino! Não molenguei, não mandriei, não descansei, não preguiceí. A vida tôda, uma faina incessante, só trabalho, lida, serviço, uma existência dura, penosa, de esforço contínuo, a formar layoura na Bela Esperança. Litros sem conta de suor a regá-las — e nada. Ao fim cheguei ao que vê. Um molambo coberto de molambos. Moço, saudável, forte, dando tudo de mim, jamais com o pouco, escasso, minguado ganho, poderia uma vez única que fôsse vestir-me assim no trinque, no apuro, no esmero. Tivesse nascido em família rica, recebido trato e educação talvez me mostras-



se como o senhor, uma distinção de criatura. Imagine, mesmo agora, que figurão: — De botas de couro fino, culote de gabardina, camisa de linho puro, capacete lonado de desbravador — esse velho caco de gente ainda faria!

Quinzena após era de ver o sucesso, o assombro provocado por Belário a zanzar no gasto pangaré — o Fumaça — exibindo a indumentária, presente revelador, como apregoava, da alma diamantina do amigo que recém fizera.

Por anos a fio, no primeiro domingo de sol (se chovesse não arriscava o vestuário) de cada mês, era certo ir à Conceição levar um mimo: favos de mel silvestre, espiga de milho verde, melro danado de cantador, chicote trançado em casa, frutas do mato, queijo fresco de leite de cabra, porrete de ipê-mirim tirado no minguante, frango nôvo.

No dia em que a bela Esperança foi incorporada à

Conceição — assinada a escritura de compra aos herdeiros de Sô Fidelino — bateu-se Dr. Silvío direto para a casa de Belário, o mais antigo colono da propriedade adquirida, o qual muito o ajudara com conselhos e diligências na efetuação do excelente negócio, não foi pequena a surpresa, foi grande o espanto que teve ao saber que na manhã daquele mesmo dia, o velho Belário mudara-se para o Buracão. Tocou-se para lá e ao defrontá-lo — vindo da arrumação dos teréns, para atender ao chamado — foi logo indagando da razão do extranho procedimento.

— É que — ouviu — a colocação que tinha lá era a melhor da propriedade; estou acabado, produção minha é pouca, mesmo no esforço. O senhor precisa de renda, tenho em vista um camarada nôvo, entendido, prático em verduragem, com quatro enxadas de casa para tornar aquilo o que era no meu tempo de môço.

O MATE

O preparo do mate compreende dois ciclos: cancheamento e beneficiamento, aquele realizado pelo produtor, no erval, este pelo industrial, no engenho.

3 - Tecnologia do Mate

1 — CANCHEAMENTO

As operações de limpeza do erval, corte, sapeco, secagem, malhação e coagem realizadas na erva-mate constituem o primeiro ciclo do preparo do produto, ou seja, o **cancheamento**, chamando-se de **cancheado** o mate resultante.

LIMPEZA DO ERVAL

Quando o erval é nativo, inicia-se a colheita com a limpeza e roçada, retirando-se tudo aquilo que possa dificultar o trabalho, tais como pequenos arbustos, toras, etc. e fazendo-se uma ligeira capina.

A roçada é de grande benefício, pois, além de facilitar a colheita, torna-a mais produtiva e menos sujeita a pragas o erval.

Quando se trata de plantação, o trabalho de limpeza fica muito reduzido, quase nulo mesmo, o que torna o custo de colheita muito menor.

Transcreveremos, a seguir, o que diz a respeito da cultura de erva-mate a monografia "Exploração do Mate", publicada em 1929 pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:

SEMENTES

Geralmente a erva-mate floresce e frutifica de outubro a dezembro, porém, os seus frutos só ficam completamente maduros nos meses de fevereiro e março, quando se deve proceder a colheita para as sementeiras. Os frutos destinados a fornecer as sementes, devem ser cuidadosamente escolhidos e bem maduros. É uma operação morosa sobretudo porque a maturação é irregular e não se deve empregar sementes de frutos verdoengos ou mal sazoados. Escolhidas as bagas completamente maduras, que apresentam uma coloração vermelho-arrozeada, são elas postas, em maceração

até que, esmagadas entre os dedos, a pólpa glutinosa se separe facilmente das sementes. Sucessivas lavagens e peneirações da massa facilitam a completa separação das sementes que são, a seguir, secas à sombra.

ESTRATIFICAÇÃO DAS SEMENTES

Os processos seguidos para a germinação variam e constituem ainda objeto de estudos e observações dos fatores favoráveis à aceleração. Está provada a benéfica influência de certos tratamentos alcalinos nas sementes, entretanto, o processo de estratificação mais seguido e ao alcance de qualquer é o seguinte:

Em lugar sombreado enterra-se uma caixa de madeira ou lata, das de querosene, por exemplo, furada no fundo e de modo que as bordas fiquem à superfície. Coloca-se-lhe depois uma camada de terra fina, misturada com areia, e, em seguida sobre essa camada espalha-se certa porção de sementes e assim, sucessivamente, até encher o recipiente. Conservam-se as sementes, mediante regas moderadas, em boas condições de humidade e, sete ou oito meses após está terminada a operação, devendo-se esvasiar a caixa ou lata e separar as sementes, peneirando cuidadosamente o terriço.



ENNIO L. LEITÃO

Químico Industrial Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

(Conclusão)

Erval nativo no interior de Santa Catarina

SEMENTEIRA

A sementeira pode ser feita diretamente em canteiros bem preparados e convenientemente abrigados ou em caixões. Estes, além da facilidade de proteção contra as intempéries, oferecem a vantagem do fácil transporte aos viveiros ou local da primeira transplantação.

Um bom tamanho para os caixões é o de 0,50 m de comprimento por 0,35 m de largura e 0,08 m de altura.

Na sementeira deve-se ter em vista a natureza e o preparo da terra empregada que deve ser leve, fértil e muito bem trabalhada.

As terras de mata são as preferíveis constituindo um bom tipo, o sílico-argiloso, se possível, peneirado ou muito bem esmiuçado.

As sementes são então distribuídas a granel na superfície do canteiro ou caixão e a seguir cobertas por tênue camada de terra peneirada e, ligeiramente comprimida com o auxílio de uma taboinha.

Trinta a quarenta dias depois aparecem as plantinhas, devendo, durante esse tempo, se fazer a rega necessária para manter as sementes em boas condições de humidade e conservar os canteiros ou caixas limpos de ervas estranhas.

É necessário conservar as sementeiras ao abrigo dos

raios diretos do Sol e dos fortes aguaceiros, usando, para isso, ripados de madeira ou uma cobertura de palha, capim etc., a altura conveniente.

Os ripados oferecem, incontestavelmente maiores vantagens e, como construções mais ou menos duráveis e cuidadas, ao abrigo dêles se criam as mudinhas de sucessivas sementeiras.

Um bom tipo de ripado é constituído de tal modo que as ripas ou taboas são pregadas, em cada seção paralela e regularmente, a espaços iguais ao ocupado pela sua largura. Deve ser espaçoso, mais alto que um homem e cobertos de madeira a impedir que as águas gotejantes danifiquem as plantinhas.

VIVEIROS

Para que as plantinhas se transformem em mudas vigorosas devem, ao atingirem o desenvolvimento de 8 a 10 centímetros, ser mudadas para os viveiros, situados estes, de preferência, em terras do mato, fértil e frescas. Os canteiros precisam ser cuidadosamente preparados como os que serviram nas sementeiras, cavados a preceito, bem esmiuçados à superfície, e, devidamente abrigados. A terra sílico-argilo-humosa é a preferível.

As mudinhas são plantadas mais ou menos a distância de 30 centímetros em todos os sentidos e aí se desenvolvem até a época de transplantação definitiva que deve ser feita quando alcançam 30 a 50 centímetros de altura.

Os cuidados necessários para se manter os viveiros em condições favoráveis ao crescimento das plantas são os das mondas e regas oportunas. Os canteiros devem, pois, ser mantidos limpos de ervas daninhas e com a humidade e frescura necessárias ao rápido desenvolvimento vegetativo das mudas.

A proteção das plantas em viveiro contra os raios ardentes do Sol, o excesso de chuvas e as geadas, é tão necessária quanto as regras e mondas. Daí a importância dos abrigos, sobretudo para os viveiros em campo, podendo-se fazer econômicas coberturas com ramos, etc. suspensos em estacas a uma altura conveniente. As coberturas com panos de serapilheiras não são tão vantajosas além de mais caras.

A criação das plantas em **balainhos** ou cestas de taquara é pouco usada, embora ofereça a vantagem de nenhum risco na transplantação para o sítio definitivo.

Dos viveiros são as mudas retiradas de acordo com as necessidades dos trabalhos de transplantação para o estabelecimento do erval.

A extração das plantas nos canteiros exige maiores cuidados, devendo-se atenuar quanto possível os frequentes danos sofridos ao serem as plantas arrancadas. As mudas antecipada e gradualmente habituadas às condições do meio onde vão ser cultivadas, oferecem maior segurança. Os canteiros, abundantemente regados de véspera, facilitam o trabalho do arrancamento das plantas. Essa operação é geralmente feita com uma pá direita e de modo a não ofender as raízes principais da muda, devendo-se tirá-la cuidadosamente, com o bloco de terra aderente às raízes.

No caso dos viveiros situados longe do erval em formação torna-se necessária a embalagem das mudas para evitar o desprendimento da terra protetora do sistema radicular, tendo-se em vista o melhor aproveitamento das vantagens inerentes ao viveiro.

A embalagem das mudas destinadas ao transporte a maiores distâncias não difere da de outras plantas acondicionadas para a exportação, sendo o bloco de terra envolvido em serapilheira, grama, etc., de maneira a manter a planta em favoráveis condições de vitalidade até o seu definitivo plantio.

TRANSPLANTAÇÃO

Uma vez preparado o terreno para a formação do erval, são as mudas plantadas em covas de 40 a 50 centímetros de cubo e alinhadas a distâncias compatíveis com o futuro desenvolvimento da planta. Os dias chuvosos são os preferidos para essa operação em que se deve observar, ter em vista, a conveniência de cobrir as raízes com a terra mais arejada da superfície de maneira que a retirada do fundo, por ocasião da abertura da cova, seja utilizada para completar o enchimento da mesma, ficando assim exposta, e, pouco a pouco, melhorando sob a benéfica influência dos agentes atmosféricos.

Geralmente são as mudas escolhidas, segundo o seu desenvolvimento e, preferidas

quando atingem 30 a 50 centímetros de altura.

As mudas desenvolvidas nos jacazinhos, balainhos, ou cestos de taquara ou em qualquer dos recipientes indicados para o enveijamento das plantas arbustivas e arbóreas, nada sofrem com a transplantação, limitando-se o trabalho ao simples enterramento do vaso cujas paredes facilmente apodrecem e permitem o livre crescimento das raízes.

A erva-mate é tida como planta padrão de terras inferiores na região do seu habitat, entretanto, na escolha de um terreno para o estabelecimento de um erval, deve-se ter em vista que as terras férteis, permeáveis e profundas lhes são sempre favoráveis. As terras silicó-humosas parecem preferíveis, notando-se que nas de campo, geralmente pobres em humos, o desenvolvimento da planta é retardado em relação ao atingido nas de mato ou "terras de planta" como se diz no sul do país.

PREPARO DA TERRA

O preparo da terra para o estabelecimento da cultura que, como se sabe, é ainda feita em pequena escala nas próprias regiões ervateiras do país, é muito rudimentar quando nos terrenos de mato e mais cuidado quando se tem em vista o plantio no campo.

Os terrenos de mato são apenas roçados, deixando-se as maiores árvores, principalmente o pinheiro, para abrigo do erval e os de campo são lavrados, destocados e gradeados e assim facilitado o arejamento, a penetração e conservação das águas pluviais, previamente melhoradas as suas condições culturais.

ALINHAMENTO

Em seguida é feito o alinhamento para a abertura das covas, adotando-se as disposições em quadrados, quinconcios e retângulos. Mas, não obstante facilitar essa última forma o aproveitamento da superfície com maior número de plantas a distâncias e compatíveis com o seu desenvolvimento, as plantações em quadrados ou retângulos são mais frequentes e preferidas.

No alinhamento em quadrado, de todos os mais simples, as covas são abertas a igual distância em todos os sentidos, enquanto que, na disposição em quinconcio, embora as covas fiquem rigorosamente equidistantes, os intervalos entre as linhas são menores que os de cova ou planta em qualquer sentido. A distribuição em retângulo, também de fácil e muito simples alinhamento, deixa entre as linhas carreiras mais largas e, se por um lado, apresenta desvantagem de dificultar os trabalhos culturais no sentido transversal, as carreiras principais nos terrenos planos ou ondulados como são quase sempre os de campo, facilita, por outro lado, o trânsito e assim os trabalhos culturais e a colheita no sentido das carreiras.

MARCAÇÃO DAS COVAS

Qualquer que seja a disposição preferida para o estabelecimento da cultura, a marcação dos lugares para a abertura das covas é feita de acordo com as necessidades do crescimento de árvore e segundo os métodos comuns nos trabalhos de alinhamento para as culturas de plantas arbustivas e arbóreas de longa duração.

DISTANCIAS

Nos ervais de cultura, até agora formados, as distâncias adotadas para o plantio variam de 2,50 a 3 metros entre as covas, e 3 a 4 metros entre as linhas. Entretanto, são recomendadas e preferíveis, as distâncias de 3,50 x 4 para as disposições em retângulo e 4 x 4 metros para as plantações em quadrados e quinconcios comportando assim o hectare 625 a 722 plantas nas culturas abrigadas.

ABERTURA DAS COVAS

Nos terrenos de campos as covas são maiores que nos de mato ou "terra de cultura". Naqueles devem ser abertas, para o melhor desenvolvimento das plantas, a uma fundura de 40 a 50 centímetros e outros tantos de boca. O tamanho das covas, variando com a natureza do terreno, deve assegurar ao "guacho" ou muda da erva-

mate, um volume de terra bem preparada e assim uma reserva de alimentos e de humidade favoráveis ao seu rápido desenvolvimento. Daí a conveniência de serem as covas abertas com antecedência para que os agentes atmosféricos beneficiem o subsolo e dos cuidados recomendados na transplantação sobre a melhor maneira do enchimento parcial ou total da cova.

COLHEITA

Feita de acordo com o sistema de sapeco adotado. No caso dêste ser manual, cortam-se galhos grandes e no sapeco mecânico, folhas e pequenos galhos.

Não é conveniente retirar mais do que 70 a 80% da folhagem pois, como a erva é uma planta de folha permanente, suas funções vitais não sofrem solução de continuidade e, se fizermos poda total, provocaremos interrupção dessas, com sérios inconvenientes, em geral atribuídos às geadas, ao sol forte, à secura do tempo etc.

Nenhuma erva deve ser cortada no período de floração e frutificação, pois sabido é que, então, as reservas das folhas desaparecem, em parte ou totalmente. O critério em voga para a escolha da época da colheita é empírico, mas deve ser seguido até que estudos mais precisos venham estabelecer uma base sólida para a escolha.

Os galhos devem ser cortados para cima, afim de não prejudicar a planta e, geralmente, o período de colheita inicia-se em maio e termina em setembro nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sendo que nos Territórios de Ponta Porã e Iguazú a safra vai até o mês de novembro.

A colheita, da forma realizada no sul, é uma verdadeira poda degenerando, por vezes, num bárbaro esgalhamento que deixa as árvores quase que totalmente desprovidas de folhas.

A legislação brasileira só permite o corte de folhas maduras, isto é, de pelo menos três anos de idade, pois, embora as folhas novas sejam mais ricas em cafeína, apresentam deficiências

noutros elementos, como extrato seco, por exemplo.

Nota-se ainda, muito primitivismo no atual processo de colheita e, o Instituto já elaborou um plano que visa tornar mais racional esse trabalho.

Em sucessivas entrevistas que demos à imprensa, quer em Curitiba (O Dia, 13 de junho de 1944), quer no Rio (Correio da Noite, 17 de junho de 1949) dissemos:

"No momento, cogita o Instituto de realizar uma obra que podemos considerar de suma importância. Trata-se da retificação dos ervais. Já em outubro do ano passado, foi aprovado, em linhas gerais, o trabalho a ser realizado, após uma viagem à região ervateira, em companhia do Dr. Carlos Gomes de Oliveira, presidente do Instituto, afim de verificar a viabilidade do que se propunha fazer. Autorizou o presidente do Instituto a realização dos estudos preliminares, afim de ser feita a retificação dos ervais. O trabalho será longo, mas acredito que muito lucrará a indústria ervateira com a realização do mesmo. Apresentamos à presidência do Instituto um plano para execução do serviço que, em linhas gerais, obedece ao seguinte: procurar interessar um ou mais produtores no trabalho que se pretende realizar, mostrando as vantagens do mesmo selecionar as variedades que melhor se adaptem à região, afim de, no plantio, procurar dar uma uniformidade ao produto, dar ao erval trabalhado a maior simetria possível.

Para iniciar o trabalho — continuou o nosso entrevistado — baixou o Instituto instruções que serão enviadas às Cooperativas afim das mesmas colherem dos produtores os dados necessários. Nestas instruções, pedimos: número de ervaíras existentes no erval; quantidade colhida na presente safra e número de ervaíras podadas, e qual a variedade predominante.

Este trabalho deverá ser sumamente facilitado pelas Cooperativas, pois a centralização dos produtores num só local torna mais fácil o contato deles com o Instituto. Pensamos, mesmo, que o trabalho principal das Co-

operativas é o da melhoria do produto, e acreditamos que uma entrosagem das mesmas com a Seção de Produção e Indústria, de grande utilidade será para todos, pois far-se-á assim com muito mais facilidade a divulgação dos métodos mais aconselhados para um racional aproveitamento da erva-mate. Embora o empirismo deva ser respeitado, pois a ciência moderna vem confirmando a razão de ser de vários processos usados pelos nossos antepassados, não devemos, por esta razão, deixar de procurar melhorar o que atualmente existe.

A retificação dos ervais corresponde a um reflorescimento de nossa zona ervateira, com a diferença de que, aqui colaborando com a natureza, transformamos de maneira econômica e natural um erval nativo em um erval plantado, dando ao mesmo a vantagem de tornar mais fácil a colheita, o tratamento e, ao mesmo tempo, ausência dos perigos de erosão.

Acreditamos que os serviços realizados pelo Instituto Nacional do Mate incentivarão uma melhoria do produto dando assim margem à colocação em novos mercados desta nossa "ilicinea", possuidora de tão magnânimas propriedades."

Por aí se verifica que o Instituto vem estudando a questão com o interesse que ela merece.

No plano de trabalho de nossa Seção, enviado à Presidência do I.N.M. em 4 de outubro de 1943, no mesmo ano encaminhado à Junta Deliberativa, preconizávamos na letra b do item III, referente à produção: "providenciar a retificação dos ervais afim de:

"melhorar a colheita e torná-la mais econômica, retirando as variedades pobres, as de mais idade e atacadas por moléstias e, quando necessário, plantar novas ervaíras."

Normalmente o trabalho de colheita é realizado por empreitada, recebendo o trabalhador uma determinada importância para colhêr quarenta e cinco quilos de folhas verdes que correspondem a quinze quilos de erva-seca, isto é, uma arroba.

SAPECO

Denomina-se sapeco a ação direta das chamas sobre a folha de erva-mate, produzindo uma ligeira tostação destinada a evitar que a folha fermente.

Segundo o químico colombiano Dr. Cortez (1), os principais efeitos benéficos da folha se derivam de uma enzima denominada "clorofilase" encontrado na matéria corante-verde da folha do mate. O trabalho acima citado vem confirmar que o emprismo dos iniciadores do preparo do mate estava certo ao começar pelo sapeco. Assim, a ciência moderna vem sancionar essa prática, como indispensável é obtenção de uma boa bebida.

Como dissemos, o sapeco pode ser manual ou mecânico. Aquêlé é feito junto à erva, logo após o corte, constituindo, em linhas gerais, no seguinte:

O mate conduzido para o sapecador, composto, geralmente, de duas paredes de um metro de altura, formadas por toros de madeira verde, medindo aproximadamente vinte centímetros de diâmetro por 1,30 m de comprimento, possui um intervalo entre as duas paredes que varia de 50 a 60 cm e onde se faz o fogo para o sapeco. Como combustível emprega-se geralmente a lenha seca e não resinosa.

Os galhos grandes são colocados sobre as chamas e o operador, fazendo um movimento de rotação, distribui o calor com uniformidade, de maneira a que todas as folhas sejam atingidas pelas chamas.

Esta operação requer certa prática e o produto naturalmente apresenta variações de acôrdo com os operadores que a realizam, e este inconveniente sugeriu experiências com o sapeco mecânico, hoje bastante empregado.

Nesta operação usa-se um cilindro reforçado, com paredes de arame grosso tendo aberturas de meia polegada. O sistema de funcionamento do cilindro varia. Alguns possuem um eixo interno, outros funcionam sô-

bre rodas que recebem o movimento de uma máquina.

O cilindro tem mais ou menos dois metros e meio de comprimento por 70 a 80 cm de diâmetro e fica colocado sobre uma fornalha feita especialmente para o fim a que se destina, sendo o cilindro instalado com uma inclinação de 20 a 25 graus sobre a horizontal.

Feito o fogo, cuja chama deve rodear o cilindro, coloca-se dentro do mesmo as folhas de erva, pela parte superior um operário ou um dispositivo mecânico qualquer, movimenta-o a pequena velocidade para que os galhinhos movendo-se dentro do cilindro recebam o calor uniformemente. Assim com pouca volta e graças à inclinação do cilindro, eles passam sobre as chamas e saem pela abertura inferior já sapecados.

A erva assim sapecada perde 20% do seu peso ao sair do aparelho e adquire uma cor amarelada e um odor característico.

No sapecador mecânico a temperatura varia de 200 a 250° centígrados.

O mate sapecado é então conduzido, num intervalo, nunca superior a 12 horas, ao barbaquá ou secador.

SECAGEM

O mate depois de sapecado é levado para a secagem final, e geralmente são empregados 3 sistemas.

- a) carijó-furna
- b) barbaquá sistema Paraguaio
- c) barbaquá brasileiro ou guarani.
- e) Câmaras de secagem

a) O **CARIJÓ-FURNA** — é um processo já pouco usado. Uma escavação em declive de terreno é coberto por uma espécie de engradado onde se coloca a erva sapecada recebendo aí o calor do piso direto provindo da base da escavação.

Geralmente, a distância do piso do carijó à parte de madeira, onde se coloca a erva a secar, é de 2 metros va-

riando o tempo de secagem de 12 a 24 horas, obtendo-se no entanto erva da melhor qualidade, quando se utiliza o último espaço de tempo, isto é, 24 horas.

O sistema carijó-furna, ainda é usado nos arredores de Curitiba e nos municípios de Prudentópolis e Guaruapuava, no Paraná.

A "erva-de-carijó", apresenta um odor empíreumático proveniente de fumaça despreendido durante a secagem. Protejendo o carijó contra as intempéries, há sempre uma cobertura feita de madeira, ou folhagem.

De um modo geral o carijó é um tendal suspenso sobre forquilhas, feito com troncos de pequenos diâmetros, protegido com uma cobertura e aberto dos lados.

SUDENE

A SUDENE pediu ao Conselho Coordenador da Aliança para o Progresso (COCAP) que obtenha, junto a organismos estrangeiros, empréstimos no valor de NCr\$ 7,7 milhões, para aplicar ao programa de energia elétrica.

* * *

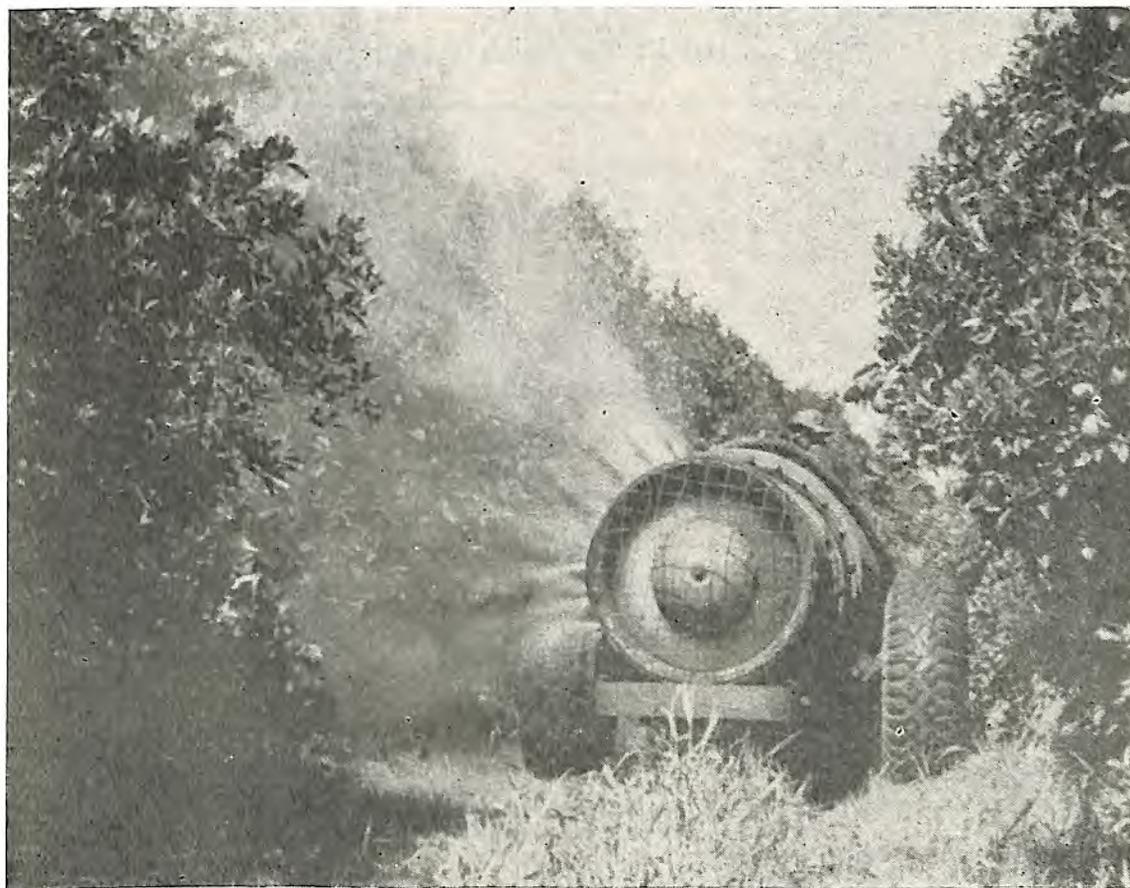
Mais 469 mil cruzeiros novos foram liberados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, referentes a parcelas de convênios firmados com diversos órgãos estaduais nordestinos, visando a execução de programas de infraestrutura e de agricultura. A maior parcela é destinada ao Rio Grande do Norte.

A LAVOURA

1897 — 1969

72 ANOS

A FOTO INTERNACIONAL



O tratamento químico em qualquer tipo de plantação nos Estados Unidos, contra insetos, já é matéria de rotina. A luta contra todos os tipos de pragas e ervas daninhas é incessante e os inseticidas tornam-se cada vez mais numerosos e mais eficientes. Mas se os produtos químicos se aperfeiçoam, também a maneira de aplicá-los apresentando novas máquinas para borrifar as plantações. A foto nos mostra o último tipo de máquina para lançar inseticida a alta velocidade, sendo o jato produzido por uma hélice modificada de uma aeronave comercial. (Foto IPS, especial — para A LAVOURA).

A CULTURA DO FUMO

Sua tendência e importância sócio-econômica para a Zona da Mata — MG — Resultados experimentais

Francisco Dias Nogueira

I — SEMENTEIRA DE FUMO

1 — LOCALIZAÇÃO

Deve ser localizada em terreno plano. Se tiver inclinação precisa ser defendido contra a invasão das águas e também ser abrigada dos ventos fortes.

Uma vez preparado, com arado, enxadão ou mesmo enxada, deveremos dividi-lo em canteiros de 10 metros de comprimento por um metro de largura, tendo os bordos protegidos por varas de bambus cu mesmo de madeira inferior, separados por ruas de 50 cm.

Depois de bem pulverizada e nivelada a terra do leito, deveremos cobri-la com uma fina camada de estêrco de curral bem curtido e peneirado, na proporção mais ou menos de 2 a 3 quilos de estêrco por metro quadrado.

Depois de 8 a 10 dias, faz-se nova escorificação superficial no terreno, somente na parte que recebeu o estêrco peneirado e depois de bem fôfa e livre de plantas daninhas procede-se a sementeira.

2 — DESINFECCÃO DAS SEMENTES

Antes do semeio devernos fazer a desinfecção das sementes, a fim de garantir o estado de sanidade do viveiro. Por isto preparamos uma solução de nitrato de prata a 1%, isto é, 1 grama de nitrato de prata e 100 grs. de água. Amarramos

as sementes dentro de um pequeno saco de algodão ou morim e deixamos mergulhados na solução por um espaço de 15 minutos deixando secar à sombra. Depois de secas misturamos com cinza para semear.

3 — QUANTIDADE DE SEMENTES

A quantidade de sementes necessárias para semear 10 canteiros de 1m x 10, ou sejam 100 metros quadrados de sementeira deve ser de 7 a 10 gramas de sementes que se mistura com 2 litros de cinza peneirada. Duas colheres de sôpa, razas, de sementes pesam 10 gramas mais ou menos.

Uma grama de sementes de fumo tem mais ou menos 8.000 mudas. Calcula-se 50% de redução para desbaste e outras perdas, ainda teremos, em 100 metros quadrados de sementeiras 40.000 mudas, após repicagem ou desbaste, número suficiente para plantar 4 hectares com o espaçamento de 1m x 1m, como é comum na Zona da Mata de Minas Gerais.

Cumpre esclarecer que um metro quadrado de sementeira não deve conter mais de 400 mudas na época do transplante. Esse número conseguimos arrancando as plantinhas muito juntas, de modo que fiquem guardando entre si, no mínimo, um espaço de 5 cm.

Com o desbaste e maior espaçamento obtemos mudas re-

polhudas, bem formadas, fortes, de caule consistente, e com bom enraizamento, além de evitarmos a formação de blocos maciços de mudas caneludas, esbranquiçadas, desclorofiladas.

Grande parte do insucesso dos preparadores de sementeiras de fumo se atribui ao excesso de sementes que lançam no terreno provocando enorme competição entre as mudas e o aparcimento da mela das sementeiras.

O uso do torrão paulista para a repicagem das mudas jovens (20 a 30 dias após a germinação) tem sido odotado pela Estação Experimental de Rio Pomba, com ótimos resultados. Esse nôvo método evita perda de mudas ao fazer o desbaste e garante melhor êxito do plantio definitivo mesmo quando feito com sol quente porque as plantas repicadas para o torrão, após 5 dias, dispensam tolido, permanecendo ao ar livre.

4 — ÉPOCA DA SEMEADURA

Nesta região as sementeiras são feitas no período de 20 a 31 de dezembro. Todavia, com a irregularidade do regime pluviométrico alguns agricultores estão tentando produzir fumo das águas e para isto é necessário fazer a sementeira no fim de agosto até a primeira quinzena de setembro.

5 — PRÁTICA DE SEMEADURA

Utilizamos uma pequena lata de goiabada, furada com pregos finos, como se fôsse uma

peneira. Com ela, aplicamos uniformemente 5 gramas de sementes misturadas com 2 litros de cinza sobre o canteiro preparado.

Terminada a sementeira, com um regador de crivo fino, faz-se uma rega com solução de DDT, ou sejam 250 g de DDT para 25 litros de água. A solução deste produto controla os insetos que perseguem as sementes no solo.

6 — COBERTURA DA SEMENTEIRA

Uma vez semeados os canteiros deverão ser cobertos com panos de algodão, palhas de palmeira, sapé ou outros recursos de que os agricultores lançam mão. A cobertura além de constituir ótimo abrigo para as plantas tenras, conserva a umidade do leito por maior espaço de tempo.

7 — ADUBAÇÃO

Decorridos 10 dias de germinação, podemos fazer uma irrigação com salitre na base de 2 colheres de sopa de salitre para cada 10 litros de água.

8 — DEFESA FITOSSANITÁRIA DAS SEMENTEIRAS

Se o tempo estiver bom deveremos pulverizar as sementeiras de 8 em 8 dias. Diminuiremos o espaço para 4 dias e até para de dois em dois dias se o tempo permanecer úmido e chuvoso.

As pulverizações podem ser com calda bordaleza, Manzate, Horta Pó Du-Pont, Ditane Z-78. Com a aplicação destes fungicidas fazemos o tratamento preventivo contra a mela e outras doenças das sementeiras.

Para combater grilos, outros insetos e suas lavras, utilizam-se os inseticidas: DDT, Rhodiatox, Terraldrin, aldrin, diel-drin, ditane, etc.

II — PLANTIO DEFINITIVO

1 — ESCOLHA DAS VARIEDADES

1.1 — Fumo para corda ou rôlo:

Sul de Minas	Groteiro
Cabeludinho	Goiano
Azulão	Descalvado
Tietê	Vuelta Abajo 9
Gigante	

HÍBRIDOS

K 5	—	38
P 38	—	5
R 38	—	2
M 2	—	38

1.2 — Fumos de folhas para cigarros:

Chinês	F. 195	Kavala
Virgínia	Herzegovinia	Conneticut broad leaf
Santa Cruz	Sary	Burley
Rio Pardiniho	Thaddyán n.º 1	Sumatra
Sanzoun	M.D. Broad leaf	Tobacks etc.

1.3 — Fumo de Fólhas para charuto

Brasil—Bahia
Kentucky
Havana 211
Amarelinho tipo A-33
Colônia
Jorjão, etc.

2 — Época: — A intensidade maior do plantio é na 1.ª quinzena de março aproveitando-se os dias de umidade relativa do ar acima de 80%.

3 — Preparo do solo: — A maioria dos agricultores nesta região ainda plantam o fumo consorciado com o milho o que não recomendamos. Neste caso o trabalho de arar e, raramente, de gradear é feito apenas para o milho. Para o plantio do fumo usam-se a capina e o coveamento.

O que recomendamos é o preparo bem feito do terreno (1 aradura e 2 gradeações) com bastante antecedência, para a cultura do fumo isolada, a fim de que o mato enterrado se decomponha antes do plantio do fumo. A 2.ª gradagem pode ser 1 dia antes do plantio e tem finalidade de combater algumas ervas daninhas que sempre germinam após o ato da 1.ª gradagem. As ervas daninhas não devem concorrer com a cultura.

4 — Prática do plantio definitivo: — Pode adotar-se a abertura de sulcos com a distância de 1m entre eles ou co-

"A LAVOURA"

72 anos

A mais antiga Revista agrícola em circulação no Brasil

A Cultura do Fumo

vamento distanciado de 1m entre covas. Um terreno de 100m x 100m (1 ha) comporta cem sulcos numa mesma direção ou dez mil covas para plantio no espaçamento de 1m.

Todavia os agricultores não obedecem rigorosamente esta prática porque plantam o fumo consorciadamente com o milho, em espaçamento variado de 1m até 1,20m. A maioria dos agricultores adota o processo de plantar a muda de raiz nua necessitando para isto de dias chuvosos ou excessivamente úmidos. A ocorrência de tempo especial para o plantio definitivo será dispensada se as mudas estiverem no torrão paulista e em pleno ar livre, portanto aclimatada perfeitamente com as condições de campo.

Além desta vantagem, as mudas que vão no torrão, para o campo, garantem o êxito do plantio, evitando a replanta exigida por traumatismo radicular, falta de aclimação e ganham maior índice de desenvolvimento. A profundidade da cova ou sulco deve equivaler à altura do torrão.

Como combate preventivo aos insetos, especialmente à "lagarta rôsca", coloca-se aldrin em torno da cova, depois de plantada a muda.

5 — COBERTURA MORTA (MULCHING): — A cultura do fumo agradece muito a cobertura, morta, principalmente para fumais plantados mais tarde, por duas causas: a 1.^a é a manutenção da umidade no solo e a 2.^a evitar o aparecimento de ervas daninhas. Os agricultores que plantam fumo consorciadamente com o milho fazem uma cobertura precária com os restos culturais do milho (colmos).

6 — ADUBAÇÃO: — Em se tratando de planta esgotante do solo a Subestação Experimental de Pomba tem dado maior atenção aos estudos de adubação da cultura do fumo, para a manutenção do alto nível de produção e atualização de fórmulas para dosagem da adubação.

Para avaliar o quanto de elementos minerais a cultura do fumo absorve do solo, estabeleceu-se a relação entre o peso de suas cinzas que representa de 19-28% do peso da folha antes da combustão. Portanto nenhuma planta contém tantas substâncias minerais como o tabaco e conclui-se que não há cultura que esgota o solo no mesmo grau.

Isto justifica a preocupação que se deve ter com a manutenção da fertilidade do solo no qual se pratica a cultura do fumo.

As modificações na adubação atribuem-se então ao esgotamento natural do solo e à qualidade ou "cabedal" que ela pode proporcionar ao produto industrializado.

Em 1950, estudos destinados somente ao aumento da produção econômica, concluídos na Subestação Experimental de Pomba, publicados no Boletim n.º 6 do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, recomendavam a seguinte adubação para a Zona da Mata de Minas Gerais:

300 kg/ha de salitre do Chile
400 kg/ha de superfosfato
150 kg/ha de Cloreto de potássio
10 ton/ha de estrume de curral.

Com esta fórmula foi obtida uma produção média de 1.598 kg de folhas curadas por hectare.

Em 1957, com avanço da ciência os grandes centros de pesquisas já tinham conhecimento de que o uso do cloreto de potássio prejudicava a combustibilidade do fumo.

Uma nova publicação, o Boletim Técnico n.º 1 do Instituto Agrônomico do Oeste (hoje IPEACO), divulgou a atualização da fórmula anterior que se modificou pela introdução do sulfato de potássio no lugar do cloreto de potássio, na mesma dosagem com o fim de melhorar a combustibilidade do produto.

A recomendação passou a ser:
300 kg/ha de salitre do Chile
400 kg/ha de superfosfato
150 kg/ha de sulfato de potássio

Não se recomendou o estêrco pela escassez e preço muito elevado.

Com esta adubação foi obtida a produção de 1.150 kg/ha de folhas curadas.

Todavia há quem recomende a aplicação de traços de cloreto de potássio (6 kg/ha) quantidade que não prejudica a combustibilidade e melhora o cabedal. Porém este uso precisa ser repetido experimentalmente para uma recomendação segura.

Em 1965, comparados os resultados daquele ano com os obtidos em 1950 e 1957, verificou-se a necessidade de nova reformulação uma vez que a produção vinha decrescendo. Iniciou-se então, na Subestação Experimental de Pomba, o Ex-

perimento de Níveis de Adubação do Fumo nos solos da Zona da Mata de Minas Gerais, com macro e micro nutrientes (elementos maiores e menores), encerrado em 1968 com 3 anos de execução.

O melhor resultado obteve-se com o tratamento 2-3-2 + zinco que corresponde à seguinte adubação:

300 kg/ha de sulfato de amônia
600 kg/ha de superfosfato
167 kg/ha de sulfato de potássio
1,5 grama de sulfato de zinco por cova

A produção foi de 2.640 kg/ha de folhas curadas:

Outro tratamento 2-2-3 sem micro nutriente e que corresponde à adubação de:

300 kg/ha de sulfato de amônia
400 kg/ha de superfosfato, e
250 kg/ha de sulfato de potássio, proporcionou a produção de 2.600 kg/ha de folhas curadas.

Quanto à adubação em cobertura, o fumo responde bem dependendo das condições higroscópicas do solo, modo de aplicar (exposta ao ar livre ou enterrada). A adubação foliar em cobertura também tem dado bons resultados em aumento de produção e aspecto de folha. Como é mais um ônus sobre a cultura é conveniente fazer um estudo econômico, sobre colocação da safra antes de usá-la.

7 — TRATOS CULTURAIS: — Encerram-se nas capinas, desolhas, capação e a defesa fitossanitária.

Capina — É feita geralmente após o plantio 15 a 20 dias decorridos. Quando se faz esta operação aproveita-se o ensejo para chegar terra à planta. Pode ser manual ou mecânica. Se usar a cobertura morta a capina será desnecessária e bastará uma ligeira escarificação em torno da planta.

Desolha — A escolha pode iniciar-se antes ou depois da capação dependendo da variedade que está sendo cultivada. Por exemplo, nas variedades Santa Cruz, Virgínia e Chinês a emissão de brotos auxiliares começa antes da emissão da inflorescência. Esta operação faz-se quantas vezes forem necessárias especialmente em se tratando de fumo cultivado nesta região que se destina à produção de corda ou rôlo.

Capação — Consiste na eliminação da inflorescência e é feita, quando 30% da cultura aproximadamente já emitiu o botão floral.

Tanto a desolha como a capação visam das maior corpo (cabedal) às folhas que, numa cultura bem desenvolvida são em n.º de 25 (em média) por planta.

8 — DEFESA FITOSSANITÁRIA: — Consiste no combate às pragas (insetos) e moléstias.

O inseto que causa maiores danos é a lagarta rôsca (*Agrotis ypsilon*) que corta a planta rente ao solo, exigindo que se faça a replanta.

Pertence à ordem dos Lepidópteros, tem hábitos noturnos, permanecendo quieta durante o dia, sob a terra, em volta da planta.

São grossas, lisas, cor cinza escura com listras laterais e ventrais pouco visíveis.

Seu combate tem sido feito com terraldrin e aldrin sendo que o último deu melhor resultado. Além do uso de produtos químicos (inseticidas) recomenda-se a catação em torno de mudas mutiladas para depois fazer a replanta.

Quanto às moléstias tem havido ocorrência mais frequente de viroses (mcaico e necrose branca) e menos frequente aurchadeira (doença bacteriana causada por *Pseudomonas solanacearum*).

Sendo as infestações de maior grau casos isolados, normalmente, os agricultores não adotam defesa fitossanitária no campo porque a cultura seria muito onerada.

Todavia os meios de combate seriam evitar a doença através da escolha de variedades ou linhagens resistentes, aplicação de produtos químicos por pulverização ou polvilhamento. Experimentalmente tem sido aplicado Dithane, Manzate, Cuprosan, Cupravit, com bons resultados.

9 — COLHEITA: A colheita se faz quando as folhas atingem sua maturação que se inicia da base da planta para a extremidade, dando até 4 colheitas assim distribuídas:

baixas — são as folhas mais fracas cuja transformação em corda dá o pior produto (fraco, sem paladar e sem massa).

Nem todos os agricultores aproveitam as folhas baixas para corda. Têm sido vendidas para firmas baianas, para exportação.

1.ª e 2.ª colheitas: Folhas que dão produto já apreciável,

3.ª colheita ou ponteiro: Folhas de maior teor de nicotina que dão produto categorizado ou do melhor "cabedal".

O teor de nicotina, numa planta, varia, em ordem crescente, da base para a extremidade. Isto é importante para a classificação do tabaco.

O aproveitamento da brotação ou "soca" pelos agricultores é condicionado pela ocorrência do tempo. Quando falta chuva para períodos críticos do 1.º ciclo da cultura a safra diminua muito. A brotação de-

Chinês	88,48 gramas/plantas (em 95 pés)
Virginia Bright	83,42 gramas/plantas (em 103 pés)
Santa Cruz	53,57 gramas/plantas (em 56 pés)

envolve se chove no início da colheita e, levando em conta uma adubação bem feita, a colação do produto no mercado, a ocupação da mão-de-obra ociosa às vezes compensa o aproveitamento da brotação ou soca.

Todavia, normalmente não recomendamos porque começam aparecer pulgões e outras pragas que não só depreciam o produto como também poderão infestar o terreno para o plantio seguinte.

III — MELHORAMENTO FITOTÉCNICO: Além de preocupar com o aumento da produtividade do fumo através de melhor adubação e fertilidade do solo que são fatores extrínsecos à planta, a Subestação Experimental de Pomba, através de Experimento de Competição de Variedades e Híbridos obteve também bons resultados com o trabalho de dotar a planta de maior capacidade produtiva sem prejuízo das boas características do produto. Conseguiu-se aumentar a produção do fumo em corda constituindo híbridos resultantes do cruzamento entre as variedades Porchician x Santa Cruz, Sul de Minas x Porchician: K5 — 38, 38-2, M2-38.

A produção média em 3 anos de execução foi de 2.000 kg/ha de folhas curadas e a característica do produto é de fumo forte, com alto teor de nicotina.

O melhoramento do tabaco, como em todas as plantas é orientado para finalidades diferentes e é feito através de seleção de variedades, hibridação.

A seleção pode ser massal, individual e industrial.

Como variedades para corda, galpão e estufa a SEP está com uma coleção de 119, que satisfazem às necessidades exigidas para os mais diversos mercados.

Na nossa agenda de trabalho para o ano agrícola 68/69 consta ensaios de aclimação, es-

paçamento, competição de variedades de fumos aromáticos (sementes importadas pela Cia. de Cigarros Souza Cruz) e competição de variedades maiores produtoras de sementes, entre portes maiores e menores. Em observações preliminares, conseguimos, por planta com as variedades Chinês, Santa Cruz e Virginia (porte grande) a produção média de:

IV — TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO — (Ligeiros aspectos): A tecnologia como a comercialização exigem tratamentos específicos de acordo com a finalidade a que se destina o tabaco.

A industrialização do tabaco exige que as folhas estejam secas e curadas, tanto para a produção de cordas, como para cigarros, charutos e desfiados para cachimbo.

Consegue-se secar as folhas sobre 3 condições diferentes.

- 1) — Ar livre (pouco usado na Zona da Mata)
- 2) — Galpão (muito usado na Zona da Mata)
- 3) — Estufa (usado apenas experimentalmente na Zona da Mata)

Na primeira e segunda condição, obtém-se um tipo de produto comum em aspectos e qualidades. Entretanto, é indispensável o galpão seja maior ou menor para prevenir-se contra chuvas ocasionais na época das safras.

O fumo de estufa já difere muito do produto obtido nos 2 primeiros casos tanto em aspecto como em qualidade.

O tratamento de estufa elimina certas enzimas que durante a cura dariam aspecto mais escuro e desuniforme às folhas, bem como qualidades de sabor, e aroma inferiores.

Tanto o fumo de galpão como o fumo de estufa podem ser usados na indústria de cigarros, em misturas, dentro de proporções diferentes de acordo com as variedades e marcas comerciais lançadas pelos fabricantes de cigarros.

Nas indústrias de cigarros de papel as nervuras depois de cilindradas e achatadas até com menos de 1mm de espessura são também desfiadas e aproveitadas para o enchimento de cigarros.

A Cultura do Fumo

Na primitiva indústria do fumo em corda, as nervuras não passam de resíduos.

Na indústria de charutos, o recheio recebe geralmente o tratamento de galpão e a capa e sobre capas são tratados em estufa.

A cultura do tabaco para obter folhas para capa e sobre capa de charutos precisa de sombreamento. O sombreamento tem por fim desemcorpar a folha e pode ser feito sob a sombra de outra planta ou sob especial.

Além da produção de folhas para fornecimento às ind. de cigarros e tabacarias deve-se ainda pensar na produção de tabaco para a extração de óleo, nicotilamida e ácido isonicotínico.

A extração de óleo seria para atender à demanda da ind. de tintas e vernizes. A nicotilamida e o ácido isonicotínico são subprodutos de largo uso na indústria química farmacêutica sendo quase indispensáveis nas fórmulas de drogas fortificantes, associação de vitaminas especialmente do complexo B 12. No Brasil, a produção desses subprodutos é ainda nula necessitando nossa indústria farmacêutica de importá-los para a composição de suas fórmulas.

Mas esta região continua produzindo unicamente o fumo em corda que se vende em todo o Brasil e um pouco no Uruguai, contando portanto mais com mercado interno. A produção anual da região tem oscilado entre 20.000 a 30.000 toneladas.

Alguns agricultores vendem as folhas de baixo padrão (AP) para algumas firmas exportadoras de Salvador (Bahia) — Amerino Portugal S/A e CRO-NOR Com. e IND. S/A). Todavia, essa operação triangular, através da Bahia, para exportação de resíduos e folhas AP tem sido uma barreira para incrementarmos a exportação do fumo Mineiro porque sendo o pior produto comprado por firmas baianas continua a nossa melhor mercadoria desconhecida no estrangeiro. Por bem da economia mineira, devia o Governo proibir a venda de produto AP para firmas exportadoras sediadas em outros Estados.

Também as firmas SEITA — Serviço d'Exploitation industrielle des tabacs et des allumettes e Empresa dos Tabacos de Angola têm feito contactos na região para negócios.

V — CUSTO DA PRODUÇÃO DE 100.000 MUDAS (500 ARROBAS), FUMO FEITO EM TERRA DE VÁRZEA

Preparo da sementeira, capinas, etc.	85 serviços	
Aração de trator e preparo do terreno, 3 alqueires goianos (48.000 m ²)		NCr\$ 512,00
Distância de pé a pé e rua 1,20m.		
Plantio e covação do terreno	160 serviços	
1. ^a capina	70 "	
2. ^a capina	70 "	
3. ^a capina	60 "	
4. ^a catação	30 "	
Capação	30 "	
1. ^a desolha	90 "	
2. ^a desolha	90 "	
3. ^a desolha	90 "	
1. ^a panha	40 "	
2. ^a panha	40 "	
3. ^a panha	40 "	
Pindobação das 100.000 mudas	650 "	
Destalas (serviço de mulheres)	650 "	
Um homem para fiar e molhar as folhas no ponto de entregar às destiladeiras	90 "	
Outro para ajudar a fiar, dos pavios e ajuntar cordas	90 "	
Um menino que auxilia os 2 fiadores	90 "	
Cura, tomar conta da vira da fumada	110 "	
Um menino para tocar janga (serviço de menino) ..	110 "	
Preço atual de 1 serviço		NCr\$ 3,00
Barracão para secagem das folhas 40m de comprimento; 8m de largura e 3m de altura.		



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Pe-ruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —

Est. de São Paulo

VI — PRODUTIVIDADE E RENDA BRUTA P/HA DA CULTURA DO FUMO NO BRASIL 1965/66

ESTADOS	Área cultivada (1.000 ha)		Produção p/ha (1.000 kg)		Renda bruta p/ha Ncr\$	
	1965	1966	1965	1966	1965	1966
Rondônia.....	0,021	0,015	1,5	1,5	456	920
Acre.....	0,437	0,422	0,6	0,6	407	551
Amazonas.....	0,348	0,352	0,8	0,8	354	418
Roraima.....	—	—	—	—	—	—
Pará.....	5,086	2,661	0,7	0,6	495	358
Amapá.....	0,030	0,035	0,3	0,3	129	175
Maranhão.....	6,340	6,908	0,7	0,6	325	460
Piauí.....	1,982	1,903	0,5	0,5	250	314
Rio Grande do Norte.....	0,111	0,087	0,9	0,4	456	218
Ceará.....	2,0	3,9	0,6	0,7	145	279
Paraíba.....	5,589	4,651	0,6	0,6	123	136
Pernambuco.....	4,2	2,5	0,5	0,9	135	177
Alagoas.....	21,046	16,486	0,8	0,7	194	229
Sergipe.....	4,869	2,777	1,3	0,8	475	317
Bahia.....	55,5	50,9	0,8	0,8	395	321
Minas Gerais.....	28,5	26,0	0,6	0,5	300	325
Espírito Santo.....	0,174	0,150	0,8	0,8	73	89
Rio de Janeiro.....	0,790	0,988	0,5	0,4	80	73
Guanabara.....	—	—	—	—	—	—
São Paulo.....	1,8	1,5	0,6	0,6	370	409
Paraná.....	8,3	9,0	1,5	1,2	340	320
Santa Catarina.....	32,291	32,573	1,2	1,4	371	521
Rio Grande do Sul.....	88,6	93,6	1,0	0,9	320	354
Mato Grosso.....	0,365	0,332	0,6	0,5	225	239
Goiás.....	7,6	7,3	0,8	0,9	307	468
Distrito Federal.....	—	—	—	—	—	—

VII — LEGISLAÇÃO

Não há para o fumo em corda uma legislação oficial e a sua classificação é apenas uma prática comercial não havendo padronização.

Contudo, para o fumo em folha foi possível estabelecer normas oficiais que são as seguintes:

DECRETO N.º 57.820, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1966

Aprova as novas especificações da padronização do TABACO em FOLHA, para cigarros e desfiados, visando a sua classificação e à fiscalização da exportação.

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º do DECRETO-LEI n.º 334, de 15 de março de 1938, e o art. 94, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as especificações baixadas por este Decreto e expedidas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, dispondo sobre a padronização do tabaco em folha, para cigarros e desfiados visando a sua classificação e à fiscalização da exportação.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas

todas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1966, 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELO BRANCO
NEY BRAGA

ESPECIFICAÇÕES da padronização do Tabaco em Folha (*Nicotiana tabacum* L.), para cigarros e desfiados visando à sua classificação e fiscalização da exportação, aprovadas pelo Decreto n.º 57.820, de 15 de Fevereiro de 1966, em virtude de disposições contidas no Decreto-lei n.º 334 de 15 de março de 1938 e do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º — O tabaco em folha para cigarros e desfiados, será classificado em categorias, subcategorias, grupos, subgrupos, classes, subclasses e tipos, segundo os processos de secagem, processos de fermentação e esterilização, modo de arrumação ou apresentação, comprimento, sua posição no pé da planta, cor e qualidade.

Art. 2.º — O tabaco em folha, segundo os processos de secagem, será classificado em duas categorias, assim denominadas:

I — TG ou Tabaco de Galpão, constituído de folhas submetidas a secagem natural, à sombra ou Galpão.

II — TE ou Tabaco de Estufa, constituído de folhas submetidas a secagem artificial, em estufas.

§ 1.º — O tabaco de galpão, quando submetido a fermentação ou esterilização será classificado em duas subcategorias, assim denominadas:

I — TGF ou Tabaco de Galpão Fermentado, constituído de folhas devidamente fermentadas após sua secagem natural ou em galpão.

II — TGE ou Tabaco de Galpão Esterilizado, constituído de folhas devidamente submetidas a esterilização em aparelhos adequados, após sua secagem natural ou em galpão.

Art. 3.º — As folhas de tabaco de qualquer categoria, segundo a sua arrumação ou apresentação, serão classificadas em sete grupos, assim denominadas:

- I — FM — folhas manocadas
- II — FS — folhas soltas
- III — FA — folhas arrumadas
- IV — FDS — folhas destaladas soltas
- V — FDA — folhas destaladas arrumadas
- VI — FSDS — folhas semi-destaladas soltas
- VII — FSDA — folhas semi-destaladas arrumadas

§ 1.º — Enquadra-se no Grupo FM o conjunto de 20 a 25

A Cultura do Fumo

fôlhas uniformes, amarradas, pelas extramidades dos talos por uma fôlha, formando o que se denomina de manoca.

§ 2.º — Enquadra-se no Grupo FS, o conjunto de fôlhas a granel e com talo inteiro.

§ 3.º — Enquadra-se no Grupo FA, o conjunto de fôlhas a granel com o talo inteiro, colocadas umas sobre as outras, formando maços uniformes.

§ 4.º — Enquadra-se no Grupo FDS, o conjunto de fôlhas a granel das quais foi retirada a nervura principal.

§ 5.º — Enquadra-se no Grupo FDA, o conjunto de fôlhas a granel das quais foi retirada a nervura principal e colocadas umas sobre as outras formando maços uniformes.

§ 6.º — Enquadra-se no Grupo FDS, o conjunto de fôlhas a granel, das quais foi retirada apenas parte da nervura principal.

§ 7.º — Enquadra-se no Grupo FSDA, o conjunto de fôlhas, a granel, das quais foi retirada apenas parte da nervura principal e colocadas umas sobre as outras formando maços uniformes.

Art. 4.º — As fôlhas de tabaco, de galpão, segundo o seu comprimento, serão divididas em três subgrupos, a saber:

- I ou Curto
- II ou Médio
- III ou Longo

§ 1.º — Enquadra-se no subgrupo I ou Curto, o conjunto de fôlhas de comprimento entre 25 a 35 centímetros.

§ 2.º — Enquadra-se no subgrupo II ou Médio, o conjunto de fôlhas de comprimento acima de 35 a 55 centímetros.

§ 3.º — Enquadra-se no subgrupo III ou Longo, o conjunto de fôlhas de comprimento acima de 55 centímetros.

Art. 5.º — As fôlhas de tabaco, de galpão, quanto à sua posição na planta, se dividem nas seguintes classes:

- 1 — X ou Baixadeiras
- 2 — C ou Semimeleiras
- 3 — CB ou Meleiras
- 4 — T ou Ponteiras
- 5 — G.

§ 1.º — Enquadra-se na classe X ou Baixadeiras as 5 (cinco) primeiras fôlhas, aproximadamente, da parte inferior da planta.

§ 2.º — Enquadra-se na classe C ou Semimeleiras, as fôlhas situadas no meio da planta, de textura mais fina do que as da classe GB.

§ 3.º — Enquadra-se na classe GB ou Meleiras, as fôlhas situadas no meio da planta encorpadas, espessas e substanciais.

§ 4.º — Enquadra-se na classe T ou Ponteiras, as cinco úl-

timas fôlhas, aproximadamente, da parte superior da planta.

§ 5.º — Enquadra-se na classe G, as fôlhas de qualquer parte da planta, que apresentem a côr esverdeada.

Art. 6.º — As fôlhas de tabaco, de estufa, quanto a sua posição na planta, se dividem nas seguintes classes:

- 1 — X ou Baixadeiras
- 2 — C ou Meleiras
- 3 — T ou Ponteiras

§ 1.º — Enquadra-se na classe X ou Baixadeiras, as seis (6) primeiras fôlhas, aproximadamente, da parte inferior da planta.

§ 2.º — Enquadra-se na Classe C ou Meleiras, as fôlhas existentes entre as baixadeiras e as ponteiras.

3.º — Enquadra-se na classe T ou Ponteiras, as seis (6) últimas fôlhas da parte superior da planta.

Art. 7.º — As fôlhas de tabaco, de galpão, quanto à côr dividem-se nas seguintes subclasses:

- 1 — L ou Claro
- 2 — F ou Amarelo
- 3 — D ou Castanho
- 4 — M ou Misturado

§ 1.º — Enquadra-se na subclasse L ou Claro, o conjunto de fôlhas que se caracterizam por uma coloração acentuadamente clara, em ambas as faces;

§ 2.º — Enquadra-se na subclasse F ou Amarelo, o conjunto de fôlhas que se caracteriza por castanho;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse D ou Castanho, o conjunto de fôlhas que se caracteriza por uma coloração escura;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse M ou Misturado, o conjunto de fôlhas que não foi separado pela coloração.

Art. 8.º — As fôlhas de tabaco, de estufa, quanto à côr, divide-se nas seguintes subclasses:

- 1 — D
- 2 — E
- 3 — F
- 4 — G

§ 1.º — Enquadra-se na subclasse D, o conjunto de fôlhas de côr amarelo-alaranjado claro, com leves manchas nas bordas;

§ 2.º — Enquadra-se na subclasse E, o conjunto de fôlhas de côr alaranjada, amarela ou avermelhada, com leves manchas acastanhadas nas bordas;

§ 3.º — Enquadra-se na subclasse F, o conjunto de fôlhas de côr castanho-claro ou escuro, que não se enquadre na subclasse anterior;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse G, o conjunto de fôlhas que apresentar a côr esverdeada.

Art. 9.º — As fôlhas de tabaco de qualquer categoria, no ato da entrega pelo produtor, quanto à qualidade, serão separadas em dois tipos fundamentais assim discriminados:

- 1 — S ou Superior
- 2 — I ou Inferior

§ 1.º — O Tipo S ou Superior, será constituída por fôlhas maduras, bem encorpadas, lustrosas, na coloração característica da subclasse, macias ao tato, de aroma agradável, de boa conservação e sanidade, isentas de qualquer impureza ou matérias estranhas.

§ 2.º — Tipo I ou Inferior, será constituído por fôlhas de aspecto esbranquiçado, ou acinzentado, duras ou lenhosas com pouca elasticidade, variedades conhecidas vulgarmente como "Chileno" e "língua-de-vaca", quando proveniente do tabaco de galpão, e Z, quando proveniente do tabaco de estufa, isentas de impurezas de qualquer natureza, de fôlhas menores de vinte e cinco (25) centímetros, mofadas, deterioradas ou ardidas.

Art. 10 — O tabaco em fôlha, que pelos seus característicos não se enquadrar nas especificações ora estabelecidas ou cujos defeitos só permitam o aproveitamento de, no mínimo, vinte por cento (20%), será classificado sob a denominação de "AP" *Abaixo do Padrão* ou "N" (Nondescript).

Art. 11 — Os fragmentos ou restos de fôlhas, em condições normais, serão classificado sob a denominação de "Resíduos" assim caracterizados:

FSF — fragmentos de fôlhas sôltas, constituído de fragmentos de fôlhas à granel, com talo de tamanho não inferior a três (3) centímetros quadrados;

FDF — fragmentos de fôlhas sôltas destaladas — constituído de fragmentos de fôlhas à granel, destaladas, de tamanho não inferior a três (3) centímetros quadrados;

SC — aparas ou "scraps" — constituído de fragmentos de fôlhas sem talo, de tamanho inferior a três (3) centímetros quadrados;

ST — talos ou "stems" — constituído de nervura principal das fôlhas despojadas totalmente dos respectivos limbos.

Art. 12 — o tabaco em fôlha deverá se apresentar em bom estado de conservação; caso contrário, deverá ser submetido a uma segunda secagem, em aparelhos de ressecagem (esterilizador), sem o que não será permitida a sua exportação.

Art. 13 — Os fardos do tabaco em fôlha terão dimensões forma e densidade que facili-

tem o seu transporte e armazenamento e não prejudiquem as suas características tecnológicas e comerciais.

§ 1.º — Terão péso máximo de setenta e oito (78) quilos, no ato do enfardamento.

§ 2.º — Serão envolvidos, em todas as suas faces, de amiação de boa qualidade ou de material de outra natureza, em perfeito estado de conservação, desde que ofereça eficaz resistência e garanta perfeita proteção ao produto.

§ 3.º — Serão marcados com tinta indelével, em uma das cabeças, com as seguintes indicações:

- a) categoria
- b) subcategoria
- c) grupo
- d) subgrupo
- e) classe
- f) subclasse
- g) tipo
- h) safra
- i) péso
- j) n.º do fardo

§ 4.º — A outra cabeça e faces serão destinadas às marcações exigidas por lei e pelo importador.

Art. 14 — Verificada qualquer irregularidade contida no curso do enfardamento ou, ainda, que atente contra os preceitos estabelecidos nas presentes especificações, será todo o lote examinado, ficando o proprietário, ou quem suas vezes fizer, sujeito ao pagamento das despesas de inspeção e reenfardamento correspondentes.

Art. 15 — Nos casos de fraudes e infrações, devidamente comprovadas, o infrator, além das despesas decorrentes da movimentação e enfardamento do produto, ficará sujeito, conforme o caso, as penalidades legais.

Art. 16 — Considera-se fraude:

- a — adição de água e de matérias estranhas;
- b — mistura de categoria
- c — formação de lotes com folhas infestadas e não expurgadas.

Art. 17 — A retirada das amostras deverá obedecer o que estabelece o capítulo IV do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5739, de 29 de maio de 1940, observados os seguintes parágrafos:

§ 1.º — A retirada, acondicionamento e o transporte das amostras serão levadas a efeito mediante auxílio do proprietário da mercadoria, ou quem suas vezes fizer.

§ 2.º — A amostra que se destinar aos órgãos classificador e de fiscalização da exportação não poderá exceder a um (1) quilo.

§ 3.º — Serão observadas, na execução de qualquer das tarefas a que se referem as alíneas anteriores, as exigências constantes do Capítulo IV do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5739, de 29 de maio de 1940.

Art. 18 — Para cada partida ou lote de tabaco em folha examinado será emitido um certificado de classificação em modelo oficial, e com as indicações indispensáveis à perfeita identificação da mercadoria.

Art. 19 — Os certificados de classificação serão válidos pelo prazo de 180 dias, contados da data da emissão.

Art. 20 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Serviço de Padronização e Classificação com a aprovação do Ministro da Agricultura.

Art. 21 — Estas especificações entrarão em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

H. CASTELO BRANCO

NEY BRAGA

D. O. de 23/2/66

VIII — DETALHES E TENDÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA ZONA DA MATA, ESPECIALMENTE DA REGIÃO FUMAGEIRA

A Zona da Mata de Minas necessita de uma estrutura econômica rígida para que não seja ameaçada de crises econômicas quando se findam os ciclos ou fluxos de matéria-prima ou produtos manufaturados como fôra respectivamente da madeira e café.

As reservas florestais foram indisciplinadamente exploradas, sem um planejamento que assegurasse às gerações atuais e futuras não somente a matéria-

- a norte:
- a sul:
- a leste:
- a oeste:

SILVERANIA E DORES DO TURVO
TABULEIRO E GUARANI
PIRAUBA E TOCANTINS
MERCÊS E TABULEIRO

prima florestal mas também evitasse o esgotamento dos solos íngremes hoje lixiviados pelas águas pluviais, o que colocou em consequência de outras improvisações, a região em decadência econômica.

A erradicação do café sem planejamento de outras atividades substitutivas representa outro prejuízo considerável para a Zona da Mata de Minas Gerais.

Precisa assegurar à região, o equilíbrio social e econômico porque sua expansão demográfica no período de 1955 a 1967 foi de ordem geométrica, 5,7% ao ano, portanto sensivelmente mais alta que a do Brasil que

— é de 3,3% ao ano. Esta expansão trouxe problemas complexos, como o do minifúndio dentro da Zona da Mata de Minas e o êxodo rural a favor da área urbana.

A natureza em si já dotou a região de condições básicas solo e clima para produção de matéria-prima para alimentação (cereais) e matéria-prima para exportação, o tabaco conhecido em todo o Brasil e até no estrangeiro com o nome de fumo de Ubá sendo portanto importante na economia uma vez que tem sido exportado em operação triangular para o estrangeiro através de firmas baianas.

A meta é portanto produzir matéria-prima para autosuficiência e mais ainda para a exportação com o fim de suprir alimentos e obter divisas, aproveitar a mão-de-obra treinada para o campo e fixar o homem à terra.

Vamos tomar como unidade o Município de Rio Pomba em que se localiza a Subestação Experimental de Pomba a qual se situa dentro da região fumageira. O diagnóstico aqui feito meticulosamente identifica também os mesmos problemas dos 12 municípios cuja produção básica é o fumo, seguida do feijão, arroz, milho e pecuária:

1 — ASPECTOS FÍSICOS:

De relevo montanhoso suave, com altitude média de 430m, o Município de Rio Pomba, incluído na "Zona da Mata", pertence geologicamente, ao período Arqueano. A sede municipal é situada a S.S.E. da Capital mineira distando da mesma 250 km por estrada asfaltada.

A comuna fica limitada pelos municípios seguintes:

De 1955 até 1968, por causa de vários desmembramentos, a área do Município ficou reduzida de 418 para 262 km².

O sistema hidrográfico consta de três rios, dois de direção oeste-leste e um norte-sul.

O clima é do tipo subtropical, com temperaturas médias, máximas de 38° e mínimas de 15°, grau higrométrico médio anual de 66%, invernos secos e verões chuvosos.

2 — ASPECTOS DEMOGRÁFICOS:

2.1. — Aspectos estáticos:

Em 1950 74% da população estava localizada no campo e 26% na cidade. A densidade po-

A Cultura do Fumo

populacional era de 37 habitantes/km² em 1955, atingindo hoje cerca de 70 habitantes/km². Hoje segundo estimativa de dezembro de 1967, a zona urbana representa 55% da população, enquanto a zona rural é povoada pelos restantes 45%.

Em 1960, a população ativa de 10 anos e mais representava 35% do total, sendo a seguinte sua distribuição de acordo com os ramos de atividades:

SETOR DE ATIVIDADES	%
— Primário (agro-pecuária)	34
— Secundário (indústria)	4
— Terciário (serviços, Governo, Comércio, etc.)	8
— Inativos	8
— Domésticos	46
	100

Fonte: IBGE

Não se conseguiu dados mais recentes — por falta de tempo a não ser para o setor industrial que empregava 894 operários em 1955 e 160 em 1965, segundo dados do IBGE.

2.2. — Aspectos dinâmicos:

De 1955 até 1957 a população passou de 15.274 habitantes para cerca de 18.000. Levando em conta que o Município foi amputado naquele mesmo período de 37% do seu território, a taxa geométrica populacional atinge 5,7% ao ano.

De 1950 até 1967 a população urbana aumentou de 49%, enquanto a rural baixou de cerca de 34%.

Enfim a população ativa empregada no setor industrial decresceu de 82% entre 1955 a 1965.

3 — ASPECTOS ECONÔMICOS:

3.1. — Setor primário (agro-pecuária)

Esse setor apresentou os seguintes resultados:

Fonte: 1955: IBGE
1966: Banco do Brasil
— Valor de 1966 deflacionado:
1955 = 100

3.2. — Setor Secundário (indústria)

Valor da produção em NCr\$
1955 NCr\$ 43.100
1966 NCr\$ 661.000
1966 a preços
de 1955 NCr\$ 14.900
Fonte: IBGE

3.5 — Rêde Bancária:

Consta de agências do
— Banco do Brasil S/A.
— Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.
— Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
— Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

4 — ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIIS:

4.1 — Energia

É fornecida pela Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, com uma usina no Município, interligada ao resto do sistema formado por mais três usinas.

No momento, há uma sobra de energia, porém não avaliada e, provavelmente, de pouca importância.

4.2 — Transportes:

Por estradas asfaltadas, o Município é ligado a Belo Horizonte (250 km), Ubá, Barbacena, Juiz de Fora, Rio de Janeiro (254) e São Paulo. Breve terá ligação asfaltada com Salvador por Cataguases.

Diariamente, Rio Pomba dispõe de 60 horários de ônibus.

4.3 — Educação:

O Município possui:
— 3 grupos escolares primários e várias escolas rurais;

Obs.: Não foi possível obter o valor adicionado.

Uma fábrica de tecidos e duas de laticínios são as indústrias mais representativas do setor

3.3 — Setor terciário: (Comércio e Serviços)

Não foi possível coletar dados representativos e fidedignos.

3.4 — Finanças Públicas:

De 1955 a 1966 a arrecadação, no Município, apresentou o seguinte quadro:

SETOR	1955	1966	1966 a preços de 1955
— Municipal	658	22.050	535
— Estadual	5.520	140.048	3.400
— Federal	3.258	237.095	5.700

Fonte: IBGE

— Receita tributária
— Deflacionado de acordo com o índice Geral dos Preços da Fundação Getúlio Vargas

— 1 Colégio Estadual "Prof. José Borges de Moraes", 1.º e 2.º ciclo;

— 1 Ginásio e Colégio feminino ("Regina Coeli"), com internato e externato;

PRODUTOS	1955		1966		
	ton.	NCr\$	ton.	NCr\$	NCr\$/1955
— Milho	2.740	8.201	8.830	732.990	20.400
— Café	276	7.176	426	140.400	4.000
— Arroz	820	4.080	1.968	419.660	11.600
— Fumo	490	3.589	1.050	1.050.000	29.300
— Feijão	424	2.759	840	447.920	12.400
— Diversos	—	2.100	—	—	—
TOTAIS	4.750	27.905	9.400	2.790.970	77.700
— Leite	—	—	9.400	1.504.000	42.000
TOTAL GERAL .		27.905		4.294.970	119.700

A Cultura do Fumo

— 1 Colégio Agrícola — masculino, dependendo do Ministério da Educação e Cultura;

— 1 Escola de Comércio.

Deverá ainda entrar em funcionamento uma Faculdade de Filosofia.

4.4 — Assistência Agro-pecuária:

O Município e a região fumageira contam com a Subestação Experimental de Pomba, Residências ou postos do Grupo executivo da Produção Vegetal (Antigo Dep. de Promoção Agropecuária), Escritórios Regionais e Locais da ACAR.

4.5 — Diversos:

Rio Pomba dispõe ainda de:

— 1 Departamento dos Correios e Telégrafos, com prédio moderno, teletipo e bastante funcionários;

— 1 Serviço telefônico da C.T.M.G. com redes urbana e interurbana;

— 1 Hospital "São Vicente de Paulo" com salas de radiografia e cirurgia, moderno e bem aparelhado;

1 — Pôsto de Saúde, com assistência médica e dentária.

5 — TENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO:

5.1 — População:

A população cresce a uma taxa sensivelmente mais alta que a do Brasil (3,3%) ou mesmo de Minas Gerais (2,4% a.a.).

Os resultados acusam também um forte êxoto rural a favor da área urbana, fato normal no Brasil, porém negativo já que a mão-de-obra que vem do campo é inproveitada e aumenta o número de marginais, criando um problema social cada dia mais difícil de resolver.

Enfim, a população ativa empregada no setor industrial que ficou reduzida a 18% do seu valor de 1955 é outro fato especialmente desfavorável. Essa regressão do setor industrial indica, seguramente, uma falta de dinamismo das classes produtoras do Município.

Resumindo, se o crescimento da população é um índice de certa prosperidade, o êxoto rural e o desemprego da mão-de-obra operária estão criando um ambiente social dos mais tensos na cidade.

5.2. — Economia:

Entre 1955 e 1966 a produção agropecuária cresceu à taxa anual de 14,2% a.a., enquanto o valor da produção industrial

decreceu de 9% a.a. Globalmente os dois setores apresentaram uma taxa de crescimento de 6% a.a.

Comparando essa taxa a de 5,7% a.a. relativa ao crescimento populacional, conclui-se que, pelo menos em relação a esses dois setores, de 1955 para 1966, a renda *per capita* sofreu um aumento inexpressivo.

De 1955 para 1966, o quadro seguinte retrata as variações apresentadas pelos principais produtos agrícolas do Município:

PRODUTO	% de variação global	
	pêso (a)	valor (b)
— Milho	+ 222	— 23
— Café	+ 54	— 64
— Arroz	+ 140	+ 18
— Fumo	+ 114	+ 280
— Feijão	+ 98	+ 116
Média	+ 98	+ 8

(a) relativo à produção física
(b) relativo ao valor unitário a preço constante

Dêsse quadro deduz-se que:

— a produtividade aumentou sensivelmente, considerando ainda que o território do Município diminui;

— fumo é o produto cujo valor real unitário atingiu o índice mais elevado, seguido pelo feijão e o arroz;

— o café sobretudo e o milho perderam parte expressiva do valor real unitário.

Para terminar, o quadro seguinte indica a participação percentual dos principais produtos em relação ao valor total da produção:

PRODUTO	Participação percentual	
	1955	1966
— Milho	32	26
— Café	28	5
— Arroz	16	15
— Fumo	14	38
— Feijão	10	16
TOTAL	100%	100%

Como se pode notar de 1955 para cá houve uma sensível mudança de estrutura a favor dos produtos cujo valor real unitário aumentou; estão nesse caso, por ordem, o fumo e o feijão. O arroz, cujo preço pouco oscilou, estacionou. O milho, e o café, em particular, apresentam percentual de participação decrescente.

Antes de deixar o setor primário, não se pode deixar de ressaltar a produção de leite, inexistente nas estatísticas de

1955, porém de peso sensível em 1966, já que representa cerca de 55% do valor da produção agrícola.

Pouco se tem a dizer do setor industrial, cuja produção, em 1966, não alcançava 35% do valor de 1955.

5.3. — Finanças Públicas:

De 1955 até 1966 a arrecadação municipal baixou de 18%, a estadual também decresceu de 38%, enquanto a federal aumentou de 75%.

A baixa arrecadação municipal é devido à falta de relacionamento das taxas e impostos com o índice de inflação. Esse fato, que tem solução, torna o Município financeiramente dependente das órbitas Estadual e Federal. De outro lado, o mais importante, a Prefeitura fica privada de verbas destinadas à conservação e construção de obras de infra-estrutura municipais o que permitiria absorver parte da mão-de-obra desocupada.

O decréscimo da receita estadual indica uma retração do movimento comercial, senão maior sonegação. De qualquer modo é um péssimo sinal.

O aumento da arrecadação federal significa que lucros e rendas aumentaram ou, pelo menos, que o sistema da arrecadação se tornou mais eficiente. O resultado, porém, é que maiores recursos vivos são carreados fora do Município. Comparando, contudo, os resultados globais das três esferas públicas constata-se que, de 1955 a 1966 à preços constantes, a carga fiscal total estacionou, decrescendo mesmo se levar em conta que tanto a população

A Cultura do Fumo

como a produção do Município aumentou.

5.4. — Infra-estrutura:

De 1955 para cá, a não ser no setor energético, o Capital Social Básico cresceu substancialmente sob forma, sobretudo, de estradas asfaltadas e escolas. Esse investimento é um dos mais rendosos; é porém, uma faca de dois gumes. As estradas tanto podem ajudar a entrar como a sair as escolas são ainda mais perigosas, porque os que dela saem, se não encontrarem oportunidades no próprio Município, não têm dúvida em abandonar a terra que os nutriu e educou.

6 — POSSIBILIDADES DA REGIÃO:

A região que tem por centro o Município de Rio Pomba oferece vantagens que devem propiciar seu crescimento se forem bem aproveitadas.

6.1 — Localização:

Rio Pomba é um nó de comunicações cujos raios atingem Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Leopoldina (Rio-Bahia), Ubá, etc.

A região fumageira é ligada aos centros polizadores acima enumerados por estradas asfaltadas, tornando-se para muitos deles um ponto de passagem obrigatório.

6.3. — Setor Agro-Pecuário:

Reorganizada a sua produção, o fumo oferece as melhores possibilidades econômicas para a região (12 municípios), sendo que a produção do Município de Rio Pomba já representa cerca de 20% do total da região.

O milho, geralmente plantado pelos fumicultores (consorciadamente), é outro produto cuja cultura pode ser desenvolvida com vantagem, inclusive para sua industrialização. O leite, enfim, oferece alternativa industrial, certamente mais lucrativa que sua comercialização in-natura.

6.4 — Setor Industrial:

Atualmente, a indústria local — uma fábrica de tecidos, duas de laticínios, uma de guardachuvas, um pastificio, uma torrefação de café, várias serrarias e mercenárias, e uma congela-deira para exportação de leite — tem certamente condições de expansão. A não ser para a

fábrica de tecidos, teledirigida pela matriz do Estado do Rio, um estudo de mercado poderia abrir horizontes novos para as demais indústrias.

6.5 — Setor Comércio:

As possibilidades de exportação do fumo em folha para o estrangeiro são grandes uma vez que a CRONOR e a SEITA que é uma firma que controla o monopólio de Tabaco e fósforo do mercado comum europeu já fizeram a apreciação do nosso produto, e consultas para negócios.

7 — CONCLUSÕES:

De acordo com a análise, as bases infra-estruturais da região são excelentes, a produção Agropecuária é razoável. O setor industrial é inexpressivo. A espinha dorsal da economia é a fumicultura.

Subestação Experimental de Pomba, 14 de novembro de 1968.

Francisco Dias Nogueira

Bibliografia: 1 — *Gisquet, Hittier, La Production Du Tabac Vielmond Le Brum* — 2 — *Diagnóstico Piloto da Economia da Zona da Mata* 3 — *Arquivo da S.E.P.*

MINERALIZAÇÃO DO GADO BOVINO

O Presidente do INDA, Sr. Jerônimo Dix Huit Rosado, acaba de fazer publicar, em folheto de 77 páginas, òtimamente impresso, o trabalho do Cel. Alfredo Ellis Júnior, sob o título acima.

Trata-se de estudo publicado em capítulos, durante vários meses, por esta revista, o qual despertou o maior interêsse.

Agora, o trabalho do Cel. Ellis Júnior alcançará mais profundamente a classe interessada — a dos pecuaristas — e com isto mais um serviço esta revista e aquela instituição prestam à nossa agricultura.

CULTURA DO MARACUJÁ

(PASSIFLORA EDULIS SIMS)

Considerações — O maracujá é planta tropical que no Estado da Guanabara apresenta ótimas condições ecológicas para o seu desenvolvimento, representando uma cultura rendável, pelo preço que alcança no mercado, dada a sua grande procura para sucos.

Existem várias espécies de frutos comestíveis e ornamentais, algumas delas nativas do Brasil.

O maracujazeiro é uma planta trepadeira, de ramos lenhosos, com folhas trilobadas e de limbo denteado, com gavinhas nas axilas foliares. Suas flôres, isoladas, de belo aspecto, constituídas de cinco sépalas, e cinco pétalas, com duas fileiras de filetes que formam a corola. O órgão masculino é formado por cinco estames de grandes anteras onde se encontra o pólen. Ovário com estigma tripartido, com papilas estigmáticas viscosas.

O maracujá possuindo flor completa é no entretanto, auto-estéril, dependendo de polinização cruzada para frutificação. O fruto resultante é uma baga globosa com elevado número de sementes envolvidas por um arilo carnoso.

Varietades — O maracujá comercialmente mais aceito é o amarelo — variedade flavicarpa — vulgarmente conhecido entre nós como maracujá peroba. Os frutos são redondos, de casca amarelo-canário quando maduros, com suco bastante perfumado e de elevada acidez.

Solo — O maracujá se adapta a qualquer tipo de solo, desde que apresente permeabilidade, isto é, não sujeito a encharcamento. Os solos leves e de bom teor de fertilidade são no entretanto os mais aconselháveis ao seu cultivo.

Engenheiro-Agrônomo
Almiro Gonçalves
de Castro

Formação de mudas — A semeadura do maracujá pode ser efetuada durante todo o ano, sendo que nos meses de inverno, seu desenvolvimento é bastante moroso. Aconselhamos seu plantio nos meses de julho a setembro, quando um ano após, estará dando sua primeira colheita.

A semeadura deverá ser feita em saquinhos de 10x15 cm de plástico cheios de terra fértil, semeando-se três a quatro sementes em cada copinho. Quando essas mudas tiverem atingido 3 a 5 cm de altura, desbastar deixando-se a muda mais vigorosa.

O transplante das mudinhas para o campo se dará quando elas alcançarem o tamanho de 25 a 30 cm., quando sem desmanchar o torrão, cortamos o saquinho, com auxílio de uma gilette, colocando-o na cova adrede preparada.

Preparo do terreno e Coveamento — O terreno deverá ser arado e gradeado convenientemente, com antecedência de alguns dias.

As covas serão abertas com as linhas de plantio, espaçadas de 4 a 5 m entre si e nas entrelinhas de 3 a 4 m.

Em terrenos com inclinação, as linhas deverão ser marcadas em nível.

As covas devem ter 40x40x40 cm., recebendo uma adubação básica de:

Estêrco de galinha curtido	3 litros
Superfosfato simples	60 gramas
Cloreto de potássio	30 gramas

Estes adubos deverão ser colocados e misturados na cova 10 dias antes do transplante das mudas.

Transplantadas as mudas para o campo, a primeira florada ocorrerá 10 dias antes do transplante das mudas.

Transplantadas as mudas para o campo, a primeira florada, ocorrerá 10 meses depois.

Formação da latada — Sendo o maracujá uma planta trepadeira, há necessidade de se sustentar sua ramagem, o que fazemos com a construção de latadas horizontais de arame. Essas latadas para nossas condições, tem dado ótimos resultados, muito embora ofereça dificuldades para os tratamentos fitossanitários.

O arame, fio n.º 14 é entrelaçado formando malha de 50x50, sustentados por moirões de madeira de lei e bambú, com altura livre de 2,0 m sendo que na periferia é colocado arame de fio n.º 8 para aguentar a rede de arame.

Cada planta é guiada por uma estaca de bambú até alcançar o arame da latada, eliminando-se toda brotação vizinha do solo.

Tratos culturais — Até que as plantas cubram toda a latada, devemos manter a cultura, livre de ervas daninhas, bem como conduzindo a brotação para seu perfeito desenvolvimento sobre a latada.

Seis meses após o plantio, deveremos proceder a uma nova adubação, aplicada em cada pé, em sulco distanciada de 50 cm do pé, por 15 cm de profundidade com os seguintes adubos:

Sulfato de amônio ou Salitre do chile	50 gramas
Superfosfato simples	200 gramas
Cloreto de Potássio	60 gramas

ASSALARIADO AGRÍCOLA, OU OPERÁRIO AGRÍCOLA?

J. Sampaio Fernandes

da Sociedade Nacional de Agricultura

Li, há pouco, interessante comentário de uma revista francesa sobre a real situação de um assalariado agrícola. Pode ele ser considerado um operário no sentido industrial? O assalariado agrícola não é considerado, pelos operários das cidades, como operário. Na Europa, ou, pelo menos na França, um jovem nunca confessará a uma jovem, num baile, que trabalha no campo. Seria desprezado. Para o operariado das cidades, ele é um homem que goza de vantagens, que, eles da cidade, não pos-

suem. São simplesmente agricultores que possuem as vantagens do patrão: "Vocês gozam do ar puro. Vocês não têm horário rígido. Vocês possuem uma hortazinha, um jardinzinho, nas terras do patrão, que vos empresta seus implementos, se precisarem"...

Qual é a realidade? O operário das usinas ou de outros setores, sabe quando sai de manhã, qual o trabalho que o espera, a hora de entrada, a hora da saída. O assalariado agrícola, sai, pela manhã sem saber bem o que espera. Deveria colher milho, por exemplo, mas quando chega, o patrão lhe diz: "Olá, tu virás comigo. Vamos tirar a terra do caminho", ou "vamos cavar os buracos para os moirões", ou outra coisa qualquer. Às vezes, como o tempo mudou, isso pode ser razoável, mas, na pior parte dos casos, nunca o assalariado compreende porque foi desviado do seu serviço. Às vezes, pela manhã: "Tu irás almoçar às onze horas". "Assim ficarás livre mais cedo." "Previu minha mulher que irei almoçar a essa hora, mas pouco depois, uma contra-ordem e acabo indo almoçar à uma da tarde, um almoço requentado e uma esposa furiosa".

Muito presos às condições do tempo e do trabalho, o assalariado agrícola, raramente sabe de antemão e com segurança se poderá dispor de tempo livre. E no dia em que ele o previu, é quando chega um caminhão para descarregar e como mora perto da casa do patrão, este o chama: "Não poderias

dar-me uma mãozinha?". Que fazer? Recusar? Isso, é impossível de acordo com os hábitos rurais, que sobrevivem pois, o trabalho e a vida rurais se confundem. É verdade que a agricultura mecanizada e racionalizada está tendendo a nivelar o trabalho agrícola ao trabalho industrial, mas, entre nós, como fazer diante da realidade agrícola brasileira? E poderemos, sem perigo de pôr abaixo a estrutura agrícola brasileira, introduzir logo as leis trabalhistas no setor agropecuário? Respondam os que o tentarem, mas estejam certos que nessa produção agropecuária sofrerá tremendamente, se isso for levado a rigor, como os comentários do assalariado agrícola francês o deixa perceber. Tanto mais que todo cuidado é pouco para, ao levar o salário-mínimo ao campo, não descuidar das peculiaridades rurais — que as autoridades poderão exigir que tenham um mínimo de conforto, facilidades de terras próprias para cultivo — que a autoridade pode determinar em um mínimo ajustável à vida do assalariado e de sua família; a forma de trabalho — salário simples, descontado o valor da residência e da gleba de proveito próprio — ou trabalho de meiação ou outro que esteja nos hábitos da região, e aí a autoridade poderá determinar as bases de proteção do assalariado ou meiodor, sem esmagar os interesses de quem possui a terra, os capitais e os meios de manter a propriedade como uma unidade viva e produtiva.

Após a colheita, deverá ser feita uma nova adubação, usando os mesmos elementos em quantidades iguais ou maiores, na dependência do estado da cultura.

No segundo ano da cultura, pouco antes da brotação devem ser eliminados todos os galhos secos ou que apresentem lesões.

Colheita — A produção do maracujá se verifica entre o décimo e décimo segundo mês após o plantio, dando duas ou mais safras por ano.

Se bem conduzida a cultura, poder-se-á explorá-la até seu terceiro ano.

A produção de maracujá é em média de 600 a 900 caixas que contém cerca de 200 frutos e pesa 16 quilos.

Comércio — Existe grande procura pelas casas de refrêscos e da fábrica Kibon, alcançando a caixa de maracujá bons preços no mercado.

(Boletim Técnico n.º 1 — maio/1968 — Departamento de Agricultura do Estado de Guanabara).

Os cerrados e sua importância para o desenvolvimento do país

Por: ADY RAUL DA SILVA

A formação vegetal conhecida como "cerrado", ocupa uma área de 1.590.700 km², ou seja, 159,7 milhões de hectares distribuídos por Estados e Territórios conforme o quadro abaixo: (3)

DISTRIBUIÇÃO DOS "CERRADOS" POR ESTADOS E TERRITÓRIOS

Unidade da Federação	Superfície km ²	Área de cerrado km ²	Área de cerrado %
Alagoas	27.700	5.000	18,0
Amapá	140.300	15.000	10,6
Bahia	561.000	117.500	21,0
Distrito Federal	5.800	5.500	95,0
Goiás	642.100	440.000	68,5
Maranhão	328.660	126.000	38,3
Mato Grosso	1.231.550	416.000	33,7
Minas Gerais	587.000	300.000	51,1
Piauí	250.930	60.000	23,1
Rondônia	243.000	50.000	20,5
Rorãima	230.100	15.000	6,5
São Paulo	247.900	38.200	15,4
Sergipe	21.994	2.500	11,4

Verifica-se que em percentagem têm maior área em "cerrado" o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, com mais de 50%, enquanto em km² Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais têm mais de 300.000, e no Maranhão e Bahia existem mais de 100.000 km².

No quadro acima não estão computados Estados onde eles ocorrem em áreas pequenas e onde vários tipos de vegetação se interpenetram.

É difícil, se conhecer exatamente as áreas em cerrado pela ausência de levantamentos precisos, sendo o quadro acima, apenas uma estimativa para dar uma idéia de grandeza.

O Estado de São Paulo possui um levantamento ae-

rofotogramétrico da cobertura vegetal.(5)

Sob a denominação genérica de "cerrado" incluem-se outras categorias descritas como: cerradões, cerrados propriamente ditos, campos sujos e campos limpos. Os dados de São Paulo incluem as 4 categorias, sendo que segundo o levantamento aerofotogramétrico, feito em meados de 1962, os campos limpos constituíam 1,7% da área, os campos cerrados e cerrados 10,8% e os cerradões 2,9%.

DEFINIÇÕES

Considerando-se que existe muita variação em torno do conceito de cerradões, cerrados e campos, a Comis-

são da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, coordenada por Marques Ferreira, apresentou definições que foram incorporadas ao decreto n.º 49.141 de 28-12-1967 do Governo do Estado de São Paulo que dispõe sobre a exploração e uso dos cerradões, cerrados e campos sujos daquele Estado. (5)

Transcrevemos abaixo as definições estabelecidas no citado decreto.

Campo limpo ou campo propriamente dito é a formação com apenas um andar de cobertura vegetal, constituída principalmente de leguminosas, gramíneas e ciperáceas de pequeno porte, onde raramente ocorrem formas arbustivas ou arbóreas.

Campo sujo ou campo cerrado é a formação do campo limpo entremeado de arbustos esparsos e raras formas arbóreas, onde a área de vegetação rasteira é sempre dominante.

Cerrado é a formação vegetal constituída por dois andares: o primeiro de vegetação rasteira e o segundo de arbustos e formas arbóreas que raramente ultrapassam 6 metros de altura, apresentando caules tortuosos recobertos de espessas cascas, com folhas coreáceas e aparência de vegetação xeromorfa, havendo dominância do segundo andar.

Cerradão é a formação vegetal constituída de três andares distintos: o primeiro apresenta espécies rasteiras ou de pequeno porte umbrófilas; o segundo arbustos e pequenas formas arbóreas, constituindo sub-bosque, e o terceiro, o principal, formado de árvores geralmente de 5 a 6 até 18/20 metros de altura, de troncos menos tortuosos, com predominância de madeiras duras.

Determina o decreto que os campos sujos, os campos limpos e os cerrados estão liberados as explorações agro-pastoris, enquanto que a dos cerradões é condicionada a sua utilização para fins agro-silvopastoris à normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura, sendo os cerradões considerados florestas, enquanto que os cerrados não o são.

POPULAÇÃO

A população rural na região de cerrados tem baixa densidade, embora esta varie muito com a sua localização.

A população urbana localizada dentro da região do cerrado ou na sua periferia tem crescido muito nos últimos anos, e especialmente após a construção de Brasília.

Os principais centros urbanos na região dos cerrados, são: Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Uberaba (MG), Uberlândia (MG), Campo Grande (MT), Anápolis (GO).

A população dessas 7 cidades era estimada em 1967

em mais de 2.100.000 habitantes.

UTILIZAÇÃO DOS CERRADOS

A imensa área ocupada com os cerrados vem tendo uma utilização muito pequena e limitada para pastagens, para madeira, para carvão vegetal e para as lavouras.

A maior área é empregada como pastagem, que por ser extremamente pobre suporta uma densidade de gado muito baixa.

Há considerável utilização dos "cerrados" para fornecimento de madeira especialmente em São Paulo e nas áreas próximas as estradas de ferro, mas os cerradões constituem uma fração pequena em relação ao total.

Os cerrados de Minas Gerais, especialmente os mais próximos às indústrias siderúrgicas, vêm fornecendo grande quantidade de carvão vegetal, porém o seu rendimento por área é muito pequeno, constituindo apenas um apoio muito limitado a uma pequena população.

A utilização para lavouras vem se desenvolvendo especialmente em São Paulo, no Sul de Goiás e no Triângulo Mineiro. Os cerradões que ocorrem em terras mais férteis são os mais transformados em terras de cultura, mas mesmo os cerrados vêm sendo utilizados para culturas, especialmente o arroz.

O desmatamento dos cerrados é relativamente fácil em relação as terras de mata utilizando-se o método do correntão tracionado por dois potentes tratores de esteiras, sendo amontoadas as árvores derrubadas, em curvas de nível para proteger o solo contra a erosão.

Após o desmatamento, cultiva-se o arroz com adubação leve e após 2 ou 3 cultivos semeia-se uma pastagem.

Outras culturas, além do arroz, vêm sendo cultivadas em solos ocupados antes por cerrados, como a soja, o milho e o algodão.

No seu conjunto a percentagem de terras cobertas originalmente por cerrados e

transformadas em terras de cultura ou em pastagens artificiais ainda é muito pequena.

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE CERRADO PARA LAVOURA E PASTAGENS

Como fatores favoráveis à sua utilização para lavouras, destaca-se a sua topografia, freqüentemente plana ou ondulada permitindo que grande parte possa ser utilizada com o emprêgo de máquinas agrícolas de grande porte.

Outro fator favorável é a sua constituição física que favorece o preparo do solo a qualquer tempo, pois em geral os solos não são excessivamente argilosos, têm predominância de areia, o que facilita a drenagem tanto superficial como profunda.

O clima da maior parte da área caracteriza-se por um período de chuvas abundantes de 5 a 6 meses de duração, no verão e um período de seca de 5 meses, com os restantes com pequenas precipitações. O período de 5 a 6 meses de chuvas abundantes permite o cultivo de plantas anuais com esse ciclo, aliás o comum em grande parte do País.

O total das precipitações varia de 1.000 a 1.400 mm por ano, sendo que é suficiente e equivalente ao da maioria das regiões do País onde a agricultura é feita com sucesso.

O clima não é fator limitante segundo Paes de Camargo (2,3).

A facilidade da eliminação da vegetação nativa constitui um fator importante para a sua transformação em lavouras. Comparando-se o seu custo com o da adaptação de um terreno coberto por matas, verifica-se que no caso do cerrado ele é muito menor vindo decrescendo do cerradão para o cerrado propriamente dito, e deste para o campo sujo e finalmente, o campo limpo.

A sua topografia relativamente plana, a sua ocorrência nos vertedouros, faz com que venha sendo preferido para a localização das es-

tradas de penetração do território nacional. Assim, as grandes estradas novas atravessam cerrados extensos como a Belo Horizonte à Brasília, Brasília à Belém, Brasília à Cuiabá, Cuiabá ao Acre e a Brasília à Fortaleza.

É relativamente fácil a construção e conservação de estradas nas regiões de cerrado pela natureza do terreno, ausência de matas e número limitado de rios e córregos, que são mais distantes que nas zonas de matas.

Outro aspecto atraente para a utilização das terras de cerrado é o seu baixo preço, embora varie muito em relação a sua localização e região, é em geral 1/10 a 1/5 do valor de uma terra fértil utilizada para agricultura.

Há regiões onde a terra em cerrado não tem valor estabelecido, constando nas escrituras apenas a área de terras férteis, referindo-se a parte em cerrado como a correspondente sem estabelecer os limites. Já em outras regiões onde os cerrados vem sendo transformados com sucesso em terras de cultura ou em pastagens artificiais o seu valor tende a se aproximar das terras de culturas.

As possibilidades de transformação de cerrados em terras de culturas dependem de muitos fatores e nem todos os solos poderão ser transformados. Grande parte dos campos, campos limpos e campos sujos, têm um solo muito raso, com rocha a pequena profundidade ou camada de cascalho impermeável. É por isso que são campos. Estes não poderão ser cultivados, porém poderão ser melhorados.

DIFICULDADES NA UTILIZAÇÃO DOS CERRADOS COMO TERRAS DE CULTURA E PASTAGENS ARTIFICIAIS

O principal fator limitante dos solos do cerrado é a sua baixa fertilidade. Esta se caracteriza por uma deficiência muito grande de quase todos os elementos nutritivos, especialmente o fósforo, o nitrogênio, cálcio, magnésio, matéria orgânica, micro elementos como zinco e molibdeno e, freqüentemente o potássio. Têm pequeno

complexo sortivo tanto orgânico como mineral. Freqüentemente os solos de cerrado são muito ácidos, necessitando de calcário para sua correção.

São solos muito antigos que foram lixiviados e as suas propriedades físicas facilitam essa lixiviação por serem arenosos ou por terem a sua argila flocculada.

Assim, a utilização dos solos de cerrado, depende dos estudos de fertilidade do solo para a produção vegetal, enquanto a produção animal depende da produção de forragens em maior quantidade e melhor qualidade no verão e a resolução do problema da alimentação na seca, que é comum a outras regiões do centro do País.

Os estudos de fertilidade do solo têm demonstrado que os solos de cerrado, mesmo os muito pobres como os de Brasília, quando bem adubados, não só com os macro elementos mas também com micro elementos permitem a obtenção de rendimentos elevados como os de 6.700 kg/ha de milho e 3.000 de soja, em 2 anos consecutivos. (4)

BALANÇO DAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DOS "CERRADOS"

Partindo do princípio que o solo é o fator limitante na região dos "cerrados", e que existem muitos tipos de solos sob a vegetação de "cerrado", e que esta também varia desde o cerradão ao campo limpo, as possibilidades não são uniformes.

Considerando a grande área existente que se aproxima da quarta parte do País, e que toda a área em cultivo no País é atualmente de cerca de 32 milhões de hectares, ou seja, a quinta parte da área total coberta com "cerrados", verifica-se que um dos pontos mais importantes é a escolha dos "cerrados" que oferecem as melhores condições, pois, por muitos anos não haverá necessidade de sua incorporação total a produção agrícola, embora uma grande área poderia ser melhorada e utilizada para a produção de carne, inclusive para exportação.

Um dos fatores mais importantes para o seu desenvolvimento é a pesquisa aplicada a sua utilização.

Sendo o fator pedológico o mais importante, é necessário conhecer os solos determinando os seus grandes grupos e séries principais e fazer o seu mapeamento.

Quais os melhores adubos, em que quantidade, como e quando devem ser aplicados, como corrigir a acidez do solo, são perguntas que precisam ter resposta.

Quais as culturas, quais as espécies, quais as variedades que melhor se adaptam às condições onde ocorrem os "cerrados", é uma outra série de questões a serem resolvidas.

Quais as pastagens que melhor se adaptam, como suprir a alimentação na seca, como manejar o rebanho, como mantê-lo sadio, como corrigir as deficiências em alimentos minerais, como controlar as plantas tóxicas, como assegurar o abastecimento de água para o gado, são outras das muitas questões que uma pesquisa agropecuária precisa solucionar.

E o conjunto de respostas não pode ser encarado apenas pelo lado técnico, mas também pelo econômico.

Este por um lado mostra-se favorável em face ao mercado crescente, resultante, principalmente, da nova capital e do movimento para o oeste e para o Brasil Central da população. Por outro lado a melhoria do transporte e acesso até os centros tradicionalmente produtores, fazem com que estes compitam com sucesso no abastecimento dos mercados locais, pois se têm contra si o preço do transporte, têm outros fatores a seu favor.

Muito dependerá a utilização dos "cerrados", da relação dos preços dos produtos agrícolas para os preços dos meios de produção, especialmente dos adubos, corretivos do solo e maquinária agrícola.

Nessa enorme área há possibilidade de se implantar uma agricultura do tipo empresarial, com alto nível técnico, com elevada aplicação de insumos para a obtenção de altos rendimentos.

Livros e Publicações

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Est. do Espírito Santo
Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 166 págs. Novembro de 1968.

21 ANOS — de Evolução da Agricultura
Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 98 págs. Janeiro de 1969.

O PRODUTO AGRÍCOLA SEGUNDO OS TIPOS DE PAGAMENTO AOS FATORES

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 23 págs. Julho de 1967.

MUNICÍPIOS ONDE SE CONCENTRA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Praia de Botafogo, 186 — Rio de Janeiro — Guanabara — 159 págs.

PREÇOS DE 10 PRODUTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" 1.º Semestre de 1969 — Setembro de 1969 — 14 págs.

APOSTILA DO CURSO ESPECIAL DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA

pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Sociedade Nacional de Agricultura Trabalho mimeografado contendo aulas especiais sobre Contabilidade Agrícola em forma simples e objetiva de grande interesse para todos aqueles que desejam administrar propriedade agrícola, dentro das

exigências atuais de produção.

Conta o trabalho de duas partes: a primeira diz respeito de conhecimentos gerais de Contabilidade e a outra consta de modelos de escrituração agrícola. Preço — NCr\$ 5.00

SALÁRIOS, ARREDAIMENTOS, VENDAS DE TERRAS E EMPREITADAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Números Absolutos e Índices — 100 págs. — (1966 a 1968) — Rio, 1968.

PREÇOS DE 10 PRODUTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Números Absolutos e Índices — 15 págs. Março, 1969.

Nessas condições poderíamos ter o tipo ideal de propriedade agrícola em que com pequena mão-de-obra fosse possível obter rendimentos elevados, permitindo um bom padrão de vida aos agricultores.

O abastecimento local de produtos da agricultura intensiva oferece menos dificuldades e as condições de solo têm menor influência. Assim para a olericultura, a fruticultura e a avicultura não constituem os solos de "cerrado" dificuldade séria a vencer.

TRABALHOS CITADOS

- 1 — CAMARGO, A. P. de Clima do cerrado. — In: **Simpósio sobre o cerrado/São Paulo/Ed. da Univ. S. P.**, p. 93-113. 1963.
- 2 — CAMARGO, A. P. **Problema climático inexistente.** *Coopercotia*, 22 (232): 21-25. 1969
- 3 — CAMARGO, P. N. **Falta incentivo ao cerrado.** *Coopercotia*, 26 (232): 14-19. 1969.
- 4 — FREITAS, L. M. M., E.

LOBATO E W. V. SOARES.

Experimentos de calagem e adubação em solos de cerrado do Distrito Federal.

Pesquisa Agropecuária Brasileira (no prelo) 1969.

- 5 — SECRETARIA da Agricultura
Coordenadoria de Assistência Integral São Paulo.
Exploração e uso dos cerrados, cerrados e campos.
Boletim Técnico-SCR — n.º 23 — 1968.

CLIMAS DE MATO GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Continuação)

ADALBERTO SERRA

Corumbá — 19°00'S — 57°39'W — 145 ms — Clima Aw.

É de 24°,6, quase tão elevada como em Cuiabá, a temperatura média anual, o que se explica pela proximidade do centro quente do Chaco. Desde outubro as temperaturas atingem 25°,7 e de novembro a março permanecem acima de 26°, com máximo em dezembro (26°,8).

Há uma única onda térmica com declínio já acentuado em abril, notando-se em maio 22°,6, junho 21°,2 e em julho o mínimo de 21°,0. Dêsse modo, os meses de maio a agosto registram menos que 23° (o último 23°,1, aliás).

A amplitude anual é assim de 5°,8.

As máximas permanecem bastante elevadas, com média anual 31°,2 e oscilam entre os extremos de 33°,4 (dezembro) e 27°,4 (junho), com amplitude 6°. Os respectivos valores, acentuados de outubro (32°,5) a março (32°,7), situam-se desde dezembro até fevereiro acima de 33°.

Só existe porém uma ondulação, e de maio a agosto as máximas ficam aquém de 30°, ou mesmo de 28° em junho e julho.

É aquele assim o único período de tardes mais frescas.

Quanto às mínimas, têm média anual 19°,9, com amplitude 6°, 5 entre os extre-

mos de 22°,4 (janeiro) e 15°,9 (julho), sob uma única onda igualmente.

As noites mais quentes correspondem ao verão, superando 22° no período dezembro a fevereiro, e 20° desde outubro até abril. A fase de noites mais frescas, aquém de 18°, ocorre em junho-julho-agosto, sob 17°,0 — 15°,9 — 17°,6.

Dai resulta uma amplitude média diária de 11°,3, com variação mensal bastante fraca, entre 12°,1 (setembro) e 10°,6 (abril).

Os respectivos valores permanecem sob 10 e 11° de janeiro a junho, e acima dos 12° na primavera, de agosto a outubro. A fraca variação da amplitude diária já caracteriza a proximidade do Trópico.

A máxima absoluta é elevada, atingindo 41°,8 (outubro).

Pode-se dizer que de setembro a fevereiro valores acima de 40° são possíveis,

mas somente abaixo de 38° de maio a julho, no máximo decorrendo 35,8 em junho.

A mínima absoluta foi 0°,8, verificada em junho. Valores abaixo de 6° são possíveis de maio a setembro (fria-gens), mas somente acima de 10° nos meses restantes, nunca descendo o termômetro, em janeiro ou fevereiro, abaixo de 14°.

Da comparação resulta uma amplitude absoluta de 41°,0 para Corumbá.

Os dias são sempre quentes, 325 por ano, podendo-se esperar 40 frescos, a taxas mensais de 0-0-1-2-6-9-9-6-4-2-1-0 = 40.

Assim, é de janeiro a dezembro e sobretudo de maio a agosto que alguns ocorrem, com 9 em junho ou julho.

As noites quentes totalizam 222, o que deixa um saldo de 143 frescas, predominando estas últimas de maio a setembro, mas ainda ocorrendo em abril, ou até novembro, como vemos no quadro:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	29	26	26	19	12	9	5	12	15	19	22	28	222
Noites frescas	2	2	5	11	19	21	26	19	15	12	8	3	143

O vento é fraco em Corumbá, sob média anual 1,5 mps, variando de 1,9 (agosto) a 1,2 (janeiro), enquanto apenas 1 ventania por ano foi registrada (agosto).

A umidade é relativamente reduzida, média 74,7,

com amplitude 19% entre o máximo de 81,5 (março) e o mínimo 62,6 (agosto). Só de janeiro a abril se verificam médias pouco acima de 80%, na fase mais seca declinando abaixo de 70% (ju-

Climas de Mato Grosso

lho a outubro), ou mesmo de 66% (agosto-setembro).

Quanto à nebulosidade, tem média anual bem reduzida, de 4,6, no verão os indícios mal superando 5,0 de dezembro a março, enquanto permanecem abaixo de 4,0 em julho e agosto. O céu é assim mais limpo, dada a proximidade da Baixa Central, que na faixa setentrional da região.

A amplitude anual atinge 2,7, entre 5,9 (janeiro) e 3,2 (agosto).

Por isso mesmo, são poucos os dias encobertos, 77 por ano, a taxas praticamente constantes de 7-9 nos meses de verão (outubro a março) e 5-6 nos de inverno (abril a setembro), com extremos 9 (dezembro) e 4 (agosto).

Simultaneamente, cresce bastante o número de dias claros, 104 por ano, sob frequências 14-15 em julho e agosto, ou acima de 10 cada mês no período maio a setembro. Mas só 4-5 nos meses de verão, dezembro a fevereiro.

Dêsse modo, a insolação é muito elevada em Corumbá, alcançando quase 2700 horas (exatamente 2696). Pode-se afirmar que ultrapassa 200 horas em todos os meses, com extremos 255 (agosto) e 198 (fevereiro).

Ainda aí temos a influência do núcleo mais quente continental do Paraguai.

Analizemos agora a precipitação: apresenta-se bem reduzida, com total de ... 1121mm, nenhum mês ultrapassando 200mm, mas todos acima de 100mm no período outubro a março, (177 em janeiro). Os restantes recolhem menos que 100, e abaixo de 50 os meses do inverno, com mínimo em julho ... (17mm).

Foi de 180mm a maior altura recolhida em 24 horas, valores sempre abaixo de 100 correspondendo à fase de junho a setembro.

Analizemos os dias de chuva.

São relativamente poucos, 88 por ano, unicamente a época do verão apresentando

taxas acima de 10, com máximo 13 em janeiro.

Enquanto isso o inverno ainda tem frequências 2-3, e o outono e primavera 5-7 5-9 respectivamente. Assim o comprova a série transcrita 13-12-11-7-5-3-2-2-5-8-9-11, no total já citado de 88 dias, dos quais 36 ultrapassando 10mm.

É esta aliás a frequência das trovoadas, 36 por ano, bastante reduzida devido à estabilidade da Baixa, e fraca umidade. Somente os meses de outubro a março têm taxas de 4-5, reduzidas a 1 nos de maio a agosto, sob invasões frontais.

Não há nevoeiros (3 por ano) e o orvalho é também raro, 70 dias somente, com mínimo de 2-4 nos meses da primavera, e 7 a 10 nos do verão e outono.

Tem assim Corumbá um clima seco e aquecido, muito insolado, de nebulosidade fraca; dias quentes, com apenas um terço das noites frescas. Extremos de temperatura acentuados (de 1° a 42°), mas pouca precipitação relativamente à região, chovendo um dia cada quatro, e maior salubridade, sob um aquecimento porém desagradável.

Coxim — 18°29'S — 54°46'W — 259ms. — Clima Aw

São muitas escassas as observações neste ponto, situado contudo em uma região central.

Não temos com efeito média anual da temperatura,

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	18	13	17	7	—	—	—	—	3	6	12	17	93
Noites frescas	13	15	14	23	31	30	31	31	27	25	18	14	272

Não temos índices da umidade anual, mas o elemento oscila de 83,3% (maio) a 74,3 (outubro), apenas 9% portanto. Pode-se dar como úmida, acima de 80%, a fase janeiro a julho, e seca a primavera, setembro-outubro.

A nebulosidade é também mal observada, sabendo-se

apenas podemos citar a respectiva amplitude (8°), entre os extremos de 26°,2 (dezembro) e 18°,2 (julho).

Aos normais são em média 26° no período novembro a março, ficando abaixo de 20° em junho-julho. O período mais fresco, aquém de 21° corresponde a maio-agosto, e o mais quente ao verão, dezembro a fevereiro.

Não existem observações de temperaturas extremas nem de amplitude, somente dos respectivos valores absolutos.

A máxima alcança 42°,8 (outubro), índices acima de 40° ocorrendo na primavera (setembro a novembro). Mas de abril a julho nunca superaram as máximas a 36°.

Quanto a mínima absoluta desceu a 0°,5 (agosto), temperaturas abaixo de 3° ocorrendo em qualquer dos meses de maio a agosto. Mas sempre acima de 12° na fase novembro a abril.

Resulta assim 42°,3 para a amplitude absoluta.

Os dias são quentes, num total de 300 por ano, só não ocorrendo dias frescos no período agosto a novembro.

Contudo, 6 se verificam em dezembro ou janeiro, 10 em fevereiro ou março, e 7 nos diversos meses de abril a julho, num total de 65.

Já as noites quentes são poucas, 93 por ano, o predomínio das frescas se acentuando de abril a outubro, para se tornar absoluta de maio a agosto, como veremos a seguir:

apenas que oscila 3,3 entre o máximo de 6,4 (janeiro) e o mínimo 3,1 (julho). A maior cobertura, superior a 5,0, ocorre de outubro a abril, com janeiro e fevereiro acima de 6,0, enquanto de junho a agosto temos valores aquém de 4,0.

São equivalentes as frequências dos dias encobertos

Climas de Mato Grosso

(64) e claros (65), os primeiros ocorrendo a taxas mensais de 6-7 na fase setembro a março, contra 2-3 nos meses de inverno. Os segundos, entretanto, surgem com 6-9 dias nos vários meses de maio a outubro (14 em julho), para se reduzirem a 2-3 no final do ano, e 1 em janeiro, fevereiro ou março.

Não há observações da precipitação, apenas um indício da maior chuva em 24 horas, com 74,5mm. Também não temos contagem dos dias de chuva, unicamente das trovoadas (48 por ano), a taxas mensais variáveis de 5-8 na fase outubro a março, a 0-2 na de maio a agosto.

Os nevoeiros totalizam 14 por ano, concentrados de abril a agosto, sob taxas de 1-4, reduzidas de janeiro a março para 1 cada mês.

Quanto ao orvalho, muito freqüente (292 dias), corresponde a contagem mensais de 22-30.

Não cabe evidentemente apreciar o clima, com dados tão escassos.

Campo Grande — 20.º 27.S — 54º37'W — 561ms — *Clima Aw*

Devido à sua altitude, a localidade se beneficia de menores temperaturas, com média anual 22º,0, e amplitude 5º,1, entre os extremos de 23º,9 (janeiro) e 18º,8 (julho).

A temperatura se conserva acima de 23º desde novembro até março, e abaixo dos 21º de maio a julho.

As máximas são igualmente mais reduzidas (292), oscilando 3º,9, entre 30º,7 (março) e 26º,8 (julho). Neste elemento ocorrem três ondulações, com máximos secundários em novembro e janeiro.

Podemos dar como mais quente à tarde o período setembro a março, acima ou próximo de 30º, e mais fresco apenas o de maio a julho, aquém de 28º, ou a bem dizer só junho e julho, ambos com 26º,8.

As mínimas são bastante baixas, em nenhum mês suas médias ultrapassando 20º. O

valor anual é de 16º,7, e a amplitude 6º,4, entre o menor índice de 13º,0 (julho) e o maior de 19º,4 (janeiro). Na fase mais quente à noite, de dezembro a março, as madrugadas superam 19º, na mais fresca, de inverno, descendo abaixo de 15º (14,0 — 13,0 — 14,4 em junho — julho — agosto).

Continua estável o valor da amplitude diurna anual 12,5 e extremos 11,0 (dezembro) ou 14º,3 (agosto). Este elemento se conserva entre 11-12.º de dezembro a abril, superando 13º de julho a outubro.

A máxima absoluta atingiu 38º,9 (outubro), e de um modo geral, valores acima de 35º podem ocorrer de agosto a março, mas sempre abaixo de 32º em junho e julho.

A mínima absoluta desceu a 0º,4 (agosto), e de maio a 3º já se verificaram, mas somente acima de 5º em outubro e novembro, ou de 10º entre dezembro e março.

Alcança dessa forma 38º,5 a amplitude absoluta.

Os dias são sempre quentes (320), apenas de maio a setembro ocorrendo pequena contagem de dias frescos, sob máximo de 8 em julho. Em verdade, a série mensal de tais dias soma 45 por ano, ou seja, a partir de janeiro:

4-0-0-3-6-6-8-5-6-4-2-1 = 45

Já as noites quentes são raras, totalizando 49, e apenas um pouco mais freqüentes no verão, mesmo assim com predomínio das frescas, como vemos na tabela:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	10	8	5	2	1	—	—	1	3	4	5	10	49
Noites frescas	21	20	26	28	30	30	31	30	27	27	25	21	316

Ocorrem portanto 316 noites frescas na localidade, praticamente tôdas o sendo de março a novembro, e ainda uma grande maioria no verão.

A velocidade do vento torna-se mais acentuada, sob média 2,1mps, variando de 2,5 (setembro) a 1,6 (março), o período mais calmo sendo

o de fevereiro-abril, abaixo de 2,0. Notam-se contudo apenas 2 ventanias, ambas no verão.

Analisando agora a umidade, constatamos valores relativamente baixos: média anual 73,5%, com extremos 80,1 (abril) e 57,8 (agosto), do que resulta amplitude 22%. Na verdade, o período mais úmido transcorre de dezembro a maio, com valores próximos de 80% e o mais seco, abaixo de 70% de agosto a outubro, o primeiro mês tendo como vimos 57,8%.

Podemos examinar neste ponto a nebulosidade, bastante reduzida aliás, com média 5,2, e amplitude 3,3 entre os extremos de 6,7 — janeiro e 3,4 — agosto.

Os valores superam 6,0 na fase de verão, dezembro a março, mantendo-se próximo a 4,0 de maio a agosto, com céu muitas vezes claro.

Há realmente 85 dias encobertos, mais raros no inverno, sob taxas mensais de 4-5 no período maio-agosto; as mesmas se elevam a 7-9 na primavera, e 9-11 nos meses de verão, com posterior declínio para 6-8 no outono.

Os dias claros são menos freqüentes, 71 por ano, e dominam no inverno, sob contagens 9-9-10-14-9 de maio a setembro, mais elevadas portanto em agosto. No verão as mesmas se reduzem a 0-2.

A precipitação é relativamente elevada, com 1416mm, apenas janeiro e fevereiro superando 200mm (o último

213), enquanto de outubro a abril todos os meses ultrapassam 100mm, os do inverno registrando menos de 50 (julho 33mm).

Mas é pouco intenso, de apenas 11mm, o maior registro em 24 horas, mantidos abaixo de 60mm os do inverno, junho a agosto.

Vejamos portanto os dias

Climas de Mato Grosso

de chuva: são 122 por ano, mais 10 por mês de outubro a abril (17 em dezembro ou janeiro), e apenas 3-4 na fase do inverno, como vemos na série abaixo, iniciada com janeiro.

No total de maio a setembro ocorrem apenas 23 dias, tanto como em outubro a novembro.

Do conjunto anual, 47 dias superam 10mm, as frequências dos dias chuvosos assim se distribuindo: 17-16-15-10-6-4-4-3-6-11-13-17 = 122.

As trovoadas são comuns, totalizando 97 por ano, a taxas 10-15 nos meses de outubro a março (15 no último), mas reduzidas a apenas 1-2 nos meses do inverno. Troveja assim em média por 14 dias de maio a setembro, em associação com as Frentes.

Os nevoeiros continuam escassos, 11 por ano, verificando-se sob contagens mensais 1-2 de março a agosto, a última para junho e julho.

Quanto ao orvalho não se constitui tantas vezes como noutros pontos, pois totaliza 88, a taxas 10-13 de dezembro a março, 7-8 de abril a junho, e 2-3 de agosto a outubro.

Campo Grande tem assim um clima quente de dia e fresco à noite, com chuva regular, umidade mais reduzida, o céu apenas nublado. As máximas não se elevam muito, mantendo-se forte a amplitude, pois ocorrem valores desde 0° até 39°.

Sopram regularmente os ventos, enquanto trovoadas e chuvas ocorrem à razão de 97 e 122 dias.

Em suma, um clima bastante satisfatório.

Aquidauana — 20° 28'S — 55° 48'W — 156 ms — Clima Aw

É de 23°,2 a média anual da temperatura, com amplitude 6°,9 entre os extremos de 25°,9 (janeiro) e 19,0 (junho). Devido à maior proximidade do Trópico, a fase mais quente vai se deslocando para o verão em contraste com a da primavera, mais ao norte. Corresponde assim ao período novembro a março, todo acima de 25°, com

dezembro a fevereiro sob 25,8 — 25,9 — 25,8.

As médias se reduzem para 23°,8 em abril e 21°,0 em maio, o inverno, ou melhor junho e julho registrando valores aquém de 20° (19,0 em julho). Já em setembro os mesmos superam 22°.

As máximas são elevadas, pois a estação tem altura mais reduzida que Campo Grande; alcançam assim 31,0, com amplitude 4°,9 entre 32,7 (dezembro) e 27,8 (junho). Nota-se fraca ondulação secundária, com mínimo janeiro e máximo fevereiro, mas amplitude 0°,3. A fase mais quente à tarde, toda acima de 32°, decorre de outubro a março, e a mais fresca, abaixo de 29°, de maio a julho.

As mínimas são relativamente baixas, sob média anual 18°,3, oscilando entre 2°,0 (janeiro) e 13°,2 (julho), com amplitude 8°,8.

As noites sempre quentes em geral, têm pela madrugada valores acima de 21° no verão (dezembro a março).

O período mais fresco corresponde aos três meses de inverno, todo abaixo de 15° (junho 14°,5, julho 13°,2, agosto 14°,7); ou se incluir-

mos maio e setembro, aquém de 17°.

Segue-se uma amplitude diária de 12°,6 na média anual, variando desde o mínimo 10°,2 (janeiro) ao máximo 15°,9 (agosto). Como sempre, é estável a fase úmida do verão, com valores em torno a 11° de dezembro a abril, só em julho e agosto as amplitudes superando 15°.

Quanto à máxima absoluta atingiu 40°,8 (setembro), valores acima de 38° padecendo ocorrer de agosto a março, mas nunca além de 36° de maio a julho.

A mínima absoluta atingiu o setor negativo (-1°,2 em julho), ou 0°,0 (junho), todo o período maio a setembro tendo registrado temperaturas abaixo de 4°, ou aquém de 8° se incluirmos abril e outubro. Conservam-se porém acima de 12° em janeiro-fevereiro, no primeiro mês sendo 16°,2 a menor mínima ocorrida.

Foi assim de 42°,0 a amplitude absoluta encontrada.

Há portanto maioria de dias quentes (308), apenas de março a setembro ocorrendo alguns frescos, ou até 10 cada mês em junho ou julho, como vemos no quadro:

J F M Ab M J Jl Ag St Ot No Dz Ano

Dias quentes	30	24	25	27	24	21	21	25	27	28	28	28	308
Dias frescos	1	4	6	3	7	9	10	6	3	3	2	3	57

Já as noites quentes estão em minoria, podendo-se dizer que todas são frescas no período maio a setembro, e

pelo menos a metade em abril, outubro e novembro. Há dêsse modo 148 noites quentes e 217 frescas.

J F M Ab M J Jl Ag St Ot No Dz Ano

Noites quentes	27	22	22	13	3	1	—	1	5	13	17	24	148
Noites frescas	4	6	9	17	28	29	31	30	25	18	13	7	217

O vento é fraco em Aquidauana, sob média anual 1,2 mps, e índices estáveis (1,4 setembro, 1,1 março). Não houve registro de ventanias, o que parece uma falha do observador.

A região é bastante úmida, contudo: média anual 78,9%, com amplitude 10% entre o

máximo de 82,6% (maio) e o mínimo 73,3 (agosto). O 80%, transcorre de janeiro a período úmido, acima de junho, e poderíamos alongá-lo para dezembro-julho. Pois o verdadeiramente mais seco (ou menos úmido), abaixo de 75%, corresponde à pri-

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO COM FERTILIZANTE

O método desperta a atenção universal

Informa-se de Tel-Aviv que o método Blass para irrigação por gotejamento está sendo adotado na África do Sul e na Austrália.

Foi criada uma Estação Experimental no México e existem grandes possibilidades de serem exportados os aparelhamentos para o Peru, Brasil e Argentina, bem como para a Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia.

Presentemente, cerca de 10.000 *dunams* (2.500 acres) acham-se sob irrigação por esse método, em Israel. Os resultados têm sido os seguintes: em Ein Yahav, foram produzidas 14 toneladas de tomates por *dunam*, ao em vez de duas a três toneladas em produção normal e em Yotvata, seis toneladas

e meia de tomates em comparação com as 3,9 toneladas conseguidas por outros métodos.

Esses dados foram recentemente publicados em entrevista a imprensa, pelos Srs. Oded Winkler, chefe da Cia. Netafim (com quatro anos de existência), do Kibbutz Hatzerim, a qual fabrica o equipamento para o sistema; pelo Professor Dan Golberg da Faculdade de Agricultura da Universidade Hebraica, o qual fez demonstrações das vantagens do método em Israel, e por Simcha Blass que, (com seu filho Isaias) arquitetou o sistema.

Apesar de o sistema de irrigação por gotejamento, o qual consiste de um conjunto de tubos de substância

plástica que conduzem água impregnada de fertilizantes gotejando lentamente no solo, custar uma vez e meia mais caro do que os outros sistemas comuns, os resultados são tão espetaculares, dizem os entrevistados, que as despesas iniciais tornam-se insignificantes.

Uma vez que as gotas d'água caem no solo, junto da planta (e não como acontece com os aparelhos de aspersão que desperdiçam muita água), o consumo d'água é 25% menor, além do mais a água não se espalha pelo meio das fileiras das plantas, de sorte que não estimula o aparecimento de plantas daninhas, economizando, assim, os trabalhos de cultura, e, finalmente, as safras das plantas irrigadas diretamente pelo sistema, tornam-se muito maiores.

Esse método é mais preconizado — segundo afirmam — para regiões áridas, de solos pobres.

mavera, agosto a outubro.

A nebulosidade torna-se pouco acentuada (5,8) com amplitude 3,2, desde 7,5 (janeiro) a 4,3 (agosto).

É mais nublado, em torno ou acima de 7,0, o verão (dezembro a março), é mais limpo, com 5,0 ou menos, a fase de maio a setembro, (julho e agosto 4,3).

Teremos aliás 134 dias encobertos, mais que 10 por mês de outubro a abril, com 15-17 nos meses de verão, dezembro a fevereiro. O período restante, maio a setembro, tem apenas 7-9 dias mensalmente, o primeiro valor correspondendo a julho e agosto.

Já os dias claros totalizam menos da metade dos anteriores, com 75 por ano, e maior frequência em julho-agosto (11 cada), ou de maio a setembro, sob 8 a 11. A menor corresponde ao verão,

2-3 dias por mês, de dezembro a fevereiro.

Chove regularmente em Aquidauana, 1428 mm por ano, apenas janeiro superando 200 mm (com 232). Os meses de outubro a abril registram acima de 100 mm, o mínimo correspondendo a julho e agosto, com 37 ou 36 respectivamente, julho aliás tendo só 53 mm.

Mas foi de 133 mm (abril) a maior precipitação recolhida em 24 horas, apenas durante a fase junho-setembro não tendo sido registrados alturas acima de 70 mm.

É reduzido o número dos dias de chuva-83, dos quais 43 acima de 10 mm. Os meses de verão têm todos acima de 10 dias, com máximo 12 em janeiro. E os do inverno menos de 5, como vemos na série abaixo, de janeiro a dezembro: 12-10-8-6-5-4-3-3-5-8-8-11-83.

Assim, durante todo inverno chove tanto como em fevereiro.

As trovoadas são também escassas, 62 por ano, a taxas mensais 7-8 no verão, de novembro a março, reduzidas para 2 nos meses mais frios junho a agosto, e traduzindo passagens Frontais.

Muito raro o nevoeiro, 6 dias por ano, todos de março a setembro, na taxa de 1 por mês. Mas frequente o orvalho, sob 163 dias, com máximo de abril a julho (18 por mês) e mínimo durante o verão (8-11).

Em resumo: dias quentes, mas muitas noites frescas (mais de 200) poucos dias de chuva (um em cada quatro). Raros nevoeiros e trovoadas umidade acentuada, vento fraco, nebulosidade e extremos pronunciados (-1,2 e 40°8) indicam para Aquidauana um clima suportável, mas com muitos dias opressivos.

ERA DINÂMICA DA AGRICULTURA

Por
Joseph Ackerman

Especial para "A Lavoura"



Perto de Greeley, no Colorado, EUA, encontramos estes currais magníficos para alimentação científica do gado, com capacidade para mais de 60.000 cabeças. Com 120 hectares, no total, a área é servida por computadores e outros aparelhos, que regulam e registram a alimentação do gado.

Vivemos numa era que o mundo jamais conheceu — uma era de desafios, exigente e perigosa, e ao mesmo tempo a mais interessante, bela e dádiosa que até hoje atravessamos. Uma era dinâmica da história.

Como esta é uma era de educação do espírito, as mudanças científicas e tecnológicas que se farão sentir na próxima década atinirão o ponto mais elevado da história.

Nas zonas rurais dos EUA, as evidências dessas mudanças são notadas em toda parte. Os desenvolvimentos tecnológicos trouxeram mudanças impressionantes na produção rural, na organização e no funcionamento das fazendas; melhoraram os meios de transporte e co-

municações, e a modernização quase alterou completamente a vida do campo.

A agricultura está, com efeito, experimentando uma revolução tecnológica e econômica. Está se transformando de um negócio de artes e artesanos para um negócio enraizado profundamente na ciência e na tecnologia.

A agricultura nos EUA transformou-se numa atividade complexa. Para ter sucesso, o agricultor precisa planificar, cuidadosamente. A adoção de um simples método novo pode mudar toda a estrutura do negócio agrícola.

Grande soma de informações deve ser conseguida e analisada, para se chegar a uma decisão lógica. Dentro

da economia, altamente complexa, dos dias atuais, o agricultor precisa considerar muitos problemas além daqueles relacionados com a produção. Maior atenção deve ser conferida aos grandes problemas relativos à distribuição, abastecimento e procura, crescimento econômico e outros assuntos, muito amplos e com inúmeras facetas, para serem analisados pelo agricultor médio, ou mesmo por um profissional que use métodos e táticas antiquadas.

O agricultor do futuro terá de encontrar melhor meio de controlar a qualidade e a quantidade de seus produtos, e reuni-los em grupos mais vendáveis para a indústria alimentícia.

Em qualquer dos casos, a

Um fisiologista do Departamento de Agricultura dos EUA usa uma pinça para podar plantas, numa câmara que simula as condições do exterior. São estudados os efeitos do meio ambiente, como a poluição do ar no crescimento do vegetal.

agricultura necessitará de grande número de serviços de alto nível, científicos de engenharia e de gerência. Como a agricultura está se elevando para novos níveis, assim também os serviços de que ela se serve necessitam atingir os mesmos padrões modificando-se e ajustando-se de acôrdo.

Os agricultores devem ter a assistência de técnicos em programas de desenvolvimento, para o uso eficiente da terra, do trabalho e do capital, e recursos de administração. Necessitam, ainda, de uma soma cada vez maior de informações científicas para desenvolver seu plano anual, e fazer ajustes de conformidade com as condições imprevistas de tempo, preços, ou outros fatores que mudem o quadro.

A agricultura não está se estabilizando. Há evidências de que novas mudanças, mais rápidas e maiores, virão nos próximos anos.

Com o uso de conhecimentos técnicos disponíveis, os agricultores aumentarão a automatização de suas operações. Alguns vegetais já estão sendo colhidos, lavados, classificados e embalados sem serem tocados por mãos humanas.

A produção da pecuária



vem se tornando altamente científica. A alimentação é cuidadosamente controlada para produzir a máxima quantidade e a mais alta qualidade de carne por determinada quantidade de alimento. O rebanho está recebendo tratamento de antibióticos, hormônios, sais minerais e outras substâncias que evitam doenças e promovem o crescimento exatamente requerido. Num dia que não está longe, equipamentos eletrônicos po-

derão ajustar as fórmulas de alimentação dos rebanhos com os resultados que se tem em mira.

No mundo agrícola, métodos e procedimentos que eram apropriados ontem são inferiores e inadequados hoje e serão obsoletos amanhã.

Nos anos vindouros, a agricultura sofrerá inúmeras mudanças de grande vulto, as quais redundarão em progresso dinâmico para o futuro.

MEDALHA MINISTRO FERNANDO COSTA

Devido a um lapso lamentável da nossa redação, na notícia publicada no número anterior, sob o título acima, foi omitido o nome do nosso prezado consócio, Dr. Fábio Luz Filho, também agraciado com este prêmio, na mesma ocasião.

O nome do Dr. Fábio Luz Filho, conhecido líder cooperativista, autor de numerosas obras sobre o assunto, de que se tornou um luminar no Brasil, dispensa maiores comentários, sobretudo para os nossos leitores, habituados aos seus magníficos artigos nas colunas desta Revista, na qual colabora há dezenas de anos.

A omissão redonda, afinal, num destaque especial, e esta retificação nós lhe encaminhamos com o nosso pedido de desculpas pela falta involuntária.

L. M. P.

A POSIÇÃO DO BRASIL NO PANORAMA DA AGRICULTURA LATINO-AMERICANA

A produção agrícola latino-americana diminuiu cerca de 2% em 1968, segundo estatísticas recém-divulgadas pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas.

Segundo o relatório preliminar sobre o **Estado Mundial de Alimentação e Agricultura em 1968**, em todas as regiões do mundo aumentou a produção, exceto na América Latina, onde esta situação é atribuída principalmente a condições desfavoráveis de tempo. Mas afirma o relatório da FAO, que, apesar disso, o desenvolvimento econômico geral da região alcançou um nível satisfatório. Entre os mais graves problemas apresentados figuram as condições institucionais, econômicas e sociais que prevalecem no setor agrícola e o montante da dívida pública para com o estrangeiro. Adiante o documento que "nestes últimos anos os três países de economia mais desenvolvida na região — Argentina, Brasil e México — tiveram que destinar de 1/5 a 1/3 de suas divisas ao pagamento da dívida externa".

A seca

A seca, iniciada em 1967, prolongou-se durante todo o ano de 1968 e, em algumas regiões, até meados de 1969. Em consequência, o rendimento das colheitas foi afetado na Argentina, Chile, Equador, Peru, Uruguai e países do Caribe. Nas províncias centrais e septentrionais do Chile, a seca revestiu-se de características de verdadeira catástrofe, ocorrendo quase o mesmo um pouco mais ao norte, na parte septentrional do Peru, chegando até Guaiquil. No Uruguai, a seca foi de tal se-

veridade que chegou a determinar redução no fornecimento de energia elétrica em todo o País.

A queda da produção agrícola foi de 11% em Cuba, de 9% na Argentina, de 5% na República Dominicana e de 2% no Equador, Guatemala e Peru. Em compensação, o Brasil e a Venezuela mantiveram praticamente os mesmos níveis de 1967.

Entre os principais produtos cultivados na região, somente registraram aumentos de produção o arroz e o algodão. A produção de arroz aumentou um pouco em todos os países entre os quais sobressaíram o Brasil, a Colômbia e Cuba. A produção de algodão foi também maior no Brasil, no México e na Colômbia, porém baixou no Peru.

A produção de trigo, milho, açúcar, bananas, carne e café também apresentou baixa na região, em índices que oscilam entre 3 e 11%.

A baixa na produção regional de trigo foi de 11%. A Argentina, que em 1967 tivera uma excelente colheita, sofreu uma redução de 20% em 1968, enquanto que a produção mexicana baixou 8%. A produção regional de milho diminuiu em 44%, principalmente devido a considerável baixa registrada na Argentina.

A produção de açúcar caiu 7% devido sobretudo, a uma grande baixa ocorrida em Cuba; por outro lado, aumentou a produção no

Brasil, na Colômbia e no Peru.

A produção regional de bananas baixou em 5% em 1968 — apesar de ter continuado a aumentar a produção centro-americana — devido a considerável baixa sofrida pelo Equador.

A produção de café do Brasil foi menor em cerca de 28%, mas a média da baixa na região como um todo foi de apenas 4% em relação à produção do ano anterior.

A produção de carne bovina não desceu muito porque a grande redução registrada na Argentina foi compensada por aumentos em vários outros países, entre os quais a Colômbia e o México.

Comércio internacional

O volume das exportações agrícolas regionais baixou ligeiramente em 1968. Por outro lado, aumentaram as importações de produtos agrícolas devido, em parte, a escassez causada pela seca. O comércio entre os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio diminuiu pelo segundo ano consecutivo, enquanto continuaram a aumentar, tão rapidamente como nos anos anteriores, as trocas entre os países do Mercado Comum Centro-Americano.

O valor das exportações regionais de cereais baixou cerca de 12% em 1968, por terem diminuído as remessas de trigo, milho e sorgo, e pelo fato de terem caído os preços de todos os cereais, exceto o do arroz. As exportações de açúcar baixaram cerca de 6% em seu volume, mas aumentaram 2% em valor.

Baixaram ligeiramente o valor das exportações regio-

PRINCIPAIS CAUSAS DO INSUCESSO NA AVICULTURA

Cerca de 95% dos motivos de insucesso na exploração avícola são de responsabilidade do próprio avicultor. Os 10 mais frequentes são os seguintes:

1 — Empreender um negócio avícola sem estar tecnicamente capacitado para isso.

2 — Falta de compreensão das leis básicas da natureza. A simples observação da localização de certos galinheiros e seus interiores é suficiente para revelar este fato.

3 — Excesso de crédito. Há avicultores que trabalham sem base econômica, contando quase exclusivamente com crédito bancário. Basta uma pequena crise (queda de preços, alta mortalidade, diminuição da produção etc.) para pôr em risco o negócio.

4 — Falta de planejamento.

5 — Basear-se em palpites em vez de nos fatos. O negócio avícola tem qualquer coisa de parecido com as corridas de cavalo: os avicultores só comentam o sucesso...

6 — Falta de previsão. A maioria dos avicultores não

economiza dinheiro nas "boas épocas" para poder enfrentar uma crise eventual.

7 — Crescimento desordenado, isto é, aumento excessivamente rápido da granja com conseqüente prejuízo da qualidade da produção.

8 — Avicultura como atividade secundária. São muito comuns (no Brasil) os avicultores chamados de "fim-de-semana", isto é, pessoas dedicadas a outras atividades e que nos fins-de-semana cuidam de algumas aves. A tendência desse tipo de avicultor, no futuro, é acabar. Estas pequenas granjas, geralmente funcionando sem um controle de produção eficiente, serão substituídas por granjas maiores, verdadeiras indústrias avícolas, (como já existem várias) com maior capacidade de produção e comercialização.

9 — Despesas evitáveis, ou seja, avicultores que não exitam em despender grande quantidade de dinheiro,

quando em "apuros" (presença de doença na granja etc.), mas que relutam em gastar em bons pintos, boas rações, boas vacinas, equipamentos adequados etc. para evitar aquelas grandes despesas.

10 — Tentar ser bem sucedido usando o mesmo tipo de pinto e ração de um bom criador, mas sem capacidade de criar nas mesmas condições que ele.

Se a você não se aplicar nenhum dos erros acima enumerados, é muito provável que seja um avicultor bem sucedido.

nais de carne e de lã, apesar de terem aumentado as quantidades exportadas deste último produto.

O valor das exportações latino-americanas de café subiu 5% e o das exportações de algodão uns 16%. Apesar de ter baixado o preço das bananas no mercado mundial, o valor das exportações latino-americanas aumentou cerca de 2%, por ter sido maior o volume de exportações.

Na maioria dos países latino-americanos a reforma agrária continuou a ser importante matéria de política

agrícola, apesar de que, como ressalta o relatório da FAO, sua aplicação, com raras exceções, continuou sendo lenta.

Outros assuntos de política agrícola de especial interesse na América Latina, são a necessidade de reduzir a importação de alimentos e a de promover a diversificação de monoculturas tradicionais como a do café, do açúcar e da banana. No caso do café, a diversificação foi facilitada pelo Fundo de Diversificação estabelecido em 1968, por ocasião da renovação do Acôrdo Internacional do Café.



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

Preços médios do boi gordo para corte e da lã na área do convênio de empréstimos n.º 516 BR

A Fundação Getúlio Vargas, através de seu Instituto Brasileiro de Economia, submeteu ao Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE, referentes às áreas do Convênio de Empréstimo N.º 516 BR, firmado entre o Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais uma série, a terceira, de seis meses (janeiro a junho de 1969) de preços médios do boi gordo para corte e de lã. Estão disponíveis agora, portanto, observações alusivas a 18 meses consecutivos, a partir de janeiro de 1968.

É interessante recordar que, para servir como alicerce à construção futura dos índices destinados aos reajustamentos do principal dos empréstimos, o Instituto Brasileiro de Economia obteve a média de preços do boi gordo (pronto para corte) e de lã comercializada, segundo valores pagos aos pecuaristas, ao nível municipal de cada Unidade da Federação integrante dos Projetos I (Rio Grande do Sul), II (Mato Grosso, São Paulo e Paraná) e III (Goiás e Minas Gerais),

A rede de coleta de preços utilizada para os Estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul é formada por técnicos vinculados às entidades filiadas ao Sistema de Extensão Rural — ABCAR. Suas informações foram complementadas com dados fornecidos por organismos de governo, nas diversas esferas, particular-

mente prefeituras municipais, assim como empresas particulares participantes do processo produtivo da carne e lã. Para os Estados de Minas Gerais e São Paulo os preços foram coligidos por departamentos especializados de suas respectivas Secretarias de Agricultura.

As Instituições e pessoas que de algum modo contribuíram, na fase de coleta, para este trabalho, o Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia renova seus agradecimentos.

Convém também lembrar que a sistemática de construção dos índices compreende ponderações em níveis sucessivos de agregação. Os preços vigentes em cada município foram ponderados pelo valor relativo do produto considerado (bovino ou lã) dentro de zonas fisiográficas, resultando em um preço médio para cada zona.

Estes preços foram, por seu turno, ponderados pelo valor do produto na zona fisiográfica, dando origem aos preços médios estaduais. (*)

Considerando p_i a cotação vigente do produto no município i , o preço médio p_j da zona fisiográfica j é obtido através da expressão:

$$p_j = \frac{\sum_i p_i \cdot v_{i/j}}{\sum_i v_{i/j}}, \text{ onde } v_{i/j} \text{ é}$$

o valor relativo do produto no município i em relação à zona j .

O preço médio mensal p_k da Unidade da Federação k , foi obtido por

$$p_k = \frac{\sum_i p_j \cdot v_{j/k}}{\sum_i v_{j/k}}, \text{ onde } v_{j/k}$$

representa o valor relativo do produto na zona j em relação ao Estado k .

(*) As ponderações estão apresentadas nos quadros anexos e são originários dos valores do rebanho bovino e da produção de lã, no ano de 1966, segundo as estimativas disponíveis mais recentes da Equipe Técnica de Estatística Agropecuária (nova denominação do Serviço de Estatística da Produção), na época do início deste trabalho.

A média aritmética

$$p_o = \frac{\sum_k p_k}{6}$$

no período de janeiro a junho de 1968, incluída em publicação anterior (**), servirá de base para o cálculo dos índices que, no futuro, deverão corrigir os saldos dos empréstimos.

Com referência ao Projeto I, além dos preços médios para cada produto, também é calculado um preço médio misto de gado bovino e lã, com duas ponderações alternativas:

a) utilizando os valores relativos estaduais dos dois efetivos; e b) empregando uma relação técnica pré-determinada de 5 cabeças de

gado ovino para uma de bovino (***)).

Ainda em relação ao Rio Grande do Sul, convém esclarecer que as cotações originalmente coletadas para o gado bovino, ao nível dos municípios, representam os preços em termos do peso vivo. Para assegurar a comparabilidade com os demais Estados abrangidos pelo Empréstimo adotou-se um coeficiente de correção que decorre da estimativa de 50% como quebra do peso após o abate. Esta percentagem foi considerada como aceitável por grande número de pessoas consultadas a respeito. Não obstante ser possível certa variabilidade em torno desse percentual, a experiência de cada uma seria no caso irrelevante: o que importa é a constância de critério, pois os números índices vão medir um ritmo de evolução de preços.

(**) Preços Médios do Gado Bovino e Lã, 1.º semestre de

1968. Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV. Publicado (circulação restrita) em julho de 1968.

(***) Na alternativa "a", em valor, cerca de 86,5% de bovinos e 13,5% de ovinos e, na alternativa "b", em número de milhares de cabeças, . . . 11.238 de bovinos e 2.357 unidades de ovinos (11.785 milhares de cabeças ÷ 5).

Escapam à metodologia geral aqui descrita, quanto ao processo de agregação dos preços, os casos de Minas Gerais e São Paulo. Isto acontece em função dos procedimentos de coleta próprios das fontes anteriormente mencionadas, em contraste com os demais Estados onde os técnicos enumeradores obedecem a procedimentos uniformizados por este Instituto.

Quanto a Minas Gerais, os dados de preços, remetidos pelo Departamento de Estudos Rurais da Secretaria da

Agricultura, vêm ao nível das zonas fisiográficas, processando-se, no Instituto Brasileiro de Economia, a segunda fase da agregação, para chegar ao preço médio do Estado.

Em São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura, os informantes acham-se localizados nos municípios de maior expressão agrícola no Estado. Antes de chegar a um preço médio agregado para o Estado, há dois níveis de ponderação, correspondendo a conceitos próprios de "zona" e "setor", sendo o preço básico a média aritmética simples de preços municipais, também agrupadas num conceito próprio de "regiões".

("Preços Médios do Boi Gordo e Lã"
1.º Semestre de 1969 — julho/69.
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getúlio Vargas).

PROJETO I

(alternativa "a")

RIO GRANDE DO SUL

PREÇO MISTO DO BOI GORDO PARA CORTE E DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Preço Médio do Boi Gordo para Corte	86,54	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79
Preço Médio da Lã	13,46	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04
PREÇO MISTO (BOI GORDO + LÃ)							
MÉDIA ESTADUAL	NCr\$	19,82	19,88	19,70	19,86	19,96	19,92

PROJETO I

(alternativa "b")

RIO GRANDE DO SUL

PREÇO MISTO DO BOI GORDO PARA CORTE E DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Mai	Junho
Preço Médio do Boi Gordo para Corte	82,52	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79
Preço Médio da Lã.....	17,48	40,23	41,20	40,27	40,27	40,51	40,04
PREÇO MISTO (BOI GORDO + LÃ)							
MÉDIA ESTADUAL.....	NCr\$	20,77	20,87	20,65	20,81	20,90	20,85

RIO GRANDE DO SUL

PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Mai	Junho
Litoral.....	4,94	17,40	17,40	17,40	17,10	16,80	17,10
Depressão Central.....	11,60	17,40	18,00	18,00	18,00	18,00	16,80
Missões.....	11,18	17,49	17,58	17,16	16,50	16,67	15,71
Campanha.....	25,21	16,70	16,45	16,11	16,76	16,80	17,82
Serra do Sudeste.....	9,82	16,50	16,50	16,32	16,32	16,32	16,32
Encosta do Sudeste.....	6,45	16,20	16,20	16,20	16,20	16,50	16,50
Alto Uruguai.....	7,30	14,81	14,14	15,07	16,10	16,30	16,18
Planalto Médio.....	7,92	16,26	15,42	15,88	16,37	16,85	16,34
Encosta Inferior do Nordeste.....	5,41	16,65	17,06	16,79	16,66	16,66	17,06
Encosta Superior do Nordeste.....	2,06	15,48	15,48	15,48	15,39	15,39	15,39
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$	NCr\$	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79

RIO GRANDE DO SUL
PREÇOS MÉDIOS DA LÃ
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Litoral	9,41	20,00	25,00	30,00	30,00	50,00	25,00
Depressão Central	4,04	35,00	55,00	55,00	35,00	55,00	40,00
Missões	7,94	40,00	44,44	44,44	44,44	44,94	44,94
Campanha	56,15	47,75	47,99	45,00	45,00	45,00	45,00
Serra do Sudeste	12,40	33,00	35,00	35,33	35,33	35,33	35,33
Planalto Médio	2,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Encosta Superior do Nordeste	0,12	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50
MÉDIA ESTADUAL $(\sum P_j v_{j/k} : \sum v_{j/k})$	NCr\$	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04

PROJETO II

SÃO PAULO — PARANÁ — MATO GROSSO
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
São Paulo	54,60	20,22	19,46	19,02	18,76	18,95	20,71
Paraná	11,94	18,44	19,01	18,79	18,30	18,34	18,44
Mato Grosso	33,46	18,89	18,03	17,59	16,53	18,04	18,91
MÉDIA DOS ESTADOS $(\sum P_j v_{j/k} : \sum v_{j/k})$	NCr\$	19,56	18,93	18,51	17,96	18,57	19,84

SÃO PAULO (*)
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$	20,22	19,46	19,02	18,76	18,95	20,71

(+) - Coleta e cálculos do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado

PARANÁ
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Castro.....	2,39	21,60	21,60	21,60	17,50	18,00	18,00
Curitiba.....	4,10	17,86	17,86	17,86	18,85	19,04	19,04
Campos Gerais.....	6,19	22,53	22,53	21,54	21,65	21,45	21,77
Tomazina.....	4,10	18,13	18,26	17,25	17,25	17,83	16,96
Alto Ivaí.....	2,20	17,25	17,51	16,75	16,75	16,75	16,75
Irati.....	2,15	17,40	17,72	18,26	18,26	18,26	18,52
Oeste.....	46,21	17,99	19,03	18,94	17,97	17,88	18,17
Norte.....	25,10	18,68	18,52	18,26	18,29	18,51	18,40
Campos do Oeste.....	6,59	17,00	18,60	18,60	18,60	18,60	18,60
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$ NCr\$		18,44	19,01	18,79	18,30	18,34	18,44

MATO GROSSO
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	Vj/k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Chapada.....	2,62	14,56	14,63	14,82	15,00	15,00	15,00
Poxoréu.....	4,61	14,04	14,80	13,99	13,99	13,99	13,99
Campo Grande.....	24,99	17,58	17,73	17,31	15,58	19,24	18,08
Rio Pardo.....	14,04	20,27	16,71	15,11	15,11	16,71	17,52
Encosta Norte.....	0,45	17,00	18,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Encosta Sul.....	14,08
Baixada Norte.....	6,90	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	20,00
Baixada Sul.....	32,31	21,00	20,00	20,00	18,50	19,00	21,00
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$ NCr\$		18,89	18,03	17,59	16,53	18,04	18,91

PROJETO III
MINAS GERAIS — GOIÁS
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maior	Junho
Minas Gerais.....	75,81	19,55	19,12	18,66	18,66	18,72	19,30
Goiás.....	24,19	17,53	17,37	16,75	17,05	17,72	16,68
MÉDIA DOS ESTADOS ($\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	18,91	18,70	18,20	18,08	18,48	18,67

MINAS GERAIS (*)
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maior	Junho
Médio Jequitinhonha.....	5,57	25,00	21,00	20,00	19,50	21,00	20,50
Mucuri.....	7,73	20,50	21,00	20,50	20,00	19,50	20,50
Rio Dôce.....	11,76	19,00	19,50	19,50	19,50	19,50	20,50
Mata.....	9,86	18,50	18,00	18,00	18,00	18,00	18,50
Alto Jequitinhonha.....	1,07	20,50	21,50	19,50	19,50	18,50	21,00
Itacambira.....	1,97	21,00	20,50	20,00	22,00	20,50	22,00
Metal Urgica.....	6,60	20,50	20,00	19,00	18,00	19,00	19,50
Campos das Vertentes.....	4,25	18,00	17,50	18,00	18,00	19,50	19,00
Sul.....	13,13	18,50	19,00	18,50	18,00	18,00	18,50
Alto Médio São Francisco.....	5,17	20,00	19,00	16,50	15,50	18,00	20,00
Montes Claros.....	3,98	19,00	19,50	19,00	19,00	18,50	19,00
Alto São Francisco.....	9,45	18,50	19,00	18,50	18,50	19,00	19,50
Paracatu.....	3,06	17,00	17,00	16,50	17,50	16,00	17,50
Alto Paranaíba.....	6,88	19,50	18,00	18,00	17,50	17,50	17,50
Triângulo.....	11,54	19,50	18,50	18,00	17,50	18,50	19,00
MÉDIA ESTADUAL ($\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	19,35	19,12	18,66	18,41	18,72	19,30

(+) Coleta do Departamento de Estudos Rurais, da Secretária de Agricultura do Estado.

GOIÁS
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maior	Junho
Norte Goiano.....	11,26	14,68	15,05	14,62	14,24	15,57	14,44
Meia Ponte.....	10,79	18,06	16,99	16,69	16,41	16,56	17,87
Ipameri.....	15,38	20,05	19,25	17,80	20,11	21,45	16,07
Planalto.....	5,07	15,62	15,16	15,14	14,50	16,04	15,63
Alto Tocantins.....	6,87	20,00	20,00	20,00	21,00	21,00	21,50
Rio Verde.....	14,67	18,28	17,73	17,19	16,64	16,22	16,67
Mato Grosso de Goiás.....	24,96	16,30	16,95	16,27	16,39	17,31	16,44
MÉDIA ESTADUAL ($\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	17,53	17,37	16,75	17,05	17,72	16,68

Centro de Pesquisas sôbre fibras duras

A criação de um Centro Internacional de Pesquisas sôbre Fibras Duras — cujo funcionamento poderia inspirar-se no do Secretariado Internacional da Lã ou no Instituto Internacional do Algodão — foi proposto pelo Grupo Consultivo de Trabalho de Pesquisa sôbre as Fibras Duras, que acaba de en-

cerrar sua sessão no escritório central da FAO em Roma.

O referido Grupo de Trabalho — composto de representantes de onze países: Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Honduras, Quênia, México, Países Baixos, Reino Unido, República Federal da Alemanha e Tanzânia — acredita que os pro-

blemas da economia mundial das fibras duras só podem ser resolvidos através de um "programa-impacto" de pesquisa.

Segundo o Grupo, tais problemas decorrem principalmente do desenvolvimento insuficiente da demanda nos últimos anos, e a solução mais eficaz seria reduzir os custos de produção, propiciar a criação de novos mercados para tais fibras (sisal, abacá, agave, etc) e manter os atuais escoamentos ante a concorrência dos produtos sintéticos.

O Grupo de Trabalho prevê que as perspectivas a longo prazo para as fibras duras são pouco animadoras, a menos que providências sejam tomadas imediatamente para fomentar a criação de mercados através de um programa coordenado de pesquisa, em plano internacional.

O "Centro Internacional", ora proposto, seria encarregado de organizar a pesquisa sôbre as utilizações finais das fibras duras, os mercados e a agronomia, assim como a promoção comercial destas fibras através, principalmente, da publicidade. O Centro teria caráter internacional e poderia trabalhar segundo as diretrizes do Grupo de Estudos sôbre Fibras Duras, assegurando, dêste modo, sua coordenação.

O relatório do Grupo de Trabalho propôs que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) forneça recursos para estudar-se a viabilidade de criação da entidade.

AGRICULTURA NA GUANABARA

OLERÍCOLAS

Janeiro — Mês impróprio para atividades olerícolas, poucas são as espécies que podem ser plantadas ou semeadas, devido ao forte calor e a intensidade pluviométrica.

Das olerícolas apenas a bertalha, a mostarda e alfacede-verão são semeadas.

Fevereiro — Durante êsse mês iniciam-se os trabalhos para formação de sementeiras e viveiros, que recebem no mês de março as sementes.

São semeados neste mês a alfacede-verão, mostarda, bertalha e salsa.

Os trabalhos de reforma das latadas de chuchu, são iniciados, preparando-se o terreno com arações profundas.

FRUTÍCOLAS

Janeiro — Neste mês procede-se à enxertia de plantas cítricas, bem como a poda de formação das mudas. Fim da estação e do plantio de mudas de bananeiras.

Durante êsse mês iniciam-se a colheita da jaboticaba.

Prossegue a colheita de abacaxi, manga, maracujá e sapoti, terminando a colheita da uva.

Fevereiro — Os pomares devem ser roçados, coroando-se os pés das árvores. Inicia-se a colheita do abacate, fruta-de-conde e goiaba. Colhe-se ainda: banana, caju, maracujá, figo e sapoti. Fim da colheita da manga e do abacaxi.

Observação: Os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

SUBDESENVOLVIMENTO E QUADROS HUMANOS

Fábio Luz Filho

Ao discorrermos sobre o tema acima, não poderíamos deixar de fazer uma referência de saudade, emoção e respeito à memória de *Arthur Torres Filho*, a cujos elevados méritos devemos o apoio que sempre nos deu, total e sem vacilações, no combate, que iniciamos em 1926, contra os falsos "bancos populares", que se atribuíam gratuitamente, as características dos Bancos Luzzatti italianos, de tão bela tradição. E à sua confiança no cooperativismo devemos a nomeação da Comissão (Luciano Pereira, José Saturnino Britto e Adolfo Gredilha), que elaborou a ótima lei 22.239, de 19 de dezembro de 1932, nossa colaboração foi indireta, sobretudo no que tange às cooperativas escolares, a qual foi a terceira lei verdadeiramente orgânica surgida na América Latina, e a qual *Domingos Bórea*, o grande técnico e economista rural argentino, autor de um dos maiores tratados sobre cooperativismo escritos neste continente, classificou de excelente. Hoje a 22.239 está revogada. O ministro Lira Castro prestigiu-a. Além da redação final que deu à lei 22.239, *Adolfo Gredilha* elaborou ótimos estatutos-modelos para cooperativas, três tipos fundamentais, e para sindicatos agrícolas, estatutos esses a que obedecem, até hoje, com variantes, as cooperativas brasileiras de todos os tipos. Com adaptações, incluímo-las nas cinco edições que tiveram as "Instru-

ções para organização de sociedades cooperativas" (tira-gem global de 10.000 exemplares), que elaboramos oficialmente, tendo deixado uma sexta edição, ampliada e refundida, que nunca mais saiu, quando nos aposentamos em 1961.

Para coadjuvar a ação oficial foram surgindo aos poucos, no Brasil, entidades particulares inspiradas e mantidas por homens cheios de idealismo sincero. Um deles foi o "Centro Nacional de Estudos Cooperativos" (C.N.E.C.), primeira organização privada, de tipo cultural aparecida no Brasil preposta à difusão da idéia cooperativa, e filiada à *Aliança Cooperativa Internacional*, de Londres. Trabalhou êle intensamente durante quinze anos, sob nossa presidência e a ação dinamizadora de seu incansável Secretário Geral, o ilustre publicista *Valdiki Moura*. Hoje se encontra êle incorporado à "Aliança Brasileira de Cooperativas", fundada em 1964, nela continuando a tarefa de divulgação através de "Arco-Iris", a conceituada revista que o C.N.E.C. com enormes sacrifícios conseguiu manter durante toda a sua existência, sempre num alto nível publicitário, considerada uma das melhores, quicá a melhor, da América Latina. (Hoje a publicidade está a cargo da capacidade de um técnico do gabarito de *Waldírio Bulgarelli*, de vez que a ABCOOP se transferiu para São Paulo, deixando, assim,

Valdiki Moura de orientá-la). Como o C.N.E.C., tem a ABCOOP área nacional.

A *União Nacional das Associações Cooperativas* (UNASCO) também mantém uma revista de divulgação e alguns *Departamentos de Cooperativismo* estão voltando a manter revistas especializadas, etc.

Bruno Pedro Andreucci dirige com proficiência em São Paulo a *Escola Livre de Cooperativismo*. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul é conhecida a ação meritória das respectivas "Escolas de Cooperativismo", com seus cursos anuais, inclusive para o cooperativismo escolar, mantidos pelo prestigioso Departamento de Cooperativismo de São Paulo e pela operosa e capaz equipe do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul. E outros cursos estão surgindo.

Em março de 1964 fundouse em São Paulo o "Instituto Superior de Pesquisas e Estudos Cooperativos". Pelos intelectuais de valor e competentes técnicos que estão à sua frente, surge como um órgão de prol a suplementar a ação oficial, em tantos casos precária no domínio cultural. Dêle participam, dentre outros, a ilustre professora universitária, *Diva Benévices Pinho*, que já nos brindou com excelentes livros sobre Cooperativismo e Desenvolvimento Econômico, e *Waldírio Bulgarelli*, conhecido por sua valiosa contribuição ao estudo da legislação

cooperativa brasileira e estudos de direito comparado. Entre outros, dêle também participa *Carlos Pinho*, autor de uma bela tese sobre cooperativas escolares. Vê-se que o panorama se está modificando, felizmente, lentamente mas continuamente.

Guilherme King já dizia, em 1830, que o primeiro e o último passos para conduzir o cooperativismo a um bom fim, é combater por todos os meios a ignorância.

Eugênio Gudín, num de seus candentes artigos de crítica econômica, disse bem que a escassez de *quadros humanos*: engenheiros, operários, professores, enfermeiros, etc., torna impraticável uma "arrancada" (*take-off*) capaz de safar qualquer nação do subdesenvolvimento. A isso, em "*As cooperativas e os problemas da terra*" (1966) aludimos, longamente, como já o havíamos feito em "*Rumo à Terra*", desde a sua primeira edição (hoje em quinta edição), e em outros livros de nossa lavra.

Realmente há, nos países subdesenvolvidos, a imperiosa necessidade da formação desses "*quadros humanos*", para asseguarção de um *status* de auto-suficiência, ou de *take-off*.

Diz *Felipe Carrera*, na grande revista da Universidade da Venezuela (96-97) denominada "Cultura Universitária", que *Alfreão Sauvy* já acentuou que, se existem muitos países pobres e com aparência de excesso de população, de desemprego e de miséria, é porque seus recursos são mal explorados, sem nenhuma consideração para com a tecnologia moderna, pela não — formação — daqueles "quadros humanos".

Em 1963, diz ainda êle, no *Congresso Mundial da Alimentação*, realizado em Washington, foi acentuado, com veemência, que o estado atual da ciência agrônômica e da nutrição permite eliminar a fome no mundo. No entanto, a Índia continua com os seus Centros de "*Family Planning*", que utilizam em grande escala meios anticoncepcionais, etc. Esses órgãos, disso encarregados, são

Acadêmicos de Agronomia querem oferecer mais bôlsas de estudo

Uma Comissão de acadêmicos da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, esteve dia 28 de julho último em visita à Sociedade Paulista de Agronomia a fim de expor à diretoria dessa entidade os planos das campanhas que vêm desenvolvendo, uma em favor de bôlsas de estudos para estudantes daquela escola e outra contra a proliferação indiscriminada de escolas de agronomia no País.

A Comissão integrada pelos acadêmicos Antônio Carlos de Mendes Thame, Presidente do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz"; Walter Politano, Diretor-Secretário do Fundo Assistencial Banco Agrônomo "Luiz de Queiroz"; Aliomar Gabriel da Silva, Diretor da revista "Solo", editada pelo CALQ e Luiz Carlos Freitas foi recebida pela Diretoria da SPA, durante sua reunião semanal. Nessa oportunidade, os acadêmicos fizeram uma exposição sobre ambos os casos, solicitando o apoio da entidade que os recebia.

Falando sobre o FABALQ o acadêmico Walter Politano referiu-se à finalidade desse departamento do "Centro", que é propiciar bôlsas de es-

tudos, reembolsáveis, aos acadêmicos necessitados, daquela Escola. Salientou ainda que em 1969, foram distribuídas 37 bôlsas, num total de NCr\$ 13.760,00, mas que muitas outras solicitações estão sem poderem ser atendidas por falta de recursos. Foi, então, solicitada a cooperação da SPA no sentido de que se intensifique a campanha para obtenção do numérico com que o "Fundo" possa atender a maior número de estudantes necessitados, tendo sido sugerida a idéia de que os engenheiros agrônomos doem mensalmente um dia de seu trabalho àquele departamento.

Com referência à criação de novos estabelecimentos de ensino agrícola, pediram que a SPA os apoie para que se consiga uma união de esforços, visando a impedir a criação de escolas sem que sejam feitos previamente estudos de mercado de trabalho e da situação geoeconômica das regiões que pleiteiam tais estabelecimentos.

Ficou acertado que a SPA daria o seu apoio às duas campanhas que estão sendo levadas a efeito pelos estudantes de Piracicaba, sob o patrocínio do CALQ.

uns 15.000. Outros 15.000 distribuem gratuitamente anticoncepcionais, etc. Já houve a esterilização espontânea de uns 2 milhões de homens!

Para que se aquilate do caráter explosivo do problema, basta dizer que a média de filhos por mulher, na Índia, é de 7, não sendo incomuns casos de 14 filhos! A população atual da Índia é de mais de 300 milhões de pessoas, cujo crescimento é vertiginoso!

Em todo esse quadro sombrio, não haverá necessidade de considerar que, para a doutrina cooperativa, a economia não deve continuar a ser dominada pelas duas premissas básicas do vigente sistema econômico: o móvel do lucro e o princípio do *laissez-faire*? Embora, atualmente, pela pressão explosiva dos fatos, já estejam sendo cepilhadas em algumas de suas arestas mais aculeadas... Há esperanças...

A LEI DE SEMENTES E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

O Prof. A. S. Carter, consultor da Universidade Estadual do Mississippi (contratado pela USAID), pronunciou na Sociedade Nacional de Agricultura, a 30 de junho último, uma conferência versando o assunto acima.

O conferencista falou em inglês, sendo a sua palestra traduzida no momento, por uma funcionária da Embaixada dos Estados Unidos.

Posteriormente, enviou-nos SS. um resumo escrito do que foi dito na ocasião, e é este o texto que inserimos a seguir, em tradução do nosso ilustre companheiro Engenheiro-Agrônomo Luiz Guimarães Júnior:

"É, para mim, realmente, um grande prazer, estar hoje aqui para discutir convosco certos assuntos que considero de magna importância para o Brasil.

Uma vez que estaremos a lidar, em parte, com o cumprimento rigoroso da Lei, gostaria de contar-vos uma história e talvez, por êsse intermédio, procurar achar se tendes frequentado a Igreja últimamente.

Certo indivíduo tinha um sério compromisso, bem no centro de uma grande cidade. Êle rodou seu carro, prá-qui, prá-li, indefinidamente, sem encontrar um local em que pudesse estacionar.

Finalmente, em desespero de causa, parou ilegalmente junto a um hidrante, porém, deixou um bilhete no parabrisa dizendo:

"Tenho um encontro a que não posso faltar. Andei em torno do quarteirão dez vezes sem que encontrasse um lugar para estacionar. Se eu não comparecer a êsse encontro perderei muito dinheiro. Perdoe-nos a transgressão". Quando êle voltou, encontrou no mesmo lugar que havia deixado o bilhete, um aviso de multa e o seguinte recado: Sou o encarregado da fiscalização de

estacionamento dêste quarteirão durante vinte anos. Se eu não o multar, perderei meu emprêgo. Livrai-me das tentações."

Especialistas em assuntos de estatística das populações dizem-nos que a população do mundo dobrará, em número, no ano 2.000. Nada existe que se possa fazer no planejamento das famílias ou por outros meios que se consiga evitar que isto aconteça nos próximos trinta anos. Depois disso alguma coisa será feita, talvez.

Essa população adicional, vossos filhos e netos terão que alimentar. Dêsse modo, a agricultura brasileira não será apenas para o Brasil, mas, para a humanidade. Poderá ela, a população adicional, ser alimentada? Deverá ser, até que o crescimento populacional seja diminuído e então continue a ser alimentado.

O Brasil é conhecido no mundo como país de grandes recursos naturais. Assim, se tivermos que enfrentar o problema, devemos mobilizar essas fontes para benefício do povo — de todo o povo. Não necessitamos apenas de alimentos, carecemos de melhor vida na terra. Uma agricultura mais eficiente produzirá maior volume de alimentos e

matérias-primas, facilitando o trabalho do povo nas indústrias.

Uma indústria mais eficiente fabricará e distribuirá maior número de coisas que o povo necessita e deseja. Maior número de objetos e serviços satisfarão às necessidades e carências, o que quer dizer, um melhor padrão de vida. Existirá algum pai ou alguma mãe que não gostaria de deixar seus filhos em melhor situação do que a que êles próprios se encontram? Com melhor padrão de vida do que a dêles?

Vamos examinar como isto aconteceu em meu país, os Estados Unidos.

Quando obtivemos nossa independência, cêrca de 200 anos passados, 5% da população viviam nas cidades e 95% nas fazendas. Eram precisos 95% da população para alimentarem a si próprios e aos 5% das cidades.

Atualmente muito menos do que 5% trabalham no meio rural para sua subsistência e produzem tanto alimento e tanta matéria-prima, que os excedentes se tornaram um sério problema político, como os senhores sabem.

Mas, não pode haver dúvidas, a Agricultura é a base de tudo isto. E continuará a ser.

A agricultura aperfeiçoada e eficiente requer muitas coisas. Requer maquinaria aperfeiçoada para produção, colheita e beneficiamento dos produtos agrícolas. Requer bons fertilizantes. Envolve também a criação de animais selecionados e práticas de alimentação racionais e muita coisa mais.

Boas sementes de variedades selecionadas devem ser colocadas no tope da lista dos insumos que são necessários para uma eficiente agricultura. Uma boa variedade, por exemplo, deve corresponder eficientemente aos efeitos dos fertilizantes, de sorte a que seu crescimento se proceda de tal modo que as máquinas aperfeiçoadas possam fazer a colheita; do contrário, quer as sementes, quer os adubos, serão aplicados em pura perda.

Embora o custo da semente possa representar apenas 1 a 3% dos elementos empregados para a obtenção da safra, é bem possível que seja o mais importante de todos.

Nessas condições, os senhores dirão: Vamos produzir boas sementes. Naturalmente devemos produzir boas sementes em quantidade.

Algumas sementes boas já estão sendo produzidas no Brasil, atualmente. Porém, não suficiente e nem tão boas como seria de desejar, pois nós nunca estamos plenamente satisfeitos e nem devemos estar. Mas, vamos não ficar aqui em matéria de produção, vamos lançar um golpe de vista sobre a distribuição das sementes, por um momento.

Atualmente, ninguém pode vender sementes de qualquer qualidade e fazer falsa propaganda para elas sem perigo de alguma impugnação. Qualquer um pode, se quiser, apresentar sementes certificadas uma vez que não existe ainda, no Brasil, o certificado oficial. Isto, porém, se modificará completamente uma vez que a Lei de Sementes no País, estiver em plena vigência. Vamos dar um ou dois exemplos. Existe um tipo de capim forrageiro no Brasil que possui cerca de 2 milhões de sementes por quilo, e, estou informado que pode ser escoimado em 95% ou mais para obtenção de sementes puras. É comumente vendido no País contendo apenas

1 a 2% de sementes puras. Isto é um fato comprovado por inúmeras experiências de laboratório.

Ora, se eu tivesse de adquirir essas sementes, iria pagar mais ao que duas vezes o correspondente a 1% em comparação com as de 2% de sementes puras, por quilo.

Quer isto dizer que eu deixaria de pagar essa diferença se a semente fôsse corretamente tabelada, sabendo-se, portanto, o que se estava comprando.

Porém, não esqueçamos que, no momento, não se exige que as sementes sejam tabeladas ou certificadas, e se eu tiver de comprá-las, o farei como um cego: no escuro.

Vamos comparar essas sementes de 3% de pureza com sementes similares com 95% de pureza.

Se eu adquirir um lote, de sementes com 3% de pureza, necessitarei de pagar mais 30 sacos, mais 30 vezes de frete e de manuseio, mais 30 vezes de comissão, encher 30 vezes mais etiquetas, etc.

Sementes ruins são um mau negócio mesmo que venha etiquetadas. O que representam, pois, os objetivos de uma campanha de melhoramento de sementes para o Brasil? Tornar possível aos lavradores brasileiros que desejarem, adquirir sementes de valor comprovado, portadores de etiquetas em que se especifiquem suas qualidades. A falsa propaganda e os reclamos enganosos deverão ser eliminados.

Como devemos esperar que isto se realize? O primeiro passo será uma Lei que regule o assunto, aliás, como já possuímos. Os regulamentos e os trâmites administrativos já foram adotados, de maneira a fazer cumprir a Lei.

O Brasil possui muitos e bons laboratórios para verificar as qualidades das sementes. Assim, como vêm, já chegamos na ocasião de dar início à implementação da Lei, e este é um dos motivos porque aqui me encontro.

Deve-se ter em mente que a obrigação legal que determina o emprêgo da etiqueta se aplica apenas às sementes comerciais. O fazendeiro pode continuar a plantar sua própria semente, se assim o desejar, a menos que esteja convencido

de que as sementes comercializadas sejam melhores.

Sementes comerciais, de acordo com a Lei, são aquelas postas a venda ou vendidas para fins de plantios, por intermédio de agentes de vendas particulares, por agências governamentais do ramo, por cooperativas — ou qualquer pessoa — exceto o lavrador na sua propriedade.

Quando estiver implantada a Lei de Sementes, todos aqueles a ela sujeitos, só poderão vender sementes que forem submetidas a estudos de laboratório e etiquetadas de acordo com suas qualidades.

No momento só ouvimos falar a respeito de quantos sacos de sementes foram distribuídos em certos Estados, durante certos períodos. Desejamos modificar tudo isto, e espero que no futuro ouviremos falar da quantidade de certos tipos de sementes distribuídas de tais ou quais variedades.

A etiqueta tornar-se-á a base da Lei de Sementes. Ela dará ao provável comprador a necessária informação a fim de que ele possa fazer uma inteligente aquisição. Ela indicará a qualidade, a variedade e a percentagem de pureza (o conteúdo do saco que corresponde a qualidade a variedade inscrita na etiqueta), a percentagem de germinação, origem, peso líquido, etc.

Nessa altura, devemos perguntar a respeito dos efeitos da literatura nas compras.

Suponhamos que o futuro comprador não saiba ler; o que acontece?

Gostaria de dizer-vos algo a respeito do meu respeitável avô, inglês de nascimento e que veio para os Estados Unidos quando tinha nove anos de idade. Logo após sua família haver se instalado no país, seus pais morreram e ele se tornou um empregado de fazenda. O resultado foi que ele aprendeu a ler e escrever seu nome depois de já haver se casado.

No entanto, meu avô teve grande sucesso como fazendeiro e durante vários anos antes de sua morte ele distribuía para cada um de seus oito filhos vivos, mil dólares pelo Natal, na época em que um dólar era realmente um dólar! Aqueles que não sabem ler podem lidar com dinheiro e geralmente possuem amigos e

parentes que o sabem. Não saber ler — não quer dizer falta de inteligência.

Contudo, a simples presença de uma etiquêta não representa que as sementes sejam de alta qualidade — a etiquêta deve ser lida e compreendida. Entretanto a Lei de Sementes brasileira estabelece certas qualidades-padrão abaixo das quais as sementes não podem ser negociadas.

E convém lembrar que a Lei proíbe qualificações mentirosas e falsa propaganda. Isto implica em que a Lei deve ser cumprida.

Os fiscais dessa legislação nem sempre são pessoas das mais populares da região. Seja-me permitido citar uma jovem que regressou a casa em visita, após passar algum tempo fora. Ela começou a passear pela redondeza, até que se encontrou às margens do Reservatório, nos confins da cidade. O dia estava muito quente. Viu-se ela tentada a dar uns bons mergulhos, e, após dar um golpe de vista em tôrno do local, e observando que ninguém a espreitava, ela caminhou até junto de uns arbustos, escondendo-se, retirou as roupas e já ia se lançar no lago quando um policial surgiu de trás de uma moita e disse-lhe: "Lamento muito minha Senhora, mas é proibido nadar no Reservatório da cidade."

"Porque o Sr. não me disse isto antes de eu tirar a roupa."

"Por que não ná lei nenhuma que proíba tirar a roupa, respondeu-lhe."

Estou informado de que é muito fácil conseguir-se a aprovação de uma lei no Brasil. Porém, leis e regulamentos são apenas pedaços de papel até que sejam postos em execução. Os inspetores são designados para verificar oficialmente as amostras de tôdas as sementes que estão sujeitas à determinações da lei. As sementes serão submetidas a exames, descritas e o resultado publicado. Quando se executa um trabalho eficiente de fiscalização, a etiquêta deixa de ser pedaço de papel para se transformar em verdadeira descrição das sementes.

A Lei de Sementes é uma lei do Código Criminal. Ela prescreve penalidades para aqueles que a violarem. Significará

isto, pois, que devemos multar o povo e botá-lo na cadeia imediatamente? Não. Torna-se necessário antes fazer-se um trabalho de educação neste sentido.

Porque: se o povo acredita na necessidade de uma lei; se sabe que sua aplicação atinge a todos igualmente; se sabe exatamente como cumpri-la, pode-se dizer que já se conseguiu uma grande colaboração voluntária. Isto é fato comprovado.

Eu próprio já dei início ao cumprimento de três novas leis e posso garantir a eficácia dêste método.

Queremos o inspetor para educar e informar; para dizer ao povo, com o qual tenha contato, que existe uma lei, como para cumpri-la com exatidão; como procurar um serviço de amostragem para obter informações sôbre a etiquêta, e como enviá-la com exatidão, como interpretar os resultados de um exame de laboratório, como registrar a informação na etiquêta, onde conseguir etiquetas em branco, e como re-etiquetar as sementes quando expirar o prazo do exame de germinação.

Se se fizer um bom trabalho educativo como ficou dito, teremos como resultado uma grande colaboração voluntária e se assim procedermos na amostragem, no relatório dos exames de laboratório, nós podemos destacar e identificar aquêles 1 e 2 % daquêles vendedores que não querem cumprir a lei. Há sempre alguns poucos indivíduos que têm de aprender a duras penas.

Recomenda-se que as penalidades máximas somente sejam aplicadas em casos de flagrante repetição de violação, grave negligência ou fraude; nesses casos a penalidade é necessária e deve ser aplicada com firmeza.

Isto tudo quer dizer, naturalmente, que a chave de todo o esquema é o inspetor.

Ele deve ser:

- 1 — Cidadão de absoluta integridade.
- 2 — Servidor público dedicado.
- 3 — Bem pago e bem tratado.
- 4 — Que saiba educar e informar com a necessária paciência.

5 — Capaz de estimular seu próprio entusiasmo mesmo quando afastado de sua séde.

6 — Uma pessoa amiga e atenciosa.

7 — De firme personalidade — tão firme quanto necessário para o exato cumprimento do dever.

Não pode ser arrogante e se apresentar exagerando sua própria importância.

Poder-se-á encontrar êsse homem? Ele deve ser procurado, contratado, treinado, suprido do material necessário, assim como de meios de locomoção. Sem meios de locomoção êle nunca poderá cumprir sua tarefa de acôrdo com as necessidades do povo brasileiro.

Tenho despendido muitos anos — 31, de fato — administrando leis agrícolas. Surgiram-me êsses cabelos brancos (e podeis acrescentar com propriedade que perdi um bocado dêles), nesse mister.

Em verdade, posso dizer-vos hoje que êsse programa funcionará plenamente se se aproximar do que vimos delineando.

Isto funcionará com grande êxito porque ao mesmo tempo que falamos a respeito de sementes estamos em contato com o povo, e o povo é mais ou menos o mesmo em tôda parte. Alguns dizem que os brasileiros são diferentes. Podem ser diferentes mas no fim tudo é igual. E a implementação da lei há de realizar-se e se realizará.

Vamos fazer uma revisão do que foi dito.

Primeiramente o vendedor prepara amostras de seu lote ou seus lotes de sementes e envia-as para exames.

Com isto êle eliminará os lotes imprestáveis. Providenciará a aquisição de etiquetas que preencherá, fazendo a descrição das sementes e as colocará nos sacos.

O inspetor retirará amostras de todos os lotes de sementes que encontrar e as envia ao Laboratório do Estado. As amostras podem alcançar ou não o padrão mínimo estabelecido. Nesse caso ou ela será aprovada normalmente ou será desclassificada de acôrdo com a inspeção. A venda de sementes abaixo do padrão ou de sementes sem etiquetas ou

de etiquetas que não correspondam com a realidade, será cessada e a violação será corrigida com nova etiquêta se fôr o caso, permitindo-se que sejam aproveitadas na alimentação em geral ou em caso de haver perigo de envenenamento, devem ser queimadas ou enterradas.

Os resultados dos exames de laboratório das sementes certificadas deverão ser publicados e cada produtor de sementes que se destacar no cumprimento da legislação será apontado na imprensa para que todos tomem conhecimento.

O que vimos expondo, portanto, diz respeito especialmente à implementação da lei pelas Secretarias com relação às sementes oferecidas a venda dentro do Estado. Todavia, há dois outros aspéctos da Lei brasileira de sementes, que devem ser mencionados. O Ministério da Agricultura é o responsável pela inspeção de tôdas as sementes importadas de outros países.

Algumas exigências já foram estabelecidas para que as sementes possam ser importadas.

O Ministério é também responsável pelo comércio de sementes entre os próprios Estados. Isto se torna necessário uma vez que a legislação de um Estado não vigora no outro. Se o inspetor estadual encontrar sementes falsificadas que vierem de outro Estado, êle deve comunicar ao representante do Ministério da Agricultura informando o número de sacos, via de transporte, exames eralizados, etc., o qual notificará ou multará o exportador das sementes que violou a lei.

A implementação da Lei de Sementes faz parte de um programa global de melhoramento, mas não é tudo.

Os fazendeiros precisam ser educados para melhorar seus conhecimentos. Como as máquinas de colher substituem velhos métodos, podem, daí, resultar sérios prejuízos, sendo, no caso, necessária melhor educação e maior vigilância. A demanda de boas sementes cada vez cresce mais, sendo, pois, conveniente melhorar os processos de plantio. As condições atmosféricas na maior parte do Brasil, em que se encontram altas temperaturas ao lado de altos graus de umida-

de, tornam indispensáveis que a maior parte das sementes sejam artificialmente ressecadas e o aumento da capacidade de ressecamento se constitui em pesada tarefa.

Por outro lado, os compradores de sementes também precisam ser educados para melhor compreenderem sua missão, — outra grande tarefa. Tonra-se necessária a cooperação de tôdas as agências para a colimação dêste trabalho educativo.

Devemos produzir boas sementes, beneficiá-las, submetê-las a provas de laboratório, etiquetá-las e então colocá-las a venda.

Repito: A VENDA.

Nos Estados Unidos têm-se realizado inúmeros levantamentos no sentido de se determinar se os fazendeiros em geral, adquirem o que realmente êles precisam, em matéria de sementes. Porque o fazendeiro adquire certo tipo de fertilizante, certo tipo de sementes, certos herbicidas e certos tipos de rações para animais. É interessante notar que os resultados estatísticos são todos similares, indepenente da mercadoria em jôgo.

Como era de esperar, alguns fazendeiros dizem que obtiveram suas informações do Serviço de Extensão, outros das revistas especializadas, outros dos boletins dos Estações Experimentais e outros ainda, de vizinhos progressistas. FORÉM quase todos os levantamentos revelaram que 80 a 90% das informações obtidas eram oriundas de anúncios dos vendedores.

Estais surpreendidos?

Não deveis estar, porque é a pura verdade e se derdes um pouco de atenção a história, verificareis que é a verdade.

Eu trabalhei no Serviço de Extensão Agrícola há muitos anos, na época em que se publicou um levantamento estatístico mostrando que os fazendeiros obtêm cerca de 80% de suas informações dos próprios vendedores.

Era duro de se acreditar mas, não se podia fugir à realidade dos fatos.

Se a coisa é assim, precisamos educar os vendedores que vivem contando a mesma história e dando as mesmas informações fornecidas pelas Universidades, pelo Serviço de Extensão, etc.

Nos Estados Unidos, nenhuma agência governamental produz ou distribue sementes para fins comerciais. Milhares de firmas particulares realizam êsse trabalho. O agrônomo brasileiro Dr. Carlos Repsold, visitou os Estados Unidos o ano passado, e êle poderá informar a respeito dos serviços prestados pela indústria privada de sementes. O Dr. Repsold poderá ainda informar que tais firmas estão sujeitas à legislação federal e estadual sôbre sementes e que tais leis representam uma proteção contra a competição negligente, irresponsável e desonesta.

E essas firmas particulares não são subsidiadas por nenhuma taxa especial. Ao invés disto, tôdas elas pagam 48% de seus lucros líquidos ao Governo Federal, além de outras taxas pesadas impostas pelo Governo Estadual e pelo Governo Municipal.

Além disso, os acionistas dessas empresas voltam a pagar novas taxas sôbre os dividendos recebidos (após 200 dólares de dedução sôbre todos os dividendos recebidos).

Na minha opinião, êste sistema de absoluta liberdade de competição de empresas realiza estupendo trabalho de produção, beneficiamento, educação, financiamento, armazenamento e venda.

Além disso, convém saber que, pelo menos a metade dos fundos aplicados na pesquisa de sementes nos Estados Unidos, provém da própria indústria das sementes.

Para que haja sucesso na industrialização das sementes, cada membro da empresa deve dar ênfase à qualidade das mesmas.

Êle não pode competir somente na base de preços.

Faz parte da política do Ministério da Agricultura do Brasil incentivar o desenvolvimento da indústria privada de sementes e procurar retirar de suas dependências a faculdade de produzir e distribuir sementes, logo que a indústria particular possa encarregar-se dêste mister. Ótimo.

Um programa completo de desenvolvimento de preparação de sementes deve incluir a semente certificada. Há muita

confusão sobre este ponto no Brasil.

Num sentido universal, semente certificada significa um programa que se destina a aumentar a produção de sementes de novas e eleitas variedades, de sorte a manter-se sua pureza e identidade durante o processo de multiplicação.

A produção de semente certificada deve ser voluntária e não compulsória. Deve ser administrada por agência completamente independente, e de natureza técnica. Deve ser autosuficiente financeiramente após sua instalação, porém pode requerer algum suporte financeiro antes de começar a produzir.

Os Governos não têm condições de desenvolver a produção de semente certificada; nem o Governo norte-americano nem o do Brasil, ou outro qualquer.

A lei brasileira de sementes prevê oficialmente a semente certificada no tempo oportuno. Nesse meio tempo vamos concentrar nossas energias na implantação da lei de sementes, conforme o que vimos explanando aqui em linhas gerais. Isto não é tarefa fácil. Existem milhares de pormenores técnicos na solução do problema. Não é fácil, mas, também não é impossível.

Lembre-se que temos a lei, temos laboratórios de sementes, e alguns deles excelentes. Agora precisamos de deslocar as palavras do papel, as quais representam as leis e regulamentos para a vida ativa da implementação e observância.

Carecemos de entusiasmo no Ministério, nas Secretarias de Agricultura dos Estados e por todo o Estado Maior desses organismos. E precisamos também do apoio entusiástico de instituições como a Sociedade Nacional de Agricultura. A ela peço o apoio e o auxílio em favor não só de seus próprios membros, como de toda a população do Brasil.

Ao terminar esta exposição foi-me formulada uma pergunta que traz importantes implicações. A pergunta foi a seguinte: "Uma vez que a lei de sementes trata de pureza, germinação e outros assuntos afins, e sabendo-se que variedades superiores são de tal importância, não lhe parece que a lei de sementes está incompleta?"

A resposta deve constar de duas partes. Primeiramente deve chamar a atenção para o fato de que a percentagem da qualidade ou tipo e da variedade em causa. Além do mais, está preconizado que, ao lado de cada laboratório de sementes deve existir uma área de terra na qual se verifica a exa-

minação das qualidades das variedades.

Em certos casos a variedade pode ser conhecida pelo simples exame das sementes. Quando é esse o caso torna-se muito fácil e deve ser feito pelos funcionários incumbidos da amostragem. As vezes a variedade pode ser identificada pelo seu modo de agir perante a infecção de doenças, sabido que se trata de variedade resistente a doença. Em outros casos os técnicos em sementes precisam de cultivar a variedade para determiná-la. Com essas medidas rigorosas, o comprador terá a necessária proteção na aquisição de suas sementes.

A segunda parte da resposta será naturalmente, que a certificação das sementes é orientada inteiramente no sentido de assegurar a verdadeira identidade da variedade quando se trata de sementes vendidas como, sementes registradas ou certificadas. Dêsse modo, quando estiver em andamento no Brasil um programa genuíno de certificação de sementes, os compradores dêsse tipo de sementes estarão protegidos pelo *pedigree*, pela inspeção no campo, nos depósitos e na venda das sacas. Em outras palavras, eles terão a vantagem de serem protegidos por todos os métodos de fiscalização capazes de assegurar-lhes a identidade das variedades.

VII EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE

De 16 a 22 de março deste ano será realizada na sede do próspero Município, de colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a Federação de Agricultura e a Prefeitura local, a VII Exposição Regional de Animais.

O certame se desenvolverá durante uma semana, destacando-se no programa os "Rodeios" (4), que serão sem dúvida interessantes atrações do certame.

Gentilmente convidada, esta Revista estará presente.

VALORIZAÇÃO DO AGRÔNOMO

Abordando aspectos relacionados com a valorização e conscientização profissional, o engenheiro-agrônomo Rubens Tellechea Clausell, vice-presidente da Sociedade Paulista de Agronomia, apresentou, como candidato à presidência da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, um programa que, aceito pela maioria, o levou àquele cargo, na recente eleição da FAEAB, realizada em Pôrto Alegre, durante o VI Congresso Brasileiro de Agronomia e I Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos.

Antecedendo o programa, o engenheiro-agrônomo Rubens Tellechea Clausell fez interessante recapitulação da profissão agrônoma, historiando os cursos de agronomia em nosso País. Referiu-se, depois, à nova etapa que agora se inicia com a definição das atribuições do engenheiro-agrônomo pela Resolução n.º 184, do CONFEA — Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Ainda, antes de apresentar seu programa, o presidente eleito da FAEAB, referiu-se à "Década da Agricultura", como está sendo mundialmente denominado o período 1970/80. Será fácil verificar-se o quanto falta a ser realizado, não só nos aspectos profissionais do engenheiro-agrônomo, como no desenvolvimento de nossa agricultura. A implantação de uma tecnologia agrícola que faculte maior densidade econômica à produção rural e o estabelecimento de uma estratégia regional do desenvolvimento agrário.

Quanto ao programa que procurará desenvolver à frente da entidade, afirmou que a primeira tarefa da diretoria da FAEAB deverá ser, daqui por diante, a ampliação do mercado de trabalho para o engenheiro-agrônomo, sem prejuízo da profissão afim, de médico veterinário. A reforma agrária que vem sendo iniciada permitirá o aproveitamento de milhares de agrônomos, o que vai ampliar o seu mercado de trabalho.

Sobre a conscientização do engenheiro-agrônomo em seu

papel de técnico em sua especialidade e, como profissional, que tem deveres para com seus colegas e para com a coletividade, o engenheiro-agrônomo Tellechea desenvolveu suas idéias, entre as quais deu ênfase à de reivindicar-se a ocupação efetiva de todos os cargos onde se faça necessária a presença do técnico em agricultura.

Afirmando que dentro de cada associação deve-se procurar o aprimoramento profissional do engenheiro-agrônomo, preconizou a criação de centro de debates agronômicos em cada entidade, além de outras medidas, entre as quais figura a da criação de delegacias profissionais nos principais núcleos agronômicos.

O programa do novo presidente da FAEAB pode ser assim resumido:

- 1 — Participação efetiva nos grandes problemas nacionais;
- 2 — Reivindicação de cargos e funções privativas;
- 3 — Conscientização profissional;
- 4 — Ampliação do mercado profissional;
- 5 — Desenvolvimento das Associações;
- 6 — Criação de uma Câmara Agrônoma em cada CREA;
- 7 — Núcleos ou delegacias em todo o interior;
- 8 — Melhores salários profissionais e observância da tabela de honorários;
- 9 — Adaptação dos currículos das escolas de agronomia às condições do mercado de trabalho;
- 10 — Organização financeira da FAEAB.

BND É AGENTE DO BIRD

O Banco Mundial (BIRD) concedeu 70 milhões de dólares de empréstimos ao Banco do Nordeste do Brasil e ao mesmo tempo, credenciou essa instituição oficial de crédito como seu mais novo agente financeiro no Brasil para empréstimos à indústria e à agricultura.

TREINAMENTO DE COLONOS

Vinte e cinco colonos estão sendo treinados em Petrolina para receberem 500 hectares de terra preparada no lado pernambucano do rio São Francisco, dentro do "Projeto Bebedouro". Os ensinamentos que recebem dizem respeito ao manejo de canais de irrigação e cuidado com solos, além de trato com culturas totalmente desconhecidas deles.

MARACUJÁ PARA A EUROPA

O suco de maracujá produzido em alta escala pela Cooperativa Agrícola de Pindorama, em Alagoas, vai exportar para a Alemanha, onde será a base para industrialização de produtos destinados ao mercado europeu. O produto de Pindorama foi selecionado entre vários outros similares oriundos da Ásia, da África e América.

FINANCIAMENTO PARA AÇÚCAR E ALCOOL

A Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo abriu um crédito de NCr\$ 1.250 mil, com recursos do IBC-GERCA, à Usina Paineiras, de Itapemirim, para aplicação no aumento do índice de produção de açúcar.

Notícias e Informações

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

O Ministério do Interior vai executar projetos de irrigação acompanhados de ação integrada para o aproveitamento das terras, devendo ser mobilizados cerca de 150 milhões de cruzeiros novos.

PARAÍBA

O jumento é agora uma nova fonte de riqueza para a Paraíba. Mais 822 animais selecionados, foram vendidos a uma empresa mineira, que prepara a carne de jumento para ser exportada — em forma de xarque — para a Argélia, Itália e Japão.

CRISE NA EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR

O ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, afirmou que o Brasil não dispõe atualmente de produção exportável de açúcar e que todo o produto do Estado do Rio destina-se ao consumo externo.

EMPRÉSTIMO DO BID PARA O BRASIL

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, anunciou ao presidente Garrastazu Médici que a diretoria daquele es-

tabelecimento aprovou a concessão de novo empréstimo ao Brasil, no valor de 30 milhões 800 mil dólares, por conta do "Fundo para Operações Especiais". A importância será aplicada no programa de eletrificação rural em nove Estados da Federação.

MISSÃO DA FAO E BIRD AJUDA SUDAM

Novos planos de ajuda à SUDAM vão ser postos em execução, tendo chegado a Belém, com tal objetivo uma equipe de técnicos da FAO e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

A Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco (COMAPE) já está mandando para o interior (filiais de Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina), os 50 tratores recentemente adquiridos acompanhados de completo conjunto de implementos e as seis motoniveladoras para que entrem em funcionamento de imediato, aproveitando o verão. Os tratores destinam-se a ajudar os agricultores a preparar as suas terras com o que há de mais moderno em tecnologia agrícola disponível no Brasil.

CACAU

Os produtos híbridos de cacau, dos quais depende hoje a renovação da lavoura cacauzeira do País, estão sendo largamente produzidos pelo Centro de Pesquisa do Cacau da CEPLAC, na Bahia, através do cruzamento de seleções locais (clones) e seleções importadas do México, Costa Rica, Trinidad, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela.

BRASIL VOLTA A PRODUZIR SÔRO CONTRA A AFTOSA

O sôro contra a febre aftosa volta a ser produzido breve no Brasil numa unidade que está sendo instalada no pósto de Mateus Leme do Ministério da Agricultura. Os laboratórios deixaram de produzir o medicamento depois que as autoridades ministeriais regulamentaram a fabricação, através de uma portaria considerada muito exigente.

PROJETOS RECEBERAM NCR\$ 796 MILHÕES DA SUDENE

O Departamento de Industrialização da SUDENE durante o último mês de agosto liberou mais de 44 milhões de cruzeiros novos destinados ao financiamento de projetos agropecuários

e industriais, os quais somados aos recursos liberados de 1963 até hoje totalizam investimentos superior a NCr\$ 796 milhões.

MELHORA DO PLANTEL PECUÁRIO PARANAENSE

Com uma média mensal superior a 100 inseminações artificiais em bovinos, o Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura vem intensificando assim o programa avançado de melhoria qualitativa do plantel pecuário paranaense.

AGRICULTURA BAIANA TERÁ AJUDA ALEMÃ

O Governo da Alemanha Ocidental participará do programa de desenvolvimento da colonização do Estado da Bahia contribuindo com pessoal técnico e material próprio para aumentar a produção das unidades agrícolas do setor.

EXPORTAÇÕES DE CARNE E PESCADO RENDEM DIVISAS AO BRASIL

As exportações de carne, pescado e seus derivados proporcionaram ao Brasil uma receita de US\$ 53 milhões em 1968 e neste ano, apenas no primeiro quadrimestre, já produziram US\$ 13 milhões.

ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

O índice do custo de vida no mês de agosto, segundo dados divulgados em setembro pela Fundação Getúlio Vargas, apresentou um aumento de 1,6%, perfazendo uma alta acumulada no período de janeiro a agosto de 14,7%, em comparação com os 17,5% em igual período no ano passado.

MÁQUINA PARA TRATAMENTO DE SEMENTES

A primeira máquina para tratamento de sementes selecionadas, no Nordeste, foi adquirida pela Secretaria de Agricultura visando moder-

nizar os métodos adotados até agora pela Divisão de Defesa Sanitária do Departamento de Produção Vegetal.

BRASIL IMPORTA GADO SUECO

Está chegando ao Brasil um novo lote de gado sueco branco e preto, e de gado vermelho sueco, que, na Fazenda Baronesa, do Grupo Axel Johnson, perto de São Paulo, irá contribuir para o apuramento de novas linhagens, já completamente adaptadas ao clima brasileiro, elevando a produção de leite e de carnes no País.

ÍNDIOS NA PRODUÇÃO DE TRIGO

Centenas de índios foram mobilizados para o "Projeto Trigo", no Paraná. Em área de 553 hectares, com uma produção estimada de 10.300 sacos, o trabalho executado já tem prazo para indicar quais os primeiros resultados alcançados: em novembro a FUNAI verá que os 138 mil cruzeiros novos despendidos darão um lucro de 102 mil.

PLANTAS TÓXICAS MATAM GADO BAIANO

Com o objetivo de descobrir quais as plantas tóxicas que vêm matando cerca de 5% do total do rebanho bovino na Bahia, o Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE firmou convênio com o Instituto Biológico daquele Estado, ficando este encarregado das pesquisas — com financiamento do órgão de desenvolvimento regional.

UNIÃO DE COOPERATIVAS

As duas maiores entidades cooperativistas do Brasil — a UNASCO e a ABCOOP — que até agora trabalhavam isoladamente, decidiram fundir-se numa única organização, em plano nacional, para definir, orientar e defender o cooperativismo em todo o País.

FINANCIAMENTO FRANCÊS

O Banco francês Credit Lyonnais ofereceu ao Consultor Técnico da Presidência do Banco do Brasil, uma linha de crédito no valor de 30 milhões de francos franceses para financiamento, mediante repasse, de máquinas e equipamentos franceses aos importadores brasileiros.

ICM DO CAFÉ

O Banco francês Crédit de São Paulo, anunciou que destinará ao plano de reorganização da cafeicultura paulista a receita decorrente da arrecadação do ICM sobre o café estimada em 70 milhões de cruzeiros novos.

COLHEITA DE TRIGO

A previsão para a colheita de trigo, este ano, é de um milhão e cem mil toneladas, ou seja 900 por cento a mais da produção verificada em 1963, o que representa um dos maiores sucessos do Governo no setor da Agricultura, pois aliviará, sensivelmente, as importações brasileiras do trigo.

OVINOS DO SUL PARA O ORIENTE MÉDIO

O banco argentino "Petro" está transportando para o Oriente Médio 18.000 ovinos em pé, embarcados no porto do Rio Grande. O gado ovino, criado nas fazendas gaúchas, está sendo exportado graças à iniciativa de criadores e exportadores rio-grandenses, devendo ser a primeira de uma série de transações a serem efetivadas entre o nosso Estado e os países do Oriente Médio.

QUADRIVACINA PARA BOVINOS

O Instituto Biológico da Bahia, através de seus técnicos descobriu uma nova quadrivacina que poderá imunizar os rebanhos contra a brucelose, carbúnculo sin-

tomático, carbúnculo hemático e gangrena gasosa, com a aplicação de uma só dose.

INDA DISTRIBUI VERBAS A SEIS ESTADOS

Verbas num montante de mais de oitocentos mil cruzeiros novos foram liberados pelo presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola.

Os recursos são destinados à prestação de ajuda ao meio rural de seis Estados da Federação: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Piauí e Rio de Janeiro.

AMEAÇADOS 49 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Quarenta e nove planos de desenvolvimento em 15 nações da América Latina enfrentam um futuro incerto com a redução dos recursos para a ajuda externa no Congresso dos Estados Unidos.

A Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara diminuiu em 145,2 milhões de dólares o total de 482,5 milhões de dólares solicitado pela OEA à administração do Presidente Nixon. A soma aprovada, 337,5 milhões de dólares, representa uma queda de 31,1% sobre o pedido. Isso afetará todos os países da América Latina, com exceção do México, Haiti e Argentina.

AÇÚCAR

O Instituto do Açúcar e do Alcool está promovendo a vinda de "experts" internacionais em açúcar para que conheçam os problemas da cultura açucareira nacional.

CRISE DE ESTOQUES DE FUMO

Os produtos de fumo da Zona da Mata, em Minas Gerais, estão diante de uma das piores crises, principalmente os dos municípios de Rio Pomba, Ubá, Piraúba, Tocantins e Guarani, onde por falta de comercializa-

ção ficaram em poder dos produtores 210.000 quilos de fumo em corda e 90.000 quilos em mãos dos comerciantes, quantidade correspondente às duas últimas safras que ao preço de NCr\$ 1,50 por quilo, representa a quantidade de NCr\$ 450 mil que se encontra imobilizado na região.

PRODUÇÃO DE TRIGO

A produção recorde de trigo que o Brasil alcançou este ano — 1 milhão de toneladas — poderá elevar-se nos próximos 3 anos, tornando o Brasil, auto-suficiente no que diz respeito ao produto.

COLHEITA DE ALGODÃO

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estimou a produção de algodão brasileira para a presente safra em cerca de 3,3 milhões de fardos — a mesma do ano passado, e sublinhou que a seca verificada no Sul do Brasil prejudicou sensivelmente, a plantação enquanto as fortes chuvas posteriormente, atrasaram a preparação da terra.

CINQUENTA NOVOS TRATORES PARA O ESTADO DO RIO

Chegaram a Niterói, procedentes da Iugoslávia, os cinquenta tratores adquiridos pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, de acordo com o Plano Estadual de Mecanização Agrícola iniciado há dois anos pelo governo fluminense.

VERBAS PARA A PESQUISA DO CACAU

O Governo Federal aplicará em 1970, através da CEPLAC, NCr\$ 710 mil (710 milhões de cruzeiros antigos) do Fundo do Cacau em projetos de pesquisas e experimentação sobre cacau e diversificação agropecuária das regiões cacauceiras (Bahia e Espírito Santo) nas estações experimentais do Mi-

nistério da Agricultura e em outras áreas localizadas nas regiões produtoras, além do Centro de Pesquisas de Caucau.

IBRA DÔA MAIS TERRAS NO PARANÁ

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em colaboração com o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, vai promover, em janeiro próximo, a distribuição de mais cinco mil títulos de propriedade rural entre os trabalhadores do campo, na faixa da fronteira daquele Estado, onde mais de 1.200 contratos já foram registrados.

CONTAINERS PARA SEMEN

O Conselho Diretor do INDA aprovou Termo de Ajuste a ser firmado com o Ministério da Agricultura através do qual serão fornecidos containers (botijões) adequados para conservação de sêmen congelado e entrega de 95 unidades, num valor total de NCr\$ 420.014,84, destinadas à revenda pela Equipe Técnica da Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial — ETEFRIA, órgão do Ministério da Agricultura.

RECURSOS PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL EM PERNAMBUCO

Convênio sobre eletrificação rural entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e a Companhia de Eletrificação de Pernambuco — CELPE — foi aprovado pela autarquia federal, tendo em vista a execução de obras de eletrificação rural no Município pernambucano de Surubim.

O convênio a ser firmado entre os dois órgãos prevê a concessão por parte do INDA de financiamento no valor de NCr\$ 950.333,56, sendo esta oportunidade mais um passo no importante plano de eletrificação rural elaborado pelo INDA para todo o País e que vem se cumprindo gradativamente, conforme as necessidades e possibilidades.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de Setembro/Outubro de 1969.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, de acordo com o Plano de Defesa da Safra de 1969/70 (MIC-IAA — Ato n.º 37, de 5-9-69 — DO-II de 17-9-69, p. 2.418).

AÇÚCAR — Cotas de Comercialização — Paraíba — Safra de 1969/70

O Presidente do I.A.A. fixou as cotas de açúcar cristal a serem comercializadas, durante o mês de agosto de 1969, pelas usinas situadas no Estado da Paraíba. Para efeitos fiscais, essa autorização é considerada antecipação de uma parcela do contingente de açúcar cristal a ser comercializado na safra de 1969/70. (MIC-IAA — Ato n.º 27, de 6-8-69 — DO-II de 20-8-69, p. 2.190).

AÇÚCAR — Excedentes — Comunicação

O Presidente do I.A.A. determinou que as usinas situadas nos Estados da Região Centro Sul cuja produção estiver próxima do volume das respectivas cotas oficiais e ainda disponham de matéria-prima para a continuação da moagem, deverão fazer a necessária comunicação ao respectivo Delegado Regional do I.A.A. nas seguintes jurisdições:

DELEGADO REGIONAL EM BELO HORIZONTE — Usinas do Estado de Minas Gerais;

DELEGADO REGIONAL EM CAMPOS — Usinas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

DELEGADO REGIONAL EM SÃO PAULO — Usinas dos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso;

DELEGADO REGIONAL EM CURITIBA — Usinas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Recebida a comunicação, o Delegado Regional do I.A.A. dentro do prazo máximo de 24 horas, autorizará a usina a continuar a

moagem das canas, após atingido o volume da cota oficial de produção de açúcar, para o efeito do total aproveitamento de suas disponibilidades de matéria-prima.

Deferida a autorização solicitada pela usina, o Delegado Regional do I.A.A. remeterá, imediatamente, cópia do respectivo expediente à Inspeção Fiscal Regional, em cuja jurisdição esteja localizada a usina, para as medidas complementares.

Os excedentes individuais, autorizados pelo Delegado Regional do I.A.A. serão fabricados por conta dos saldos das autorizações de produção de açúcar não utilizados no Estado durante a safra de 1969/70, ficando incorporados às disponibilidades destinadas ao suprimento dos centros de consumo de cada área, sujeitas, porém, ao regime de comercialização estabelecido por atos da Presidência do I.A.A., segundo o disposto no art. 21. da Resolução n.º 2.025, de 1969 — ver BLA/69, p. 311 (MIC-IAA — Ato n.º 33, de 21-8-69 — DO-II de 5-9-69, p. 2.302).

AÇÚCAR — Mel Residual — Preços

O Conselho Deliberativo do I.A.A. aprovou as novas tabelas com especificações e preços do mel residual das usinas, que o I.A.A. poderá adquirir para processar em suas destilarias centrais. Também fixou os volumes mínimos de melão par fins de industrialização (MIC-IAA — Resolução n.º 2.030, de 13-8-69 — DO-II de 28-8-69, p.2.245).

AÇÚCAR — Plano de Defesa da Produção de Alcool — Safra de 1969/70

O Conselho Deliberativo do I.A.A. aprovou o Plano de Defesa da Produção de Alcool na safra de 1969/70, que prevê a repartição entre as destilarias e fixa para o produtor os preços por litro de álcool anidro que lhe fôr entregue para fins carburantes (MIC-IAA — Resolução n.º 2.032, de 22-8-69, DO-II de 12-9-69, p. 2.392).

AÇÚCAR — Produção de Demerara — Safra de 1969/70

O Presidente do I.A.A. fixou os esquemas de produção de açúcar demerara para as usinas de Alagoas e Pernambuco, no total de 12,5 milhões de sacos de 60 quilos brutos. Os contingentes deferidos correspondem ao Plano de

Safra de 1969/70 (MIC-IAA — Ato n.º 35, de 22-8-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.391).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial

O Presidente do I.A.A. autorizou as Inspetorias Técnicas Regionais a acompanhar, durante a safra em curso, o comportamento do rendimento industrial nas usinas do País. O objetivo é a identificação das causas de eventuais reduções, quando ocorrer (MIC-IAA — Ato n.º 30, de 20-8-69, DO-II de 5-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial — Levantamento

O I.A.A. atribuiu às Inspetorias Fiscais Regionais das áreas de localização das respectivas usinas, a incumbência de proceder ao levantamento do rendimento industrial médio dos Estados das Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, verificando durante os primeiros 90 dias, contados do início da safra de 1969/70, considerados, para esse efeito, os períodos de safra decorridos entre 16/6 e 15/9, na Região Centro-Sul, e 1/9 e 30/11, na Região Norte-Nordeste.

Essas disposições não se aplicam às usinas do Estado de São Paulo (MIC-IAA — Ato n.º 39, de 17-9-69 — DO-II — de 6-10-69, p. 2.633).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial — São Paulo

O Presidente do I.A.A. incumbiu a Inspeção Técnica Regional do Estado de São Paulo de proceder ao levantamento do rendimento industrial médio das usinas paulistas durante os primeiros 90 dias, contados do início da safra 1969/70, na Região Centro-Sul. Para isso, será considerado o período de safra decorrido entre 16 de junho e 15 de setembro de 1969 (MIC-IAA — Ato n.º 31, de 21-8-69 — DO-II de 5-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Usinas Fluminenses — Suprimento à Guanabara

O Presidente do I.A.A. autorizou as usinas fluminenses "não cooperadas" e a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool a entregarem às refinarias autônomas da Guanabara as cotas de suprimento a cargo das usinas

legislação agrícola

paulistas, correspondentes ao mês de setembro de 1969.

Para efeitos fiscais, as quotas atribuídas às usinas do Estado do Rio são consideradas antecipações de saída, por conta das quotas de comercialização dos meses seguintes (MIC-IAA — ATO n.º 34, de 22-2-69 — DO — II, de 5-9-69 p. 2.303).

ALÇUCAR — Venda do Melaço

O Presidente do I.A.A. baixou normas para a tramitação das propostas das usinas interessadas na venda de melaço ao I.A.A. As propostas deverão ser encaminhadas diretamente às destilarias centrais, às quais compete a aquisição de matéria-prima destinada à normalidade de seu funcionamento (MIC-IAA — Ato n.º 34, de 22-8-69 — DO-II de 5-39-69, página 2.302).

AGRICULTURA — Emprêgo da Aviação

Fixadas as normas gerais, a serem seguidas pelo Ministério da Agricultura, para implantação da aviação agrícola no País, cujas atividades principais compreendem o emprêgo de defensivos e fertilizantes, sementeira, povoamento de águas e combate a incêndios em campos ou florestas. As empresas que se dedicaram a esse setor terão direito à assistência creditícia dos bancos oficiais e orientação técnica e econômica por parte do Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 917, de 7-10-69 — DO de 8-10-69, página n.º 8.489).

ARROZ — Taxa de Irrigação — Camaquã

O Ministro do Interior determinou que, durante a safra de arroz do período 1969-70, na região de Camaquã, no Rio Grande do Sul, o beneficiário dos serviços de irrigação pagará..... NCS 79,37 por hectare de terra irrigada. O fornecimento de água será efetuado mediante convênio entre o DNOCS e os rizicultores interessados no serviço de irrigação (MI-GB — Portaria n.º 296, de 14-8-69 — DO de 21-8-69, página 7.115).

AGRÔNOMOS, Engenheiros e Arquitetos — Anuidades

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fixou os valores para as anuidades devidas aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia pelos profissionais, firmas individuais e pessoas jurídicas sob sua jurisdição.

O pagamento das anuidades será feito até 31 de março de cada ano e seus valores sofrerão um acréscimo de 10%, a título de mora, quando recolhidos fora deste prazo.

Nos casos de certidões, transferidos, registros provisórios, registros temporários e protocolo, quando da anotação da substituição de responsabilidade técnica em obras e serviços de engenharia em geral é do profissional ou firma.

Não será permitida a cobrança da Taxa de Protocolo quando os

arros ou serviços a serem prestados pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a criação de quaisquer outros ônus, bem como alteração das denominações e valores contidos nestas normas (MTPS-CFEAA — Resolução n.º 181, de 11-7-69 — DO-II de 26-8-69, página 2.229).

AGRÔNOMOS, Engenheiros e Arquitetos — Habilitação — Registro

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia autorizou os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a procederem ao registro para habilitação profissional dos diplomados por convênios culturais — (MTPS-CFEAA — Resolução n.º 180, de 10-7-69 — DO-II de 26-8-69 p. 2.229).

BORRACHA CERNAMBI-RAMA — Similaridade com a Vegetal

O Conselho Nacional da Borracha decidiu incluir a borracha do tipo cernambi-rama nas atuais tabelas de preços de borrachas vegetais. A fixação do preço desse produto será efetuada tomando-se por base o último valor correspondente à sua participação nas tabelas oficiais (MIC-CNB — Resolução n.º 8, de 11-6-69 — DO de 19-8-69, p. 7.050).

BORRACHA — Equiparação de Preço

O Conselho Nacional da Borracha vegetal, tipo cernambi-côcho, ao tipo cernambi-virgem, de acordo com suas zonas de produção (MIC-CNB — Resolução n.º 11, de 5-9-60 — DO de 16-9-69, p. 7.830).

BORRACHA — Importação — Pagamento da Tomb — Momento da Incidência

O Conselho Nacional da Borracha determinou que o importador do produto ficará obrigado a pagar a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TOEMB) antes do desembarque da matéria-prima (MICCNB — Resolução n.º 15, de 19-9-69 — DO de 29-9-69, p. 8.188).

BORRACHA — Regimento Interno do CNB — Alteração

O Conselho Nacional da Borracha, alterou o item XV do artigo 12 da Resolução n.º 1, de 1967, que aprovou o Regimento Interno, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12.
XV

Parágrafo único. Os contratos celebrados pela Superintendência da Borracha, em decorrência de atos emanados de sua aprovação" (MIC — DO de 10-9-69, p. 7.677).

CAFÉ — Aquisição pelo IBC — Safra 1969-70

A Diretoria do IBC garantiu comprar, através do Banco do Brasil e a partir de 1-10-69 — à opção do vendedor — os cafés das quotas despolpado e comum da safra 1969-70 aos seguintes preços por saca de 60,5 quilos:

Quota comum: NCR\$ 94,00 — tipo 6 — melhor bebida Rio-Zona e produzido nas regiões do Grupo I. NCR\$ 67,70 — tipos 7 e 8 — sem discriminação de bebidas, produzido nas regiões do Grupo II.

Quota despolpado: NCR\$ 105,20 — tipo 4 para melhor — produzido em qualquer parte do território nacional (MIC-IBC — Resolução n.º 475, de 9-9-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.410).

CAFÉ — Cooperativas — Promissórias — Prorrogação

O IBC transferiu para 30-6-70 os vencimentos das promissórias dos representantes das cooperativas de cafeicultores e prorrogou até 30-10-69 a data de recebimento de pedidos previstos nos itens 6 e 2 das normas estabelecidas para o financiamento divulgado através do Comunicado n.º 29, de 1969 (MIC-IBC — Comunicado n.º 34, de 3-9-69 — DO-II de 12 de setembro de 1969, p. 2.395).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Safra 1969-70

A Diretoria do IBC determinou que as cambiais da exportação dos cafés da safra 1969-70 e anteriores, cujos embarques se realizarem a partir de 1-10-69, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais Bancos autorizados pelos seguintes preços, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde, ou equivalente em café torrado: Embarques em qualquer porto NCR\$ 117,20, por saca, para cafés "despolpados", com as características de tipo de bebida peculiares.

Embarque em qualquer porto NCR\$ 117,20, por saca, para cafés "despolpados", com as características de tipo e bebida peculiares. Embarques em qualquer porto

NCR\$ 106,30, por saca, para cafés do tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona".

Embarques pelos portos de Paranaguá e Antonino

NCR\$ 101,00, por saca para cafés do tipo 6 para melhor bebida isenta de gosto "Rio Zona".

Embarques pelos portos do Rio de Janeiro e Niterói

NCR\$ 85,10, por saca, para cafés do tipo 7/8 para melhor, bebida "Rio-Zona".

Embarques pelos portos de Vitória, Salvador, Recife e Itajaí

NCR\$ 77,10 por saca, para cafés do tipo 7/8 para melhor, bebida "Rio-Zona" (MIC-IBC — Resolução n.º 476, de 30-9-69 — DO-II de 9-10-69, p. 2.673).

CAFÉ — Exportação — Valores Cambiais

A Diretoria do IBC estabeleceu os preços mínimos de registro no IBC para as exportações de café verde, em grão ou correspondente em café torrado, conforme os períodos de embarque: até 30-9, de 1-10 a 30-11; e de 1 a 31-12-69. Os preços se referem às safras 1969-70 e anteriores e variam em função dos portos de escoamento do produto. De acordo com o mesmo critério, foram fixados os valores das cambiais representativas da exportação por saca de 60,5 quilos (MIC-IBC — Resolução n.º 474, de 9-9-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.409).

CAFÉ — Financiamento do BHC

O IBC comunicou às cooperativas de cafeicultores registradas em sua Divisão de Cooperativismo que estão abertas as operações de financiamento do BHC (MJC-IBC — Comunicado n.º 35, de 12-9-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.396).

CAFÉ — Registros de Exportação — Suspensão

O IBC suspendeu os registros de exportação de café a partir de 1 de outubro de 1969 (MIC-IBC — Aviso s/nº de 10-10-69 — DO-II de 10-10-69, p. 2.683).

CARNE — Abastecimento — Margens de Comercialização — Brasília

O Superintendente da SUNAB autorizou seu Delegado em Brasília a fixar as margens de comercialização para o quilo dos diversos tipos de carne bovina naquela capital (MA-SUNAB — Portaria n.º 100, de 7-10-69 — DO-II de 14-10-69, p. 2.699).

Nota da Redação: A autorização foi concedida tendo em vista a Portaria n.º 76, de 1969 (ver BLA/69, p. 517).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização em Goiás

O Delegado da SUNAB, em Goiás, classificou a carne bovina de consumo naquele Estado em: — Carne extra: filé e contra-

— Carne especial: alcatra, coxão mole ou chã-de-dentro e patinho.

— Carne de 1.ª coxão duro e chã-de-fora e lagarto.

— Carne de 2.ª pá ou paleta, lombo e peixinho.

— Carne de 3.ª acém, capa de costela, capa de filé, peito sem osso, palmatória, músculo, fralda ou fraldinha e cupim.

Determinou, outrossim, as margens de comercialização para o quilo do produto:

— 60% sobre o custo do tra-seiro para a carne especial.

— 40% sobre o custo do tra-seiro para a carne de 1.ª.

— 60% sobre o custo do dianteiro para a carne de 2.ª.

— 40% sobre o custo do dianteiro para a carne de 3.ª.

Em razão do percentual acima foi fixado o preço do quilo do produto para o consumidor:

	NCR\$
Filé e contrafilé	liberados
Coxão mole ou chã-de-dentro	3,20
Alcatra e patinho	3,20
Coxão duro e lagarto ..	2,80
Pá ou paleta, lombo e peixinho	2,10
Acém, capa de costela, capa de filé, peito sem osso, palmatória, músculo, fralda ou fraldinha e cupim	1,80

Os açougues ficam obrigados a manter carne de dianteiro em

quantidade suficiente ao abastecimento e a manter a tabela de preço de carne com letras de, pelo menos, três centímetros (MA-SUNAB — Portaria n.º 53, de 30 de setembro de 1969 — DO-II de 3 de outubro de 1969, p. 2.650).

Nota da Redação: O Ato foi baixado em decorrência da autorização do Superintendente da Autarquia, constante da Portaria n.º 91, de 1969 (Ver BLA/69, página 661) e da isenção de ICM decretada pelo Governo do Estado.

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização em Goiás

O Superintendente da SUNAB autorizou o Delegado Regional do Estado de Goiás a fixar as margens de comercialização dos diversos tipos de carne bovina naquele Estado, classificados segundo as peculiaridades regionais.

A autorização constitui medida prevista na Portaria n.º 76, de 1969 (Ver BLA/69, p. 517), que estabelece princípios gerais para a comercialização do produto no território nacional (MA-SUNAB — Portaria n.º 91, de 17-9-69 — DO-II de 25-9-69, n.º 2.538).

CASTANHA-DO-BRASIL — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil fixou os preços mínimos de venda da Castanha-do-Brasil da safra de 1969, de acordo com a seguinte tabela:

CASTANHA COM CASCA

TIPOS	Amêndoas por libra pêso		US\$ FOB por libra pêso		
	Nat.	Desid.	Nat.	Desid.	Polida
1 (extra large)	30-35	40-45	0,18	0,23	0,25
1 (large)	35-40	45-50	0,16	0,22	0,24
1 (weak large)	40-45	50-55	0,15	0,21	0,23
2 (extra medium)	45-50	55-60	0,14	0,20	0,22
2 (medium)	48-58	58-68	0,13	0,19	0,21
3 (small)	58 acima	—	0,13	—	—

CASTANHA SEM CASCA

TIPOS	Amêndoas p/libra pêso	US\$ FOB p/libra pêso
1A e 2A (tiny)	180-220	0,52
3A (midget)	160-180	0,50
4A (small)	140-160	0,49
5A a 6A (medium)	110-130	0,48
7A (large)	90-110	0,45
8A (chipped)	—	0,43
9A (broken)	—	0,38

(UF-CACEX — comunicado n.º 273, de 25-6-69 — DO — II de 4-7-69, p. 1.743).

legislação agrícola

CRÉDITO RURAL — Aplicações Mínimas — Sistemática

O Diretor do Banco Central do Brasil alterou a sistemática de controle das aplicações mínimas dos estabelecimentos bancários nas operações de crédito rural constantes das Resoluções n.ºs 96, de 1967, e 97 de 1968. Estas aplicações, a partir da posição levantada excepcionalmente em 5 de novembro de 1969, estarão relacionadas com a média dos depósitos da seguinte forma:

I — Em 5 de fevereiro, 5 de março e 5 de abril, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de novembro, 5 de dezembro e 31 de dezembro;

II — Em 5 de maio, 5 e 30 de junho, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de fevereiro, 5 de março e 5 de abril;

III — Em 5 de agosto, 5 de setembro e 5 de outubro, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de maio, 5 e 30 de junho;

IV — Em 5 de novembro, 5 e 31 de dezembro, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de agosto, 5 de setembro e 5 de outubro. As aferições das aplicações do mínimo obrigatório serão feitas mensalmente.

De acordo com a nova sistemática, o item B-8 do mapa n.º 2 passará a indicar a média das exigibilidades do trimestre-base e não o valor do percentual (10% A-4) da data considerada (MF-BCB — Circular n.º 129, de 22 de setembro de 1969 — DO-II de 26 de setembro de 1969, p. 2.549).

Nota da Redação: Foi cancelada a Circular n.º 125, de 1969, mantidos, porém, os mapas números 1 e 2 ou 3 a que ela se refere, feitas as alterações alusivas à substituição do percentual pela média das exigibilidades do trimestre-base.

CRÉDITO RURAL — Cooperativas de Produtores — Serviços Mecanizados.

O Presidente da República modificou dois dispositivos da lei que regulamentou a aplicação do crédito rural (Lei n.º 4.829, de 1965) quanto à modalidade da operação e às garantias oferecidas.

O item III do art. 11, da referida Lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Crédito às cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento e aparelhamento inclusive para integralização de quotas-partes de capital social, destinado a programas de investimento e outras finalidades, prestação de serviços aos cooperados, bem como para financiar estes, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito rural, os trabalhos de custeio, coleta, transportes, estocagem e a comercialização da produção respectiva, e os gastos com melhoramentos de suas propriedades".

O art. 29, também da Lei número 4.829, passa a ter a seguinte redação:

"A critério da entidade financiadora, os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural poderão ser vinculados ao respectivo instrumento contratual, inclusive título de crédito rural, como garantia especial.

Parágrafo único — Em qualquer caso, os bens e culturas a que se refere este artigo somente poderão ser alienados ou gravados em favor de terceiros mediante concordância expressa da entidade financiadora".

Os benefícios previstos para o crédito rural, de acordo com a Lei n.º 4.829, são também extensivos às pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como "produtor rural", dedicam-se à pesquisa e à produção de sementes e mudas melhoradas ou à prestação, em móveis rurais, de serviços mecanizados de natureza agrícola, inclusive de proteção do solo (Decreto-lei n.º 784, de 25-8-69 — DO de 26-8-69, página 7.237).

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL — Atestados — Veterinário Particular

As repartições do Ministério da Agricultura poderão aceitar, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, atestados firmados por médico-veterinário, sem vínculo com o serviço público (Decreto-lei n.º 818, de 5-9-69 — DO de 8-9-69, p. 7.569).

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL — Certificado Fitossanitário

O Secretário-Geral do Ministério da Agricultura tornou obrigatória a apresentação de certificado fitossanitário de trânsito para a entrada, no Estado do Rio de Janeiro, de partes reprodutivas dos seguintes gêneros botânicos: Citrus, Poncirus, Fortunella, Evodia, Melicope Casimiroi e Toddalia (MA-SG — Portaria n.º 241, de 22 de setembro de 1969 — DO de 25-9-69, p. 8.103).

ENGENHEIROS-AGRÔNOMOS — Atribuições

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fixou as atribuições do Engenheiro-Agrônomo, entre as quais se destacam a Engenharia Rural, defesa sanitária mecanização agrícola, construção de moradias rurais e de estradas de interesse agrário, pesquisas de matrizes de sementes, mudas e reprodutores vegetais, execução de parques e jardins, floricultura e fruticultura, florestamento e reflorestamento, conservação e renovação de recursos naturais para fins agropecuários e agro-industriais, meteorologia, colonização rural, Economia e Administração Rural (MTPS-CONFEA — Resolução n.º 184, de 29-8-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.407).

EXPLORAÇÃO AGROPASTORIL — Imposto de Renda — Incentivo

Será concedida redução do imposto de renda até o limite de 80% do lucro auferido por pessoas físicas cuja atividade consista na exploração agrícola ou pastoril. O benefício também se aplica a ren-

dimentos oriundos das indústrias extrativas vegetal e animal, e da transformação dos produtos agrícolas e pecuários quando feita pelo próprio agricultor ou criador bem como da exploração de apicultura, sericultura e piscicultura. Para ter direito à redução da tributação, os beneficiários, inclusive parceiros rurais, incluirão na cédula "G" de sua declaração de rendimentos os resultados obtidos por uma das seguintes formas: a) resultado contábil, ou escritural, quando a receita bruta no ano base for superior ao limite estabelecido pelo Ministro da Fazenda; b) resultado estimado, quando a receita for inferior a esse limite. Excepcionalmente, no exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969, poderá ser facultado àquelas pessoas físicas declararem o resultado de suas operações independentemente de escrituração.

As empresas constituídas nos próximos dez anos, para a exploração de atividades agrícolas e pastoris, e transformação de produtos agrícolas e pecuários, gozarão dos seguintes incentivos: 1) isenção do imposto de renda no primeiro biênio; 2) 50% de redução devido no terceiro ano; 3) 25% de abatimento devido no quarto ano (Decreto-lei n.º 902, de 30-9-69 — DO de 1-10-69, p. 9.265).

FLORESTAMENTO — Projetos — Modelo-Padrão

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal instituiu um modelo-padrão para a elaboração de projetos de florestamento e reflorestamento de que trata a Lei n.º 5.106, de 1966, pelos contribuintes daquele Instituto.

O modelo-padrão será impresso e distribuído aos interessados pela Administração Central e Delegacias Estaduais do IBDF (MA-IBDF — Portaria n.º 1.099, de 5-9-69 — DO-II de 3-10-69 p. 2.610).

LEITE CRU — Abastecimento — Proibição de Venda

Fica proibida, em todo o território nacional, a venda de leite cru para o consumo direto da população, exceto nas localidades que não possam ser abastecidas permanentemente com leite beneficiado.

O Ministério da Agricultura promoverá, no prazo de 60 dias, a regulamentação deste decreto-lei, especificando as proibições e cominando penalidades (Decreto-lei n.º 923, de 10-10-69 — DO de 13-10-69, p. 8.601).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Entrepósitos e Usinas no Espírito Santo.

O Superintendente da SUNAB estendeu aos entrepostos, às usinas e à de beneficiamento de leite in natura sediadas no Estado do Espírito Santo a obrigatoriedade da apresentação semanal, à Delegacia Regional da Superintendência naquele Estado, de boletim referente à entrada e saída do produto.

O boletim semanal deverá ser entregue até às 17 horas de segunda-feira da semana subsequente à que se referir, sendo obriga-

tória a apresentação de declarações negativas.

O boletim deve conter:

- 1) o estoque anterior;
- 2) o total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana;
- 3) o estoque do último dia da semana;
- 4) no item "saída", as quantidades distribuídas para consumo da população e as destinadas à industrialização.

(MA-SUNAB — Portaria n.º 87, de 29-8-69 — DO-II de 4-9-69, p. 2.287)

MUSEU DO CAFÉ — Fundação — Criação

Será criada pelo Executivo Federal a Fundação Museu do Café, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sede e fóro na Cidade de Campinas, em São Paulo, com a finalidade de documentar a história do café, bem como as técnicas empregadas nas diversas fases de sua produção, beneficiamento e comercialização (Decreto-lei n.º 777, de 20-8-69 — DO de 21-8-69, p. 7.098).

MUSEU DO CAFÉ — Fundação — Estatutos

Aprovados os estatutos da Fundação Museu do Café, compreendendo a discriminação dos seus órgãos constitutivos, as funções de seus dirigentes, composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como o regime financeiro da entidade (Decreto n.º 65.198, de 19-9-69 — DO de 22-9-69, p. 7.977).

PEIXE — Abastecimento — Margens de Comercialização na Bahia

O Superintendente da SUNAB autorizou ao Delegado da Autarquia na Bahia a fixar as margens de comercialização para a venda do peixe fresco e congelado, eviscerado ou não (MA-SUNAB — Portaria n.º 96, de 29-9-69 — DO-II de 6-10-69, p. 2.630).

PESCA — Arrasto de Portas — Estado do Rio

O Superintendente da SUDEPE proibiu o emprego de arrasto de portas ou pelo sistema de parelhas em áreas costeiras ao Estado do Rio de Janeiro, em profundidades inferiores a 15 metros, aos barcos maiores de 5 toneladas de carga (MA-SUDEPE — Portaria n.º 330, de 3-9-69 — DO-II de 15-9-69, p. 2.398).

PESCA — Arrasto de Portas — Proibição — Santa Catarina

O Superintendente da SUDEPE proibiu o emprego de arrasto de portas, mesmo pelo sistema de parelhas, em áreas costeiras de Santa Catarina, de profundidades inferiores a 15 metros, aos barcos de mais de 5 toneladas de carga (MA-SUDEPE — Portaria n.º 309, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Bagre — Proibição — Rio Grande do Sul

O Superintendente da SUDEPE proibiu a pesca e venda de bagre de qualquer espécie no Estado do Rio Grande do Sul entre 1º de

janeiro e 31 de março de cada ano; obrigou os estabelecimentos que industrializam e comercializam o pescado a apresentarem, durante o período de proibição até 31 de dezembro de cada ano, ao Serviço do Acôrdio de Pesca e demais autoridades competentes, seus estoques de bagre para serem liberados, total ou parcialmente, mediante fornecimento de Guia de Trânsito pelos portos de fiscalização do Serviço do Acôrdio; e fixou em 30 cm o tamanho menor do bagre para pesca no Estado (MA-SUDEPE — Portaria n.º 305, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Camarão Sete Barbas — Proibição — Sta. Catarina

O Superintendente da SUDEPE proibiu, no Estado de Santa Catarina, a pesca do Camarão Sete Barbas com uso de rédes tipo arrasto de portas que tenham mais de 12 metros de comprimento na tralha permitido o emprego de uma réde por embarcação de pesca (MA-SUDEPE — Portaria n.º 307, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Convenção — Conservação do Atum do Atlântico

O presidente da República promulgou a Convenção Internacional para a conservação do atum e afins do Atlântico, aprovada pelo Decreto-lei n.º 478, de 1969 (Decreto n.º 65.026, de 20-8-69, DO de 22-8-69, p. 7.151).

PESCA — Pescador Profissional — Renovação de Autorização

O Superintendente da SUDEPE decidiu que todo pescador profissional deverá renovar anualmente a autorização concedida pelo órgão. Essa renovação será efetuada pelas Inspetorias Estaduais da SUDEPE mediante a apresentação pelo interessado, de sua Caderneta de Inscrição Pessoal (MA-SUDEPE — Portaria n.º 296, de 12-8-69 — DO-II de 19-8-69, p. 2.173).

PESCA — Proibição — São Paulo

O Superintendente da SUDEPE proibiu a pesca nas seguintes localidades do Estado de São Paulo:

a) represamento de Límoeiro, Euclides da Cunha e Graminha, no Rio Pardo, Município de nomes idênticos;

b) postos de piscicultura de Varzinha e Pedreira, nos Municípios de São Bernardo do Campo e Santo Amaro.

A proibição também se aplica às distâncias menores de mil metros à jusante e 500 metros a montante de todas as barragens, saltos e escadas para peixes (MA-SUDEPE — Portaria n.º 339, de 11-9-69 — DO-II de 24-9-69, p. 2.469).

PESCA — Taxa — Amadores — São Paulo

O Superintendente da SUDEPE determinou a cobrança de taxa no valor de 1/10 do salário-mínimo vigente em Brasília para a pesca exercida por amadores, com linha de mão, caniço simples e puçá, nas seguintes localidades do Estado de São Paulo:

a) Represa de Barra Bonita e de Bariri, no rio Tietê, localizadas nos Municípios do mesmo nome;

b) Barragem de Usina Lucas Nogueira Garcez, no rio Paranapanema, Município de Santo Grande;

c) Pôsto de Americana, rio Atibaia, Município de Americana;

d) Cocheira de Emas, Município de Piraçununga;

e) Barragem de Jupia, e represa de Ilha Soiteira, no Alto Paraná;

f) Represa de Xavantes, rio Paranapanema, Município de Xavantes;

g) Represa de Jurumirim, rio Paranapanema, Município de Piraçununga;

h) Barragem de Ibitinga, rio Tietê, Município de Ibitinga;

i) Barragem de Promissão, rio Tietê, Município de Promissão;

j) Barragem de Santa Branca, Município de Santa Branca (MA-SUDEPE — Portaria n.º 340, de 11-9-69 — DO-II de 24-9-69, p. 2.469).

PREVIDENCIA SOCIAL RURAL — Regulamento

Aprovado o Regulamento da Previdência Social Rural que transforma em segurados obrigatórios do sistema, filiados ao INPS, os trabalhadores de empresas produtoras e fornecedoras de cana-de-açúcar, os safristas e os empregados e organizações, embora não constituídas sob forma de empresa, mas que utilizem aquela mão-de-obra. Os beneficiários terão direito a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, e a seus dependentes será garantido o recebimento de auxílio-reclusão, auxílio-funeral e pensão por morte. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural prestará assistência médica aos segurados e dependentes.

As contribuições do segurado serão calculadas inicialmente na base de 4% do salário-mínimo regional. As empresas terão de recolher quantia igual à devida por seus empregados do setor rural e 2% do salário-mínimo regional por empregado, para custeio das prestações decorrentes de acidente de trabalho. A empresa abrangida pelo Plano Básico fica dispensada, com relação a seu setor rural, de qualquer outra contribuição para a Previdência Social, para o FUNRURAL ou para fim análogo (Decreto n.º 65.106, de 5-9-69 — DO de 8-9-69, p. 7.573).

REFLORESTAMENTO — Exportação — Pinho — Alteração

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal alterou a Portaria n.º 107, de 1967, que trata da participação das empresas no quadro de exportadores de madeira de pinho, dando a seguinte redação ao art. 7.º:

"As empresas que excederem, com os seus reflorestamentos, as exigências mínimas requeridas para assegurar a sua participação no quadro de exportadores de madeira de pinho, terão computados os excedentes com o objetivo de aumentar os seus percentuais, a contar de 1-1-69 na relação do fator de aferição representada pelas médias resultantes dos índices apurados na conformida-

legislação agrícola

de do que estabelece a Resolução n.º 50 de 1969, do CONCEX. A fim de permitirem a divulgação prévia dos percentuais de reflorestamento, as empresas exportadoras deverão apresentar até 30 de novembro de 1969 os projetos técnicos relativos às obrigações de florestas; caso contrário, ficarão sujeitas ao cancelamento do registro e à suspensão da atribuição dos contingentes exportáveis (MA-IBDF — Portaria n.º 1.076, de 25-8-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.388).

REFLORESTAMENTO — Prazo para Projetos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou a data de 30-11-69 como prazo máximo para entrega dos projetos de florestamento e/ou reflorestamento de que trata a Lei n.º 5.106, de 1966 (MA-IBDF — Portaria n.º 1.132 de 26-9-69 — DO-II de 8-10-69, p. 2.649).

TRABALHADOR E EMPREGADOR RURAL — Sindicatos — Enquadramento

Para efeito de enquadramento sindical, foi fixada a conceituação de trabalhador e empregador rural, bem como definidos os critérios da contribuição sindical rural. Por trabalhador rural entende-se: a) pessoa jurídica que presta serviços a empregador rural, mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros. Empregador rural considera-se: 1) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende a qualquer título atividade econômica rural; 2) quem, mesmo em regime de economia familiar, e ainda que sem empregado, explora área que exceda o módulo rural ou outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho.

A contribuição devida às entidades sindicais da categoria profissional será lançada e cobrada dos empregadores rurais, tomando-se por base um dia do salário-mínimo regional por módulo e fração contidos no imóvel rural objeto do lançamento. O IBRA cuidará a partir de 1970, do lançamento e cobrança daquele imposto (Decreto-lei n.º 789, de 26-8-69 — DO de 27-8-69, p. 7.274).

TRIGO NACIONAL — Abastecimento — Ensacado — Preços

O Superintendente da SUNAB alterou o preço do trigo de produção nacional quando vendido em sacos de primeiro e segundo usos, autorizando um aumento de, respectivamente, NCR\$ 0,80 e NCR\$ 0,55 sobre o preço do cereal a granel na quantidade de 60kg. Pela Portaria n.º 80, de 1969 (Ver BLA/69, p. 555), o acréscimo do preço do produto era de NCR\$ 1,00, se acondicionado com saco de primeiro uso, e de NCR\$ 0,80, se acondicionado com o de segundo uso

(MA-SUNAB — Portaria n.º 83, de 28-8-69 — DO-II de -49-69, p. 2.287).

TRIGO NACIONAL — Abastecimento — Safra 1969/70 — Preços

O Superintendente da SUNAB fixou os preços do trigo de produção nacional a ser adquirido, integralmente, pelo Governo através do Banco até 30-1-70, bem como os preços de entrega do produto aos moinhos para industrialização.

É a seguinte a tabela dos preços a serem pagos aos tricultores:

Pêso p/hectolitro	Preço (NCR\$ 60 kg)
84	28,62
83	28,35
82	28,08
81	27,81
80	27,54
79	27,27
78 (básico)	27,00
77	26,73
76	26,46
75	26,19
74	25,92
73	25,65
72	25,38
71	25,11
70	24,84
69	24,30
68	23,76
67	23,22
66	22,68
65	22,14

Esses preços referem-se a 60 quilos de trigo a granel, são e limpo, com grau de umidade de 13%. O trigo com grau de umidade até 14% terá o preço diminuído de NCR\$ 0,35 em cada 69kg e o que tiver mais de 14% até 15% sofrerá o desconto de NCR\$ 0,70 em cada 60kg, dedução essa a ser efetuada da parcela no ato da compra.

O trigo será entregue aos moinhos para industrialização, nos locais de estocagem, mediante faturamento aos preços abaixo indicados, por tonelada métrica a granel (exclusive ICM)

Pêso p/hectolitro	Preço (NCR\$/t)
78	335,00
77	331,65
76	328,30
75	325,95
74	321,60
73	318,25
72	314,90
71	311,55
70	308,20
69	304,85
68	301,50
67	298,15
66	294,80
65	291,45

O preço de venda ao moinho será acrescido das despesas portuárias abaixo discriminadas, por Estado:

Rio Grande do Sul ..	NCR\$ 6,00/t
Santa Catarina	NCR\$ 9,00/t
Paraná	NCR\$ 9,00/t

(MA-SUNAB — Portaria n.º 80, de 14-8-69 — DO-II de 15-8-69, p. 2.157)

Nota da Redação: Os preços do trigo em grão nacional ora fixados, substituem aqueles estabelecidos pela Portaria n.º 938, de 1968 (Ver BLA/68, p.

228) revogada pela presente portaria.

ESTADO DA GUANABARA

AGRICULTURA — Produtividade — Tabela de Pontos

O Secretário de Agricultura introduziu modificações na tabela de pontos para julgamento em 1969, dos candidatos inscritos na Categoria de Produtividade Classe D, estabelecida pela Lei n.º 584, de 1964:

II — Categoria de Produtividade

Classe D — Aos criadores que apresentarem maior produção de ovos, por lote, base de 500 aves;

ITENS	Pontos máximos por item
a) Número de ovos produzidos em percentagem	60
b) Pêso médio dos ovos coletados	20
c) Limpeza dos ovos na coleta	10
d) Uniformidade	8
e) Características da raça	2
TOTAL	100

Escala de pontos para preenchimento da tabela:

	Pontos
a) Número de ovos produzidos em percentagem:	
I — 70% ou mais	60
II — cada 1% para menos, deduzir	0,8
b) Pêso médio dos ovos coletados:	
I — 60 gramas ou mais ..	20
II — até 55 gramas	15
III — até 50 gramas	10
IV — menos de 50 gramas	0
c) Limpeza dos ovos na coleta:	
I — 100% limpos	10
II — até 95% limpos	5
III — menos de 90% limpos	0
d) Uniformidade	8
e) Característica da raça	2

(MA-NAB — Portaria "E" n.º 2, de 22-8-69, DO-GB de 5-9-69, p. 15.271)

FEIRAS-LIVRES — Suspensão de Matrícula de Feirantes

O Secretário da Agricultura suspendeu a concessão de novas matrículas de feirantes, a partir de 25-9-69, e o funcionamento dos caminhões de produtor nas cabeceiras das feiras-livres, a partir de janeiro de 1970 (SA-GB — Portaria "E" n.º 4 de 24-9-69 — DO-GB de 2-10-69, p. 16.661).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ CRU — ICM — Saídas

O Coordenador da Administração Tributária alterou as bases de cálculo do ICM para as saídas de café cru, enquadrando-as neste esquema:

1 — Saídas para o Exterior — De 10 a 30 de setembro de 1969, NCR\$ 93,34 por saca. A partir de 1.º de outubro, NCR\$ 104,00;

2 — Saídas para outros Estados — De 10 a 30 de setembro, NCRs .. 87,00. A partir de 1.º de outubro NCRs 94,00.

3 — Saídas para industrialização — Com destino direto às indústrias de solúvel localizadas em São Paulo ou em outros Estados. Nesses casos a base de cálculo será o valor da operação, na forma prevista no Regulamento do ICM. Sempre que houver alterações nos valores das cambiais representativas de exportação ou nos preços de garantia fixados pelo IBC, as bases de cálculo serão modificadas na mesma proporção.

Quanto aos cafés oriundos de outros Estados, os créditos do ICM somente serão admitidos até o valor dos respectivos preços de garantia, salvo quando se trata de cafés procedentes de outros Estados acobertados por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes dos respectivos certificados.

Nas saídas do território paulista e quando o produto destinado à exportação deixe o País através de porto de outro Estado, a base de cálculo será igual à estabelecida para as saídas diretas com destino ao exterior.

Os contribuintes que houverem recolhido o ICM de 10 a 18 de setembro de 1969, em desacordo

com estas normas, poderão pagar as respectivas diferenças, até 30-9-69, sem multas ou quaisquer acréscimos (SF-CAT — Portaria n.º 2, de 17-9-69 — DO-SP de 18-9-69, p. 14).

CITRICULTURA — Comemoração — Calendário

O Governador instituiu o Dia do Citricultor, que será comemorado anualmente na 2.ª segunda-feira do mês de junho, na Estação Experimental de Limeira — Município de Cordelópolis. (Decreto s/n.º de 22-8-69 — DO-SP de 26-8-69 p. 4).

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL — Cancro Cítrico — Incineração

O Instituto Biológico proibiu, até segunda ordem, a formação de novos viveiros e o cultivo de qualquer planta cítrica, nos Municípios de Darceia e Junqueirópolis, e saída de mudas, galhos frutíferos, sementes e folhas desses tipos de plantas, determinando ao mesmo tempo, a incineração das existentes em viveiros, pomares ou quintais nas zonas rurais e urbanas (SA-IB — Portaria n.º 65 de 26-9-69 — DO-SP de 30-9-69, p. 22).

SEMENTES — Certificação

O Secretário da Agricultura regulamentou a certificação de se-

mentes, definiu as suas finalidades e estabeleceu que a certificação será exercida através do órgão específico do Departamento de Assistência Supletiva e das Divisões Regionais Agrícolas (SA-GB — Resolução s/n.º, de 20-8-69 — DO-SP de 21-8-69, p13).

SERICULTURA — Amoreira — Ovos de Sirgos — Preços

O Secretário da Agricultura aprovou a nova tabela de preços para a venda de ovos de sirgos, estacas e mudas de amoreira pelo Serviço de Sericultura:

Ovos de sirgos	NCR\$
Criadores em geral	0,50 o grama
Fora do Estado ..	0,75 o grama
Mudas e estacas	
Estacas comuns ...	2,00 o cento
Mudas enraizadas .	10,00 o cento
Mudas enxertadas .	30,00 o cento

Os preços de estacas e mudas, para fora do Estado, ficam majorados em 50%.

O pedido de estacas e mudas não podem ser inferior a 500 (SA-GB — Resolução n.º 2, de 30-9-69 — DO-SP de 1-10-69, p. 30)

“A LAVOURA” — HÁ 70 ANOS

NOVEMBRO 1899

Mais uma árvore que produz cêra, N.D.R.; *O crédito agrícola na França*, de Antônio de Medeiros; *Prosperidade do Estado da Bahia*, Antônio de Medeiros; *A Escola Primária e a Lavoura*, G.V.; Transcrições: *A Seleção e os seus efeitos sobre as plantas cultivadas*, por Henry L. Vilmorin, tradução do Dr. G. Vert; *O Lavrador*, Boletim do Club Agrícola do Alto do Imbé, N.D.R.; *Ensino Agrícola*, *A cultura da amoreira no Japão*, G.V.; *Duas plantas oleaginosas*, G.V.; Conferências: *Apicultura*, Resumo das conferências realizadas pelo Dr. Germano Vert; *Necrologia*: Crônicas Agrícolas; *Variedades*: Liceu de Pelotas; *Fibra de Ananás*; As folhas de tomates; Uma fazenda de cobras; Os tetos de folhas de zinco; Os falsificadores e a legislação na Idade Média; Uma nova saída para a mandioca; Lavoura mecânica; Melhoramentos na preparação do café em grãos; Farinha de bananas.

DEZEMBRO

Campos de demonstração G. V.; *Uma visita ao Engenho Central do Capim* em Ururá (Campos—RJ), Dr. Ad. Morales de Los Rios; *Transcrições*; *A Seleção e os efeitos sobre as plantas cultivadas*, por Henry L. Vilmorin, tradução do Dr. G. Vert (conclusão); *Propaganda do café*, Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho; *Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul*; Conferências: *Resumo da conferência realizada na Sociedade*, Carlos Kastrup; *Ensino Agrícola*, *Ainda as batatas inglesas*, G.V. Subsolamento, G. V.; Crônicas Agrícolas; *Variedades*: Cultura do trigo no Brasil; O Capim Limão; Vasilha de ferro para o álcool; Destrução da cuscuta, ou cipó-humano; Resistência das videiras americanas; Agrônomos regionais nas colônias portuguesas; Nôvo concorrente no mercado do café.

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Líbero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS

“CORINGA”

Marca Registrada

LEGITIMAS

FORJADA E CALÇADA
COM AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



REFERÊNCIA
N.º 3027 - C

— TIPO: —
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPIRITO SANTO

ESTREITA
CÔR AZUL

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 18.º andar, sala 1801 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Otoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063

